Estratégia Concursos

Aula 00

Atualidades p/ Prefeitura de Paulo Afonso-BA (Nível Médio/Técnico) Com Videoaulas - Pós-Edital

Autor:
Leandro Signori

15 de Março de 2020

Sumário

Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais internacionais 5
1 – Blocos econômicos 5
1.1 União Europeia 5
1.2 MERCOSUL 13
1.3 NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte, na sigla em inglês) 16
2 – O protecionismo dos Estados Unidos, da China e a "guerra comercial" 16
2.1 A batalha da 5G 19
3 – China 21
3.1 Protestos em Hong Kong em 2019 24
4 - Estados Unidos 26
5 - América Latina 31
Argentina 33
Uruguai 33
Bolívia 33
Chile 36
Equador 38
Peru 39
6 - Venezuela 41
7 - Coronavírus 44
Questões Comentadas 49
Lista de Questões 80
Gabarito 95
Resumo 96

APRESENTAÇÃO DO CURSO

Caros alunos,

É com imenso prazer que nos encontramos no **ESTRATÉGIA CONCURSOS** para esta jornada em busca de um excelente resultado na disciplina de **ATUALIDADES** no concurso do **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO - BA** para **TODOS OS CARGOS**.

Sou o **Professor Leandro Signori**, ingressei no serviço público com 21 anos e já trabalhei nas três esferas da administração pública – municipal, estadual e federal - o que tem sido de grande valia para a minha formação profissional – servidor e docente. Nas Prefeituras de Porto Alegre e São Leopoldo, desenvolvi minhas atividades nas respectivas secretarias municipais de meio ambiente; na administração estadual, fui servidor da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), estatal do governo do Rio Grande do Sul.

Durante muitos anos, fui também servidor público federal, atuando como geógrafo no Ministério da Integração Nacional, onde trabalhei com planejamento e desenvolvimento territorial e regional.

Graduei-me em **Geografia – Licenciatura** - pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e – **Bacharel** - pelo UNICEUB em Brasília. A oportunidade de exercer a docência e poder alcançar o conhecimento necessário para a aprovação dos meus alunos me inspira diariamente e me traz grande satisfação. Como professor em cursos preparatórios *on line* e presencial, ministro as disciplinas de Atualidades, Conhecimentos Gerais, Realidade Brasileira e do Distrito Federal, Geografia e Conhecimentos Específicos.

Feita a minha apresentação, agora vamos falar do curso.

Conforme o edital serão cobrados os seguintes conteúdos:

ATUALIDADES: Notícias nacionais e internacionais atuais, bem como temas sócio/econômico/político/culturais veiculados pela imprensa nos últimos 12 (doze) meses anteriores à realização da prova.

Vejam que é um conteúdo datado. Desta forma, nas aulas 00, 01 e 02, iremos abordar uma seleção de temas e fatos políticos, econômicos, sociais e culturais internacionais e nacionais deste período, com uma explicação completa. Ou seja, quando necessário, faremos uma contextualização maior e vinculação histórica para que você possa compreender por que determinado fato ou sequência de fatos estão ocorrendo no presente.

Na aula 03 teremos vídeos com uma seleção dos principais fatos ocorridos no Brasil e no mundo de maio de 2019 a abril de 2020. A aula 04 é de questões simuladas, de minha própria autoria, com base em fatos selecionados das retrospectivas mensais de Atualidades.

Este é o nosso cronograma:

Aula	Conteúdo Programático
00	Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais e internacionais
01	Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais nacionais - I

02	Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais nacionais - II
03	Retrospectiva Mensais de Atualidades
04	Simulados de Atualidades

A distribuição das aulas, neste formato, visa otimizar a amplitude dos conteúdos e sua interconexão em grandes temas.

Como disse, além de estudar a teoria, é fundamental que você resolva muitas questões. Assim, até o final deste curso, teremos mais de **200 questões comentadas de diversas bancas, no estilo certo/errado e múltipla escolha.**

Utilizamos questões de diversas bancas, não somente da banca do seu concurso, por que, como o nome diz, a nossa disciplina é Atualidades, na qual a maioria das questões se desatualizam rapidamente. Poucos meses, às vezes dias, após o concurso, a questão já está desatualizada.

Também utilizamos questões de anos anteriores, para termos uma maior quantidade de questões. Sim, pois temos muitas questões de anos anteriores que não se desatualizaram. São questões que cobraram aspectos contextuais e/ou conceituais, que permanecem atuais nos dias de hoje.

Se colocarmos no curso somente questões do ano atual e do ano anterior e do estilo da banca do seu concurso, vamos ter poucas questões, assim, muitos alunos vão reclamar da pouca quantidade de questões.

Desta forma, com questões de diversas bancas, dos dois estilos, de anos recentes e de anos anteriores (mas atualizadas) conseguimos ter um bom número de questões para vocês praticarem.

No entanto, se algum aluno não concordar, está livre para resolver somente questões do ano atual e anterior, somente da banca do seu concurso e no estilo da banca do seu concurso. É uma escolha de cada aluno. É só escolher as que quer resolver e as que não quer resolver.

De minha parte, recomendo que resolvam todas, pois foram criteriosamente selecionadas e são úteis para o estudo de vocês. Se não fossem, não estariam no nosso curso.

Na parte teórica seremos objetivos, todavia, sem deixar de fora nenhum conteúdo e sem nos esquecermos dos detalhes cobrados pelas bancas. Vamos ver as pegadinhas e as cascas de banana que são colocadas para escorregarmos na questão. Também vou usar figuras, tabelas, gráficos e mapas de forma a sintetizar e esquematizar o conteúdo.

Contudo, Atualidades é uma disciplina extremamente dinâmica, especialmente no que ocorre no seu dia a dia. É uma tarefa hercúlea manter um curso de Atualidades sempre atualizado. Para suprir essa lacuna, mensalmente realizamos um aulão ao vivo, gratuito, de retrospectiva do mês anterior. Essas aulas são realizadas pelo canal do Estratégia Concursos no YouTube. Elas ocorrem entre o dia 1º e o dia 03 de cada mês. Uma semana antes, começam a ser divulgadas no site do Estratégia Concursos. Assim, é só você acompanhar a divulgação e se inscrever para participar da aula.

Portanto, caro aluno, além das apostilas e das videoaulas, você tem que necessariamente assistir aos meus aulões mensais de retrospectiva do mês anterior.

Para quem não conseguir assistir ou quiser assistir as aulas já realizadas, é só acessar o meu canal do YouTube. Abaixo de cada vídeo tem um link onde você pode baixar o pdf da aula. Aproveite e inscreva-se no meu canal.

Os aulões também são editados e postados neste curso enquanto ele permanecer ativo para o professor. Depois disso não é mais possível fazer a postagem.

Sem mais delongas, vamos aos estudos, porque o nosso objetivo é que você tenha um excelente desempenho em Atualidades.

Para isso, além de estudar, você não pode ficar com nenhuma dúvida. Portanto, não as deixe para depois. Surgindo a dúvida, não hesite em contatar-me no nosso Fórum.

Estou aqui neste curso, muito motivado, caminhando junto com você, procurando passar o melhor conhecimento para a sua aprendizagem e sempre à disposição no Fórum de Dúvidas.

Quem quiser também pode me seguir nas minhas redes sociais: **Instagram**: **profleandrosignori**, **Facebook: Leandro Signori Atualidades** e **YouTube: Leandro Signori**. Nelas, divulgo gabaritos extraoficiais de provas, publico artigos, compartilho notícias e informações importantes do mundo atual.

Ótimos estudos e fiquem com Deus!

Forte Abraço,

Professor Leandro Signori

QUESTÕES RELACIONADAS A FATOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS INTERNACIONAIS

1 – Blocos econômicos

Um pilar importante da globalização e do livre-comércio é a formação de **blocos econômicos**. Sob a economia globalizada, esses grupos reforçam a tendência de abrir as fronteiras das nações ao livre fluxo de mercadorias, ao reduzirem barreiras alfandegárias e coibir práticas protecionistas e regulamentações nacionais.

A formação de blocos econômicos acelerou o comércio mundial. Antes, qualquer produto importado chegava ao consumidor com um valor significativamente mais alto, em função das taxações impostas pelos países ao passar pelas suas alfândegas. Os acordos entre os países reduziram e, em alguns casos, acabaram com essas barreiras comerciais, processo conhecido como liberalização comercial.

Existem quatro modelos básicos de bloco econômico:

- **Área de livre-comércio** – Um grupo de países concorda em eliminar ou em reduzir os impostos e taxas de importação, quotas e preferências que recaem sobre a maior parte das (ou todas as) mercadorias importadas e exportadas entre esses países.

- **União aduaneira** – É uma área de livre comércio, na qual, além de abrir o mercado interno, os países-membros definem regras para o comércio com nações de fora do bloco. Uma **tarifa externa comum** (TEC) é adotada para boa parte – ou a totalidade – das mercadorias provenientes de outros países, ou seja, todos cobram os mesmos impostos de importação de terceiros.

- **Mercado comum** - É uma união aduaneira na qual, além de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores também podem circular livremente.

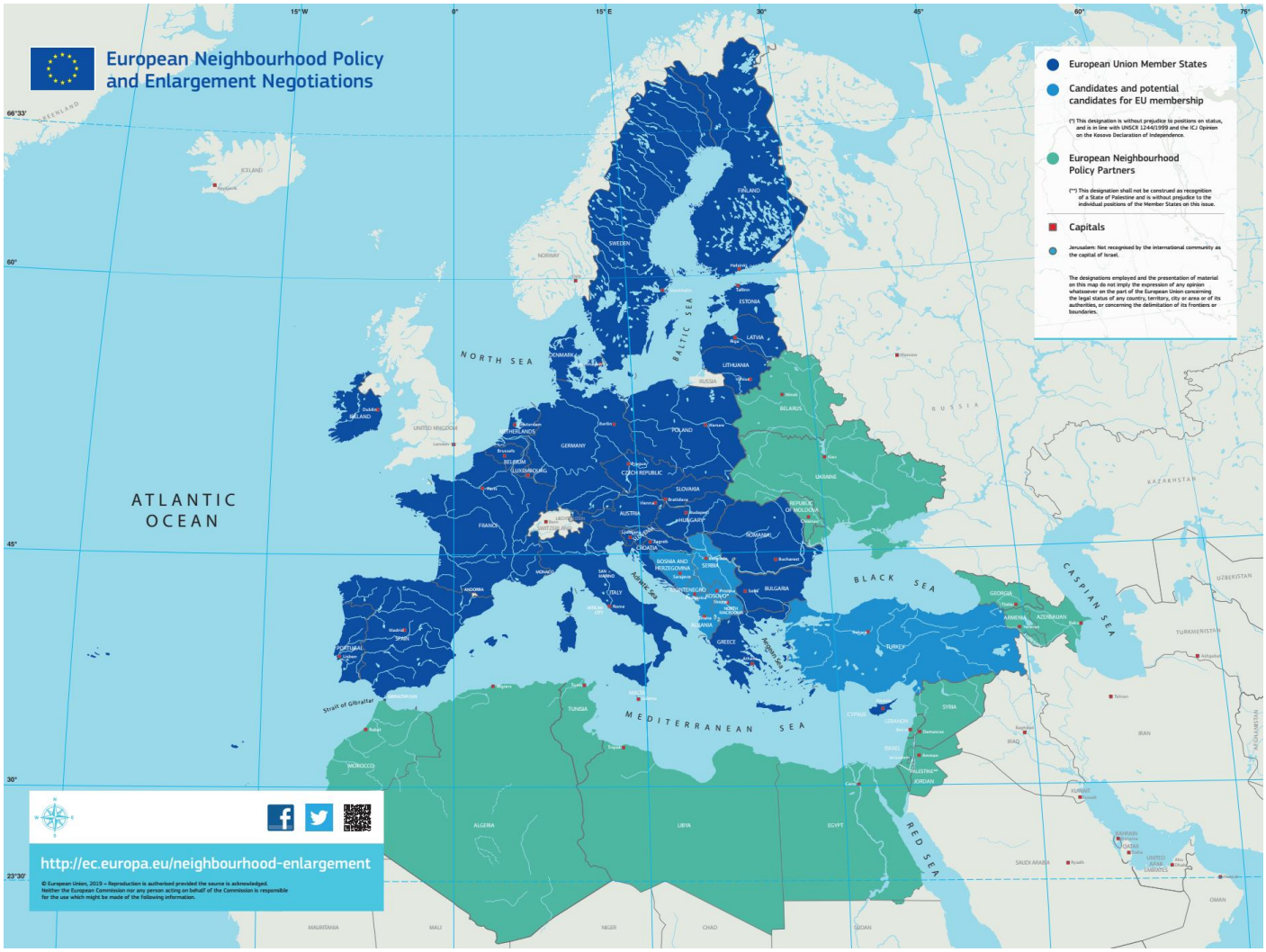
- **União econômica e monetária** – É o estágio final de integração econômica entre países. Além do livre-comércio, da tarifa externa comum e da livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores, os países-membros adotam uma moeda comum e a mesma política de desenvolvimento.

Vejamos os principais blocos econômicos regionais, ou melhor, aqueles que caem nas provas.

1.1 União Europeia

A União Europeia (UE) representa o estágio mais avançado do processo de formação de blocos econômicos no contexto da globalização. Constitui-se em uma união econômica e monetária, com 27 países membros (Estados-partes): Alemanha Áustria Bélgica Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, República Tcheca, Romênia e Suécia.

No mapa a seguir, podem ser visualizados os países que fazem parte do bloco econômico, estão em azul (European Union Member States):



As origens da União Europeia remontam à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), criada em 1951, por Alemanha Ocidental (na época, a atual Alemanha estava dividida em Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental), França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Em 1957, esses países criaram a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Nos anos que se seguiram, o território da UE foi aumentando de dimensão por meio da adesão de novos Estados-membros, ao mesmo tempo que aumentava a sua esfera de influência por meio da inclusão de novas competências políticas. O Tratado de Maastricht, assinado em 1992, que entrou em vigor em 1993, instituiu a denominação atual de União Europeia.

O **Euro**, moeda única do bloco, não é adotada por todos os países. Adotam o Euro: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Portugal e República da Irlanda.

No âmbito da União Europeia vigora a **livre circulação de pessoas**. Os cidadãos do bloco econômico têm o direito de residir noutro país para procurar emprego e trabalhar sem necessitar de uma autorização de trabalho; permanecer noutro país da UE mesmo após ter deixado trabalhar e de usufruir do mesmo tratamento que os nacionais do país em questão no que se refere ao acesso ao emprego, condições de

trabalho e todos os outros benefícios sociais e fiscais. Os controles de passaporte foram abolidos no âmbito da UE. Um cidadão europeu pode entrar e sair livremente de um país do bloco, ali residir e trabalhar.

Contudo, há algumas restrições a esses direitos e em casos excepcionais podem ser retomados o controle das fronteiras pelos países.

Há também o **Espaço Schengen**, formado por 26 países, onde também vigora a **livre circulação de pessoas**. A diferença é que fazem parte dessa zona quatro países que não são membros da União Europeia e cinco países membros do bloco econômico não participam dela. No Espaço Schengen foram abolidos os controles de passaporte. Os cidadãos de Schengen podem viajar livremente sem ter que se submeter a controles nas fronteiras.

O fim dos controles das fronteiras internas da União Europeia e de Schengen foi acompanhado por um reforço das fronteiras externas: os Estados-membros que se localizam na linha de frente têm a responsabilidade de realizar rigorosos controles em suas fronteiras e fornecer, dependendo do caso, vistos de curta permanência.



Países que integram o Espaço Schengen

Estados-membros da União Europeia: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, República Tcheca e Suécia.

Estados não membros da União Europeia: Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

Estados da União Europeia que não integram o Espaço Schengen: Bulgária, Romênia, Chipre, Croácia e Irlanda.

A crise econômica mundial de 2008 trouxe enormes desafios à integridade do bloco econômico. A Grécia, envolvida em uma grave crise econômica, ameaçou sair da União Europeia. O grande afluxo de migrantes vindo da África e da Ásia, a partir de 2014, em direção à Europa também tenciona as relações internas. Vários países resistem a receber e dar asilo à parcela desses migrantes.

Neste ambiente de crise – econômica e migratória - cresceu o discurso de partidos nacionalistas de extrema-direita eurocéticos, com resistências a várias das políticas comuns do bloco. Alguns partidos de extrema direita defendem a saída de seus países do bloco. Em vários países europeus, o segmento político da extrema direita tem crescido nas eleições parlamentares e presidenciais.

O Brexit

O **Reino Unido** é um dos países onde a permanência no bloco foi fortemente questionada. É um país formado por quatro países: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Os britânicos – como são chamados - não fizeram parte das origens da União Europeia. Foi somente em 1973 que o Reino Unido ingressou na Comunidade Econômica Europeia (CEE). Dois anos depois, em 1975, renegociou as condições de participação e realizou um referendo sobre a permanência na CEE. Na época, os britânicos votaram por continuar na Comunidade Econômica.

Quatro décadas após o referendo, em junho de 2016, em um **plebiscito**, os britânicos decidiram **sair** da União Europeia, no que é denominado de **"Brexit"**. É uma abreviação das palavras "British" (britânico, em inglês) e "exit" (saída, em inglês).

Na votação, os eleitores tinham de responder a apenas uma pergunta: "Deve o Reino Unido permanecer como membro da União Europeia ou sair da União Europeia?" 52% dos eleitores votaram por sair, 48% por permanecer.

Os defensores da saída alegaram que o crescimento da União Europeia diminuiu a importância e a soberania britânica. O país tem que seguir regulações nas áreas de economia, política, migrações, entre outras, decididas pelo bloco econômico.

O Reino Unido também enviaria mais dinheiro para a União Europeia do que recebe de volta em investimentos. Saindo, sobraria mais dinheiro para ser investido no país.

A questão da migração de cidadãos europeus ao Reino Unido foi um dos temas polêmicos. Três milhões de migrantes de países do bloco do leste europeu residem e trabalham no país. O argumento utilizado pelos defensores da saída é de que esses migrantes tiram o emprego dos britânicos e têm acesso ao sistema de proteção social, prejudicando a qualidade dos serviços para os nacionais.

Os defensores da permanência argumentaram que sair do bloco vai trazer prejuízos econômicos, como a exigência de novas taxas, regulações e acordos comerciais. Exemplo: O Reino Unido terá que fazer acordos comerciais com países ou blocos econômicos separadamente, inclusive com a União Europeia.

A vitória do sair levou à renúncia do então primeiro-ministro David Cameron. Thereza May assumiu como primeira-ministra.

O artigo 50 do Tratado de Lisboa, um dos tratados constitutivos da União Europeia, regulamenta o processo de saída de um país do bloco econômico. O país que quer sair do bloco tem que notificá-lo formalmente. A partir daí, iniciam-se negociações sobre os termos da saída, que podem durar até dois anos.

O Reino Unido fez a notificação em 29 de março de 2017. A saída estava programada para ocorrer em 29 de março de 2019, mas isso não ocorreu.

Os termos da negociação foram muito criticados por defensores do Brexit. Altos funcionários do governo britânico, inclusive ministros, renunciaram por discordarem de alguns termos da negociação final.

Após a negociação, a União Europeia e o Reino Unido deveriam aprovar o acordo. O Conselho da União Europeia aprovou o acordo em novembro de 2018. Já o Parlamento britânico rejeitou o acordo em janeiro

de 2019. Foram 432 votos contra e 202 a favor. Thereza May reapresentou a proposta em 12 de março, sendo reprovada com 391 votos contra e 242 a favor. A primeira-ministra apresentou a proposta pela terceira vez em 29 de março, sendo novamente recusada, com 344 votos contra e 286 a favor.

Após a primeira derrota, Thereza May solicitou uma ampliação do prazo para a saída do país do bloco europeu, o que foi aceito pela União Europeia. Ficou estabelecido a data de 22 de maio, mas para isso o Reino Unido deveria aprovar o acordo que foi negociado. Caso ele não fosse aprovado, a data de saída seria em 12 de abril.

Após a terceira rejeição ao acordo pelo parlamento britânico, Thereza May solicitou um novo adiamento do Brexit à União Europeia. O Conselho Europeu se reuniu em 10 de abril e concedeu um novo adiamento, até o dia 31 de outubro de 2019.

Como fracassou em aprovar a proposta do Brexit, que negociou com a União Europeia, no parlamento britânico, Thereza May deixou o cargo de primeira-ministra. No seu lugar, assumiu em julho de 2019, **Boris Johnson**, ex-ministro de Relações Exteriores e ex-prefeito de Londres.

Ele prometeu que o Reino Unido sairia do bloco europeu até o final de outubro de 2019, com acordo ou sem acordo, o que não ocorreu. Boris Johnson negociou com a União Europeia um ajuste no acordo de saída e o submeteu a aprovação do parlamento britânico, que não o aprovou. Além de não ter aprovado, a Câmara dos Comuns determinou ao primeiro-ministro que solicitasse um novo adiamento da saída do Reino Unido do bloco europeu, até **31 de janeiro de 2020**. A solicitação foi feita e o novo prazo foi concedido.

O impasse do Brexit no parlamento fez com que o primeiro-ministro tentasse três vezes sem sucesso convocar eleições parlamentares antecipadas. A oposição resistiu à ideia até que o parlamento aprovou uma lei que impediu a retirada do país da UE sem um acordo. Em 29 de outubro de 2019, a Câmara dos Comuns aprovou a realização de eleições gerais em 12 de dezembro de 2019. O **Partido Conservador**, do premiê Boris Johnson, foi o **grande vencedor das eleições** conquistando 365 assentos de um total de 650 no Parlamento e avançando sobre tradicionais redutos do Partido Trabalhista.

Após a vitória eleitoral do Partido Conservador, o acordo do Brexit foi finalmente aprovado pelo parlamento britânico e **o Reino Unido saiu da União Europeia, COM ACORDO, em 31 de janeiro de 2020**. É uma **SAÍDA INÉDITA**, é a primeira vez que um país membro sai do bloco econômico.

O Reino Unido deixou de fazer parte das instituições políticas europeias, como o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia, não tendo mais direito a voto. No entanto, durante o período de transição, continua contribuindo para o orçamento da União Europeia, precisa continuar seguindo suas regras e está sujeito às determinações da Corte Europeia de Justiça em caso de disputas legais.

Principais pontos do acordo do Brexit:

- Período de transição: Irá até **31 de dezembro de 2020**, quando as duas partes vão negociar vários pontos sobre o futuro das suas relações como a circulação de cidadãos europeus e britânicos entre Reino Unido e União Europeia (incluindo regras de habilitação e passaportes de animais), permissões de residência e trabalho para europeus no Reino Unido e britânicos na UE, comércio entre Reino Unido e União Europeia, tarifas de importação, livre circulação de mercadorias, questões de segurança e compartilhamento de dados, licenciamento e regulamentação de medicamentos e circulação de alimentos. Destas, a questão mais

importante, sem dúvida, é a comercial, já que a UE respondeu por 49% das exportações do Reino Unido em 2019.

Durante este período, o Reino Unido continuará participando e seguindo as regras do livre comércio e da união aduaneira.

- Fatura de saída do Reino Unido – Enquanto membro da União Europeia, o país faz parte do orçamento do bloco, recebendo investimentos e contribuindo financeiramente para o cofre geral. A União Europeia possui um orçamento comum e fundos setoriais. Atualmente está em vigor o orçamento do período de 2014-2020. O Reino Unido terá que cumprir com todos os compromissos de aporte financeiro já assumidos, mesmo que alguns aportes tenham que ser realizados após o país já estar fora do bloco europeu. O valor destes compromissos foi calculado em 30 bilhões de libras esterlinas (R$ 172 bilhões) que o Reino Unido terá de pagar como uma compensação financeira à União Europeia.

- Direitos dos cidadãos europeus vivendo no Reino Unido e dos britânicos vivendo na União Europeia: cidadãos europeus que já estejam no Reino Unido antes do Brexit e do fim do período de transição poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para britânicos que moram em países europeus). Uma das críticas dos defensores do Brexit era justamente sobre o direito de acesso dos cidadãos europeus ao sistema de proteção social britânico.

- Fronteira entre a Irlanda e a britânica Irlanda do Norte: foi o principal ponto de divergência no parlamento britânico e que emperrou a aprovação do acordo do Brexit no parlamento britânico durante a gestão de Theresa May.

A fronteira entre a Irlanda do Norte (parte do Reino Unido) e a República da Irlanda (um país independente, membro da União Europeia) é a única ligação terrestre entre a União Europeia e o Reino Unido.

A Irlanda tornou-se independente do Reino Unido em 1922, após três anos de conflito armado onde se destacou o Exército Republicano Irlandês (IRA), fundado em 1919. A ilha da Irlanda foi dividida em duas, a maior parte formou a República da Irlanda, independente. A parte norte, denominada de Irlanda do Norte, com 75% da população protestante, ficou sob controle do Reino Unido. A Irlanda é um país majoritariamente católico.

Como os protestantes eram maioria no norte, decidiam candidaturas políticas e plebiscitos, entre outros, acabavam impedindo que a vontade católica se manifestasse, além de discriminá-los. Por isso, o IRA continuou a lutar pela independência da região e a sua reanexação a República da Irlanda. Em 2005, o IRA anunciou o fim da luta armada e a entrega de armas. Antes disso, em 1998, foi assinado o Acordo de Belfast, pelos governos britânico e irlandês, e apoiado pela maioria dos partidos políticos norte-irlandeses. O acordo tinha por finalidade acabar com os conflitos entre nacionalistas (separatistas) e unionistas (pró-Reino Unido) sobre a questão da união da Irlanda do Norte com a República da Irlanda, ou sua continuação como parte do Reino Unido.

Uma das medidas determinantes para o término do conflito foi o fim do controle da fronteira entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda, permitindo a livre circulação de pessoas, o que propiciou uma maior integração entre os irlandeses da ilha. Atualmente, milhares de pessoas atravessam a fronteira irlandesa todos os dias, e bens e serviços passam entre as duas jurisdições sem restrições.

A saída do Reino Unido da União Europeia implicará um controle de fronteiras entre ambos. Há um temor de que este controle de fronteira na ilha da Irlanda possa reavivar o movimento separatista na Irlanda do Norte.

Na negociação, o Reino Unido se comprometeu a não estabelecer uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a República da Irlanda e a Irlanda do Norte. Durante e após o período de transição, a livre circulação de pessoas e mercadorias vai continuar ocorrendo nessa fronteira, o que foi motivo de grande divergência entre os defensores do Brexit. Para esses, haverá duas realidades no Reino Unido, uma em que haverá o controle fronteiriço com o bloco europeu – Inglaterra, Escócia e País de Gales com a União Europeia – e outra em que o controle fronteiriço será flexível – entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda (membro da União Europeia). Ou seja, entre a Irlanda do Norte e a União Europeia continuará tendo a livre circulação de mercadorias e pessoas, o que, para os defensores do Brexit, pode significar uma ameaça à integridade territorial do Reino Unido.



Qual são os principais temores?

Críticos dizem que o Reino Unido terá dificuldade para definir como ficará sua relação com a União Europeia no futuro porque o período de transição é relativamente curto. O governo britânico espera obter com a UE um acordo especial, semelhante ao da Noruega e da Suíça, que não fazem parte do bloco. No caso

norueguês, especificamente, europeus não precisam de visto para morar ou trabalhar, mas têm que se registrar na polícia. Porém, essa possibilidade parece remota.

Além disso, muitos analistas temem que o Brexit acabe por prenunciar a dissolução do Reino Unido, inflamando movimentos de independência. A Escócia, por exemplo, votou em peso pela permanência na União Europeia e pressiona por um novo plebiscito de independência.

No plebiscito de 2014, os escoceses decidiram continuar fazendo parte do Reino Unido. Na época, um dos principais argumentos dos defensores da permanência era o de que se a Escócia se tornasse independente estaria fora não só do Reino Unido, mas da União Europeia também, pois quem fazia parte do bloco econômico era o Reino Unido. Como país independente, teria que iniciar do zero, um processo de adesão ao bloco europeu.

Na Irlanda do Norte, a preocupação é com a possibilidade de se separar para se unir à República da Irlanda.

1.2 MERCOSUL

Fundado em 1991, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é a mais abrangente iniciativa de integração regional da América Latina, surgida no contexto da redemocratização e reaproximação entre os países da região ao final da década de 1980. Os seus Estados-Partes (membros efetivos ou plenos) fundadores são a **Argentina**, o **Brasil**, o **Paraguai** e o **Uruguai**. A **Venezuela** (Estado-Parte) ingressou no bloco em 2012. O Paraguai foi suspenso do bloco em junho de 2012, mas retornou ao bloco em fevereiro de 2014.

Em dezembro de 2016, a **Venezuela foi suspensa do MERCOSUL**. Quando do seu ingresso no bloco, em 2012, foi concedido ao país um prazo de quatro anos para que adequasse a legislação e as normas internas aos acordos e tratados do bloco econômico. Findado o prazo, o país não cumpriu com a adequação de todas as normas e legislações necessárias à sua adesão como membro pleno do bloco. Dessa forma, a Venezuela foi suspensa do MERCOSUL pelos demais países-membros.

Nova suspensão foi aplicada ao país, em agosto de 2017, com base na **cláusula democrática**, constante do Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL. O bloco entende que há uma **ruptura na ordem democrática do país** e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente.

As suspensões são políticas afetando o direito do país de votar, de ser votado e de exercer a presidência rotativa do bloco. Não afetam as trocas comerciais entre a Venezuela e os demais países do bloco. Os acordos comerciais continuam em vigor.

Para retornar como membro pleno do MERCOSUL, a Venezuela terá que solucionar internamente os fatores que deram causa às duas suspensões. Contudo, não confunda, o país não foi excluído do bloco, suspensão é diferente de exclusão.

Estados-Partes são os que participam dos acordos e tratados do Mercosul e possuem uma maior integração comercial. Possuem direito de voto, são os países que têm poder de decisão sobre os assuntos do bloco econômico.

O MERCOSUL conta, ainda, com **Estados Associados** (membros associados) e **Estados Observadores** (membros observadores). Os Estados Associados são a **Bolívia**, o **Chile**, o **Equador**, o **Peru**, a **Colômbia**, a **Guiana** e **Suriname**. Assim, podemos notar que o MERCOSUL abrange todos os países da América do Sul. México e Nova Zelândia também são Estados Observadores.

A **Bolívia** é um Estado Associado em processo de adesão ao bloco como Estado Parte. O Protocolo de Adesão de Bolívia ao MERCOSUL já foi assinado pela totalidade dos Estados Parte em 2015 e agora se encontra em vias de incorporação pelos congressos dos Estados-Parte.

Os membros associados fazem parte da área de livre comércio, mas não adotam a Tarifa Externa Comum (TEC). Portanto, não participam integralmente do bloco, aderem, apenas, a alguns acordos comerciais e não possuem poder de voto nas decisões do Mercosul. Podem participar na qualidade de convidado nas reuniões de organismos do bloco e podem assinar acordos sobre matérias comuns.

Um membro observador é aquele que apenas participa das reuniões do bloco, no sentido de melhor acompanhar o andamento das discussões, mas sem poder de participação ou voto.

Acordo de Livre Comércio com a União Europeia

Uma das críticas ao MERCOSUL são os poucos acordos de livre-comércio com outros países ou blocos econômicos. Desde o seu surgimento, o bloco econômico tinha conseguido negociar acordos comerciais somente com o Egito, Israel e Palestina, de pouca representação no comércio mundial.

Contudo, em 28 junho de 2019, em Bruxelas, MERCOSUL e União Europeia assinaram um acordo de livre comércio, após 20 anos de negociações entre os dois blocos econômicos.

As conversas começaram em 1999, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foram interrompidas em 2004, relançadas em 2010 e se aprofundaram durante o governo de Michel Temer (2016-2019) até serem concluídas, conforme já dissemos, em junho de 2019.

O acordo MERCOSUL-União Europeia será uma das maiores áreas de livre comércio do mundo. Porém, vai levar algum tempo para entrar em vigor.

O acordo terá que ser internalizado no ordenamento jurídico da União Europeia e do MERCOSUL. Isso implica ser aprovado no Parlamento Europeu e nos parlamentos nacionais de todos os países dos dois blocos econômicos e ser ratificado pelos poderes executivos. Após as aprovações e ratificações, a redução de tarifas entre os blocos entra em vigor, mas de forma gradativa, ao longo de dez anos.

Aspectos econômicos

O acordo de livre-comércio envolve os 28 países da União Europeia e quatro países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai). Os dois blocos juntos reúnem cerca de 780 milhões de pessoas e 25% do PIB mundial.

A expectativa é de que haverá um incremento do PIB brasileiro de R$ 87,5 bilhões em 15 anos, podendo chegar a R$ 125 bilhões se consideradas a redução das barreiras não tarifárias.

O acordo também pode proporcionar uma retomada de fôlego nas relações comerciais entre Brasil e União Europeia. Ao longo dos últimos anos, os europeus têm perdido espaço nas exportações brasileiras. Hoje, a UE representa menos de 20% dos destinos dos produtos brasileiros. Nos anos 1990, representou quase um terço.

O bloco europeu é o segundo maior parceiro comercial do Mercosul, atrás da China. A corrente de comércio entre os dois blocos foi de mais de US$ 90 bilhões em 2018. O Mercosul vende, principalmente, produtos agropecuários para a UE. Já os europeus exportam principalmente produtos industriais, como autopeças, veículos e farmacêuticos.

Principais pontos

Conforme o que já foi divulgado, os principais pontos do acordo são os seguintes:

Temas tarifários

- Produtos agrícolas brasileiros, como suco de laranja, frutas, café solúvel, peixes, crustáceos e óleos vegetais terão tarifas eliminadas;
- Exportadores brasileiros também terão acesso preferencial para carnes bovina, suína e de aves, açúcar, etanol, arroz, ovos e mel;
- Produtos industriais do Brasil serão beneficiados com a eliminação de 100% nas tarifas de exportação;
- Produtos europeus terão tarifas de exportação eliminadas para diversos setores. Na lista estão veículos e partes, maquinários, produtos químicos e farmacêuticos, vestuário e calçados e tecidos;
- Chocolates e doces, vinhos e outra bebidas alcoólicas e refrigerantes provenientes da União Europeia terão tarifas reduzidas;
- Haverá cotas para importação sem tarifas de produtos lácteos, como queijos, da UE.

Temas não tarifários

- Acordo vai ampliar o grau de liberalização do comércio de serviços. Nesse grupo estão incluídos, os setores de telecomunicações, serviços financeiros, entre outros;
- Nas compras governamentais, haverá maior concorrência em licitações públicas;
- Haverá redução no custo dos trâmites de importação, exportação e trânsito de bens;
- Os blocos vão se comprometer a desburocratizarem e reduzirem os custos no comércio entre as duas regiões;
- Mercosul e UE se comprometem a reduzir entraves de medidas sanitárias e fitossanitárias;
- Blocos se comprometem a reconhecerem a propriedade intelectual de diversos produtos.

Comércio e desenvolvimento sustentável

Os dois blocos reiteraram os seus compromissos com os acordos multilaterais ambientais e com o respeito aos direitos trabalhistas e proteção dos direitos das populações indígenas.

O comunicado conjunto aponta que o acordo garante os melhores padrões de segurança alimentar e de proteção ao consumidor, e que contém compromissos específicos em relação a direitos trabalhistas e proteção ambiental – incluindo a implantação do **Acordo do Clima de Paris**.

Acordo de livre comércio com a EFTA

Em agosto de 2019, o Mercosul anunciou que fechou um novo acordo comercial com países do hemisfério norte, desta vez com a EFTA - Associação Europeia de Livre Comércio, formada por Noruega, Suíça, Liechtenstein e Islândia.

A região da EFTA tem o maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita do mundo e tem um PIB conjunto de US$ 1,1 trilhão, duas vezes o PIB da Argentina, que é um dos principais parceiros do Brasil.

Ainda não há data para o tratado começar a vigorar. Antes disso, ele precisa ser ratificado pelos oito países envolvidos.

1.3 NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte, na sigla em inglês)

O bloco é uma área de livre comércio integrada por Estados Unidos, Canadá e México. O tratado foi assinado em 1992 e entrou em vigor em 1994.

Na sua campanha eleitoral, o então candidato a presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, prometeu rever os termos do tratado de livre comércio. O presidente norte-americano considera que o tratado contém termos que prejudicam a economia dos Estados Unidos, e, por consequência, favorecem as economias do Canadá e do México.

Em agosto de 2018, Trump anunciou que os EUA e o México chegaram a um acordo comercial que revisa partes importantes do Nafta. O acordo foi denominado **de "The Unites States-México Trade Agreement" (Acordo Comercial Estados Unidos-México)**. O Canadá aderiu ao novo acordo em outubro de 2018, que passou a ser denominado de **USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá ou de T-MEC (Tratado México- Estados Unidos-Canadá)** ou de CUSMA (Acordo Comercial Canadá-Estados Unidos-México).

Para entrar em vigor, os novos acordos precisam ser aprovados no Congresso dos três países. Por enquanto, o NAFTA continua vigendo.

2 – O protecionismo dos Estados Unidos, da China e a “guerra comercial”

Sob o governo de Donald Trump, os EUA têm tomado iniciativas que questionam fortemente o livre-comércio internacional, com a adoção de sobretaxas de importação, o questionamento aos termos do acordo do NAFTA e da relação comercial com a China.

Dá-se o nome de protecionismo ao conjunto de ações para impedir ou restringir o fluxo de mercadorias e serviços estrangeiros de forma a proteger as empresas nacionais. As principais medidas protecionistas

utilizadas para barrar importações são o imposto, a taxa, a cota e o subsídio. A OMC regulamenta a aplicação, os limites e o grau de proteção que podem ser utilizados pelos países-membros.

O imposto e a taxa são tributos cobrados sobre o valor de mercadorias importadas para diminuir a competitividade de produtos estrangeiros no mercado nacional. A cota é a quantidade de determinada mercadoria que pode entrar em um país proveniente de outro. O subsídio é o auxílio financeiro, direto ou indireto, concedido por um governo aos seus produtores, por diversos motivos (importância da atividade, preservação dos postos de trabalho etc.). Na prática, o subsídio torna a atividade mais competitiva nos mercados local (diante das importações) e global (quando envolve exportações).

O governo americano tem estabelecido sobretaxas (pode também aparecer o termo tarifa) a diversos produtos importados de outros países. Sobretaxa ou tarifa são os termos utilizados pela imprensa, na verdade é a elevação de impostos de importação. Entre esses produtos, ganhou destaque o aumento de impostos de importação de aço e alumínio sobre as compras externas de aço, que passou de 0,9% para 25%, e de alumínio, que subiu de 2% para 10%. A medida prejudicou diretamente a economia dos principais exportadores desses insumos para os EUA, como União Europeia, México, China, Coreia do Sul e o Brasil. O nosso país foi o segundo maior exportador de aço para os norte-americanos em 2017, atrás apenas do Canadá.

Nos meses seguintes ao anúncio, houve negociações bilaterais entre os EUA e os principais exportadores, na tentativa de minimizar os efeitos das taxas. No caso do Brasil, as siderúrgicas nacionais aceitaram a imposição de cotas para limitar as exportações em 4,1 milhões de toneladas – 12% abaixo do que foi exportado em 2017. O setor de alumínio aceitou a sobretaxa de 10%.

Trump justificou a decisão como medida necessária para proteger as siderúrgicas norte-americanas. E, também, por uma questão de segurança nacional: se as siderúrgicas dependerem da importação do aço, em caso de boicote dos exportadores, a indústria bélica norte-americana ficaria com a produção comprometida.

Anteriormente às medidas para o aço e o alumínio, os EUA anunciaram sobretaxas de importação para máquinas de lavar roupa e painéis solares, de 20% e 30% respectivamente, que afetaram a Coreia do Sul e China. Em agosto de 2018, o país anunciou uma sobretaxa a canos de metal importado da China, Canadá, Grécia, Índia, Coreia do Sul e Turquia. A União Europeia, a Turquia e a China retaliaram e aplicaram sobretaxas a diversos produtos importados dos norte-americanos.

A proteção do mercado de trabalho americano e o incentivo à indústria nacional foram algumas das principais promessas feitas por Trump durante a campanha eleitoral de 2016. Ao sobretaxar produtos importados, o presidente busca cumprir essas promessas.

Retaliação à China

Trump vê no comércio internacional o ponto fraco da economia norte-americana. Seu diagnóstico é respaldado pelo crescente déficit comercial dos EUA: em 2017, as importações superaram as exportações em 796 bilhões de dólares. O país que mais contribui para esse déficit é a China. Naquele ano, o saldo negativo nas relações comerciais com os chineses foi de 375 bilhões de dólares. Por isso, as medidas para tentar reduzir as importações têm como principal alvo a economia chinesa. Déficit comercial que aumentou em 2018, chegando a 420 bilhões de dólares.

Os Estados Unidos elevaram tarifas sobre mais de US$ 450 bilhões em produtos chineses. A China, por sua vez elevou as tarifas sobre bens americanos em um valor de mais de US$ 110 bilhões.

Os EUA acusam a China de suposto roubo de propriedade intelectual. Trump acusa empresas chinesas de adquirir participação em indústrias norte-americana e, assim, ter acesso aos métodos de produção que depois são reproduzidos livremente, sem remunerar a propriedade intelectual das inovações. Além disso, o governo chinês subsidiaria a produção de bens de alta tecnologia. Assim, a China teria condições de colocar seus produtos no mercado a preços muito mais baixos do que outros países.

O governo chinês é acusado também de **manipulação cambial**, interferindo no valor de sua moeda, o yuan, diante do dólar. Explicando: o dólar é a moeda-base nas transações no mercado internacional. A política cambial de um país são as ações adotadas para estipular a relação entre o valor do dólar e o da moeda nacional. Quando o valor do dólar cai em relação à moeda local, os produtos estrangeiros ficam mais baratos, o que aumenta as importações e diminui as exportações. No sentido contrário, com o dólar mais caro, as exportações se tornam vantajosas e as importações caem.

Essa estratégia é denunciada como uma forma indireta de um país conceder subsídios para estimular artificialmente suas exportações. O problema é que, embora as regras da OMC coloquem limites aos subsídios, não há uma regulamentação específica na entidade com relação à manipulação cambial, o que deixa os chineses livres para alterarem artificialmente a cotação de sua moeda.

Guerra comercial

A atuação dos EUA na defesa de seus interesses comerciais revela o quanto o equilíbrio entre exportações e importações é importante para a economia de cada país. Cada acordo desfeito ou produto barrado é um lance no complexo jogo nas relações comerciais internacionais – e, na maioria das vezes, não fica sem resposta.

A essa **disputa na qual os países utilizam estratégias para restringir a circulação de produtos ou serviços importados para atingir seus objetivos econômicos** damos o nome de **guerra comercial**. E, quando esse conflito envolve as duas maiores potências mundiais, existe um grande risco de contaminação global. Desde a crise econômica mundial de 2008, até 2017, as 60 maiores economias do mundo adotaram mais de 7 mil medidas protecionistas – só em 2017, foram 360 ações para proteger as economias nacionais, o maior índice registrado desde 2011.

O grande perigo da disseminação do protecionismo é a possibilidade de uma retração do comércio mundial, um dos fundamentos da economia globalizada. As exportações são importantes fontes de receita para os países. Mas como vender para o exterior se todas as economias estão adotando restrições ao comércio internacional?

Além disso, medidas protecionistas podem ter efeitos negativos também no país importador. As taxas alfandegárias podem favorecer um ou outro setor industrial, mas devem prejudicar outros setores, que dependem da importação. Sem a opção de importar, as empresas desses setores terão de se submeter à oferta dos fabricantes nacionais. Como a produção doméstica terá grande demanda, os custos de produção tenderão a subir, o que elevará o preço dos bens finais, ameaçando até a sua competitividade no mercado internacional.

Fase 1 do acordo entre EUA e China

Em 15 de janeiro de 2020, após vários meses de negociação, os dois países assinaram um acordo para aliviar a guerra comercial. O acordo foi denominado de Fase 1, e tem como ponto central a promessa da China de comprar mais US$ 200 bilhões em produtos dos EUA ao longo de dois anos para reduzir o déficit comercial bilateral. O documento assinado prevê que a *China* aumente a compra de produtos manufaturados, agrícolas, energia e serviços dos EUA.

Dois temas sensíveis na guerra comercial foram abordados no acordo. Os dois países podem ser punidos pelo roubo de informações comerciais consideradas sigilosas. A medida se dirige a China que é acusada de suposto roubo de propriedade intelectual, que também terá de proibir roubos cibernéticos. O outro tema é sobre a transferência de tecnologia, ficou acordado que não será permitido que empresas sejam obrigadas a transferir tecnologias para "aquisições, associações ou outras formas de investimento". É outra medida endereçada a China, que força esta prática com relação as empresas estrangeiras que se instalam no país.

Os Estados Unidos, no entanto, ainda vão manter tarifas de 25% sobre uma vasta gama de US$ 250 bilhões em bens e componentes industriais chineses usados pela manufatura norte-americana, até a segunda fase de um acordo comercial.

2.1 A batalha da 5G

O 5G é a evolução da atual rede de celulares de quarta geração (4G). O 5G tem três principais características: uma grande largura de banda, baixa latência e conexões amplas.

As redes da quarta geração são capazes de entregar uma velocidade média de conexão de, aproximadamente, 33 Mbps (megabytes por segundo). Estima-se que o 5G será capaz de entregar velocidades 50 a 100 vezes maiores, podendo alcançar até 10 Gbps (gigabytes por segundo). Os tempos de conexão entre aparelhos móveis devem ser inferiores a 5 ms (milissegundos), face à latência de 30 ms das redes 4G. Ou seja, poderemos enviar e receber dados de forma quase instantânea.

O aumento do número de aparelhos conectados por área possibilitará uma enorme ampliação da tendência mundial da “internet das coisas”. Sistemas de iluminação pública e residencial, smartphones, smartwatches, eletrodomésticos, dispositivos de monitoramento, sensores de presença, frequencímetros cardíacos, centrais de segurança, guichês de supermercados ou estacionamentos, caixas de supermercados, sensores meteorológicos e muitos outros dispositivos poderão conectar-se mutuamente por meio do uso da quinta geração das redes móveis. Com isso, haverá inúmeras possibilidades, cada vez mais inteligentes e conectadas, para residências, ruas, hospitais, comércios e indústrias.

Sua geladeira, por exemplo, poderá ser programada para avisar quando algum produto estiver acabando, já que sua conexão com a internet das coisas tornará possível programá-la para que ela compre remotamente o produto em falta, se assim você desejar.

O pequeno tempo de latência possibilitado pelas redes 5G permitirá que o sistema de freios de um veículo comunique-se rapidamente aos smartphones ou smartwatches dos pedestres, evitando acidentes quando,

por exemplo, houver grandes aproximações entre eles, ou para um cirurgião em Nova York controlar um par de braços robóticos que executam um procedimento em Santiago.

O início da implantação das redes de quinta geração está previsto para 2020, no entanto, espera-se que seu pleno funcionamento ocorra por volta de 2025, pelo menos nas principais metrópoles do mundo.

Atualmente, a empresa chinesa Huawei é a maior fornecedora de sistemas 5G, ultrapassando as tradicionais Ericsson, sueca, e Nokia, finlandesa. A Huawei também é a maior fabricante de equipamentos de telecomunicações do planeta. Em 2018, ultrapassou a Apple e se tornou a segunda maior vendedora de celulares, atrás apenas da coreana Samsung.

Por não possuírem uma grande empresa no setor 5G, os Estados Unidos, principal economia do planeta, viraram o maior mercado para a Ericsson, e o governo norte-americano começou uma campanha de boicote à líder mundial. Os dois países travam uma guerra comercial em que já foram impostos centenas de bilhões de dólares em sobretaxas a produtos importados por ambos, que agora eleva o seu patamar para uma guerra tecnológica.

A Casa Branca acusa a empresa chinesa de roubar propriedade intelectual de empresas norte-americanas; de vender produtos com tecnologia norte-americana a países que sofrem embargo (como Irã e Coreia do Norte); e, também alegam que a Huawei colabora com governo chinês para espionar outros países, colocando em risco a sua segurança nacional.

Com suas acusações, os EUA conseguiram que Nova Zelândia e Austrália proibissem o uso de tecnologia e equipamentos da empresa por razões de segurança. Canadá, Alemanha, Japão e Coreia do Sul colocaram a empresa sob avaliação.

A Huawei nega todas as acusações de violação das sanções e afirma operar dentro da lei em todos os países onde atua.

Além disso, o governo norte-americano abriu uma ação contra a Huawei e a executiva Meng Wangzhou - filha do fundador da empresa –, acusada de fraude por violar sanções ao Irã impostas pelos EUA. Wangzhou chegou a ficar 11 dias presa no Canadá, em dezembro de 2018, até ter o seu pedido de liberdade condicional aceito.

E, desde 17 de maio de 2019, a Huawei perdeu o acesso a softwares e componentes produzidos nos Estados Unidos e que eram necessários para fabricar seus produtos. A proibição imposto à Huawei pode interromper o lançamento do 5G globalmente. A medida também impacta negócios emergentes da empresa, como a oferta de computação em nuvem.

Entretanto, os ataques norte-americanos à Huawei são apenas o sustentáculo de uma guerra estadunidense contra a empresa que é carro-chefe da ambição chinesa de se tornar uma superpotência tecnológica. A disputa entre Estados Unidos e China transcende o campo comercial. É a principal batalha pelo poder neste milênio – dentro e fora do mundo digital. O domínio na área das telecomunicações é essencial para o domínio político e econômico na atualidade.

3 – China

A civilização chinesa tem mais de quatro mil anos. Após um longo período imperial e uma breve república, uma revolução liderada pelo Partido Comunista Chinês (PCCh), de Mao Tsé-Tung, deu origem à **República Popular da China**, em 1949. O país foi reorganizado nos moldes socialistas.

Com a morte de Mao, em 1976, a China implementou um modelo, ainda vigente, chamado por seus dirigentes de socialismo de mercado. O país manteve o controle estatal das fábricas e da terra, mas permitiu a abertura ao mercado mundial em determinadas regiões, denominadas Zonas Econômicas Especiais.

Nessas zonas se instalaram empresas multinacionais, para produzir artigos para a exportação, atraídas por incentivos fiscais e pela barata e numerosa mão de obra chinesa. Posteriormente, o governo autorizou a propriedade privada em algumas situações e fez maciços investimentos em tecnologia para aperfeiçoar a sua indústria.

Com essas medidas, o país inundou o planeta com seus produtos "made in China", tornando-se o maior exportador mundial. Se a princípio os produtos chineses eram associados à baixa qualidade, hoje eles já possuem maior valor agregado, como eletroeletrônicos e automóveis. Paralelamente, para suprir sua demanda por alimentos, energia e matérias-primas, a **China** tornou-se um **grande importador de commodities**, como petróleo e minério de ferro.

Com essas ações, a China atrelou seu crescimento à economia de outras nações, firmando parcerias com países da África e da América Latina, incluindo o Brasil. Na crise mundial iniciada em 2008, por exemplo, a queda na demanda chinesa por commodities foi um dos fatores que afetaram a economia brasileira.

Atualmente, o país é a **segunda maior economia do mundo**, respondendo por mais de 11% do PIB mundial, atrás apenas dos **Estados Unidos**.

Por ter uma economia voltada para o comércio exterior, a China passou a ser um dos grandes defensores da globalização e do livre-comércio. É uma defesa que tem sido reafirmada diante de críticas do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a essa mesma globalização e livre-comércio.

Para além das questões econômicas, a China quer se firmar como uma liderança global, capaz de não apenas ser uma potência regional, mas de ameaçar a hegemonia mundial dos EUA. O fato é que se trata de dois aspectos praticamente indissociáveis: com o poder econômico e a expansão comercial, o país cria uma relação de interdependência com os mercados globais, o que aumenta o seu peso nas principais decisões mundiais.

Na tentativa de projetar sua influência pelo mundo, a China investe na chamada "diplomacia econômica". Com projetos de financiamento, aquisição de matérias-primas e obras de infraestrutura, o país aposta no poder de sua economia para angariar aliados. É uma forma de estabelecer uma relação na qual os outros países se tornem cada vez mais dependentes do capital chinês. A presença chinesa é cada vez maior na América Latina, África, Ásia e Europa.

O projeto mais ambicioso da China responde pelo nome de **"Nova Rota da Seda"**. O objetivo é criar um corredor econômico, composto por estradas, ferrovias, oleodutos e cabos de fibra ótica, que irá conectar, por via terrestre e marítima, a China à Europa e à África. O corredor atravessará a Ásia Central, o Oriente

Médio e o Oceano Índico. Para desenvolver este projeto de integração eurasiana, a China criou um fundo com dezenas de bilhões de dólares, que serão investidos em obras de infraestrutura nos países vizinhos. A rota da seda foi um corredor econômico que uniu Oriente e Ocidente no primeiro milênio de nossa era.



Apesar do vertiginoso crescimento econômico, o país convive com problemas que causam instabilidade ao atual modelo político-econômico: significativa desigualdade social, corrupção, degradação ambiental e crescente descontentamento popular.

A China é uma ditadura que **reprime a liberdade de expressão e viola os direitos humanos**. No entanto, há uma resistência interna, e diversos dissidentes desafiam o regime. O país é o principal parceiro comercial e destino das exportações do Brasil.

O atual presidente Xi Jinping já é considerado o homem mais poderoso da China, desde Mao Tsé-Tung. Xi foi reeleito para um segundo mandato presidencial de cinco anos, no período de 2018 a 2023, como chefe da Comissão Militar Central e como secretário-geral do Partido Comunista Chinês.

Em uma alteração constitucional histórica, o parlamento chinês aboliu o limite de dois mandatos presidenciais consecutivos de cinco anos. Com isso, Xi Jinping poderá permanecer no poder por tempo indeterminado. O "Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas na Nova Época", a teoria do presidente sobre o futuro do país, foi incluído na constituição do PCCh e na constituição do país.

O país disputa com o Japão a posse das ilhas de Senkaku, para os japoneses, ou Diaoyu, para os chineses, localizadas no Mar da China Oriental.

O **Mar do Sul da China** é, atualmente, o foco de maior tensão no Sudeste Asiático. A área é reivindicada pela China, que alega ter precedência histórica com base em um pedido feito em 1947. No entanto, além das Filipinas, países como Vietnã, Brunei, Malásia e Taiwan também disputam a soberania sobre a região e querem negociar com base na convenção da ONU sobre o Direito do Mar, que define zonas de 200 milhas para cada país. O problema é que, devido à proximidade entre essas nações, as fronteiras marítimas não são bem definidas.

O Mar do Sul da China é fundamental para a indústria da pesca, rica em reservas de petróleo e estratégica para o transporte marítimo. Mesmo com a indefinição das fronteiras, a China ampliou a ofensiva para consolidar a ocupação da área em 2014, ao construir ilhas artificiais em Spratly e instalar plataformas para a exploração de petróleo na região. Essa iniciativa chinesa é vista como uma forma de impor sua hegemonia no Sudeste Asiático.

A disputa foi parar na Corte Permanente de Arbitragem da ONU, que decidiu que a China não tinha base legal para reivindicar “direitos históricos” sobre o Mar do Sul da China. O governo de Pequim não reconheceu e não acatou a decisão.

Outro foco de divergência é sobre a questão da ilha de **Taiwan**, que a China considera uma **província rebelde** e quer reintegrar ao país. Antes da chegada ao poder de Mao Tsé-Tung, em 1949, a China era governada pelo Partido Nacionalista, que foi derrotado, tendo os seus líderes fugidos para a ilha de Taiwan, onde fundaram a República da China.

Quando a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada, em 1945, a China foi um de seus membros fundadores. Mas após o fim da guerra civil, em 1949, foi Taiwan que passou a ocupar o assento destinado à China na ONU.

Essa situação durou até 1971, quando a China continental ingressou na ONU, obrigando Taiwan a deixar a instituição. Desde então, o poder político e econômico da China se impõe, obrigando todos os países com quem mantém relações diplomáticas a cortarem os laços oficiais com Taiwan.

Mas esse isolamento político não significa isolamento econômico. Taiwan possui uma economia dinâmica e se tornou um dos principais exportadores da Ásia, mantendo relações comerciais com todo o mundo e participando de blocos econômicos regionais.

Na prática, Taiwan tem todas as condições que o definem como um país: um governo próprio eleito democraticamente, instituições sólidas, uma moeda nacional, forças armadas e um território delimitado.

Em busca de uma solução pacífica, contudo, a China propõe o conceito de "um país, dois sistemas": o socialista no continente e o capitalista em Taiwan. Em tese, isso permitiria a Taiwan adotar as suas políticas econômicas e manter as suas instituições, com relativa autonomia.

Contudo, a maioria da população da ilha é simpática à causa separatista, embora até hoje a independência não tenha sido declarada. Se isso ocorrer poderá haver um ataque militar chinês à ilha.

3.1 Protestos em Hong Kong em 2019

O território de Hong Kong, localizado na costa sul da China, é uma **Região Administrativa Especial** do país. Com uma pequena área e uma população de cerca de sete milhões de pessoas, é uma das áreas mais densamente povoadas do mundo e um dos principais centros financeiros internacionais, possuindo um dos maiores PIB per capita do mundo.

Macau, ex-colônia de Portugal, também detém o status de Região Administrativa Especial da China.



Elaboração: G1.

A região passou para o domínio britânico em 1842, ao final da Primeira Guerra do Ópio (1839-1842). A cessão ocorreu por meio do **Tratado de Nanquim**, que encerrou o conflito. A partir daí, tornou-se um importante e estratégico entreposto do Reino Unido no continente asiático.

Ao longo das décadas, apresentou um desenvolvimento social, cultural e econômico muito diferente da China. Além disso, serviu como refúgio para muitos dissidentes e opositores do governo chinês.

Nas décadas de 1950 e 1960, a região apresentou grande desenvolvimento da sua indústria. Neste período, a política liberal de Hong Kong atraiu muitos investidores estrangeiros, resultando num boom econômico que a tornou uma das regiões mais ricas e mais produtivas da Ásia.

Na década de 80 do século passado, sob o comando de Deng Xiaoping, a China abre conversações com o Reino Unido para a devolução da soberania sobre Hong Kong.

Assim, em 1984, é assinada, em Pequim, a **Declaração Conjunta Sino-Britânica**, onde foi acordado que Hong Kong retornaria à China em 1997, sob o princípio de "**um país, dois sistemas**".

O princípio estabeleceu que o sistema socialista não vigoraria na Região Administrativa Especial de Hong Kong, vigorando o sistema capitalista, que ficaria intacto por um período de 50 anos, e que as liberdades individuais deveriam ser garantidas.

Com isso, a região passou a ter um alto grau de autonomia, exceto em assuntos estrangeiros e de defesa. Hong Kong tem seu próprio sistema legal, seus próprios partidos e direitos que, na China, não existem, como

o de liberdade de reunião e liberdade de expressão, garantido no seu documento que tem valor de constituição, a **Lei Básica de Hong Kong**.

Esta “autonomia” é objeto de questionamento por parte de seus cidadãos, pois o seu governante é eleito por um pequeno comitê eleitoral que é controlado por Pequim. Assim, todos os governantes de 1997 até então tem apresentado uma política pró-República Popular da China, aprovando leis que são bastante favoráveis ao governo central chinês.

Em 2014, frente à insatisfação do povo honconguês com a escolha de seus governantes, a China apoiou a realização de eleições para Hong Kong no mesmo ano, mas só entre um grupo de candidatos que ela mesma escolhesse.

A resposta local foi com grandiosos protestos com a exigência do direito de eleger livremente seu próprio líder. Conhecida como **Movimento Guarda-Chuva**, as manifestações duraram várias semanas e acabaram fracassando sem concessões de Pequim. A utilização dos guarda-chuvas tinha como objetivo se proteger das bombas de gás lançadas pelas forças policiais.

O projeto da lei de extradição

Em fevereiro de 2019, o governo local apresentou ao legislativo uma proposição para permitir a extradição de cidadãos de Hong Kong para serem julgados na China Continental, o que foi considerado como uma tentativa de aumento da influência central chinesa na região, uma redução da sua autonomia e das liberdades, bem como uma possibilidade de perseguição de opositores do regime chinês ali residentes.

Nos meses subsequentes, grandiosos protestos foram realizados com centenas de milhares e até milhões de manifestantes contrários à proposição, o que fez com que o governo local suspendesse por tempo indeterminado a sua apreciação pelo parlamento local.

Porém, as grandes manifestações prosseguiram com a exigência da retirada completa do projeto, pela manutenção e garantia das liberdades democráticas de Hong Kong, incluindo a liberdade de expressão, a independência da justiça, o sufrágio universal em todas as eleições locais e a renúncia da chefe do executivo, Carrie Lam. Finalmente, em agosto de 2019, o governo local cedeu e retirou definitivamente o projeto de lei do poder legislativo, mas a chefe do executivo continuou no cargo.

Alguns protestos ficaram marcados por atos de violência, vandalismo e forte repressão policial.

Embora a região seja parte da China, a maioria dos cidadãos locais não se identifica como chinesa.

Pesquisas da Universidade de Hong Kong mostram que a maior parte das pessoas se identifica como "Hong Kongers" - e apenas 15% se chamariam "chineses". A diferença é ainda maior para os jovens - uma pesquisa de 2017 sugeriu que apenas 3% das pessoas entre 18 e 29 anos se identificavam como chinesas.

Os habitantes de Hong Kong descreveram diferenças legais, sociais e culturais - e o fato de Hong Kong ter sido uma colônia separada por 150 anos - como razões pelas quais eles não se identificam com seus compatriotas na China continental. Além disso, na China continental e em Hong Kong não são faladas a mesma língua. O idioma oficial da China é o mandarim. No entanto, existem no país uma série de dialetos e outros idiomas, entre eles o cantonês, que se fala em Hong Kong.

Alguns jovens ativistas pedem até mesmo a independência de Hong Kong da China, algo que alarma o governo de Pequim.

4 - Estados Unidos

Por ser a maior economia do mundo e a maior potência militar do planeta, o que ocorre nos Estados Unidos interessa bastante ao mundo como um todo. O país também é o mais importante ator da política internacional, e o seu poder, a sua influência e a sua liderança se espalham por todo o globo.

Nas eleições presidenciais de 2016, **Donald Trump**, candidato do **Partido Republicano**, foi eleito Presidente dos Estados Unidos, derrotando **Hillary Clinton**, candidata do **Partido Democrata**. O atual presidente tomou posse no dia 20/01/2017 e em 20/01/2019 chegou à metade do mandato de quatro anos.

A movimentação eleitoral já está ocorrendo nos Estados Unidos, com vistas a eleição presidencial de 03 de novembro de 2020. No Partido Republicano, Donald Trump tem um desafiante, mas é certo que será ele o candidato. No Partido Democrata, há vários pré-candidatos. De fevereiro a junho de 2020, ocorrerão as primárias (eleições internas) dos partidos e em julho de 2020, as convenções nacionais, que vão formalizar as candidaturas presidenciais.

Vejamos agora, os principais aspectos e fatos ocorridos no governo de Donald Trump até o presente:

Globalização e comércio internacional

A formação e multiplicação de blocos econômicos é uma característica da economia globalizada, a qual os Estados Unidos têm defendido e se integrado. Contudo, Trump foi eleito como expressão de um movimento que questiona a globalização e defende políticas protecionistas que restrinjam as importações como forma de aquecer a economia e gerar empregos. O presidente demonstrou repetidamente que prefere os acordos comerciais bilaterais aos multilaterais.

Uma das primeiras medidas do seu governo foi a assinatura de uma ordem executiva que **retirou os Estados Unidos do Tratado Transpacífico (TTP)**.

Outro tratado que foi bastante criticado é o **Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta)**. Para Trump, os termos do Tratado eram prejudiciais à economia norte-americana. Críticos do bloco argumentam que o Nafta levou à perda de 600 mil empregos industriais nos Estados Unidos. Para outros economistas, os problemas do setor industrial norte-americano ocorreriam com ou sem a existência do Nafta, e a perda de empregos já era uma realidade em virtude da automação industrial e da integração da China ao comércio mundial, consolidada nos primeiros anos do século XXI.

Na campanha eleitoral, o presidente prometeu rever os termos do acordo, o que efetivamente ocorreu. As negociações se iniciaram no início do seu mandato e em outubro de 2018, os três países chegaram a um acordo comercial que revisa partes importantes do Nafta. O novo acordo foi denominado **USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá**) ou de **T-MEC (Tratado México- Estados Unidos-Canadá)** ou de CUSMA **(Acordo Comercial Canadá-Estados Unidos-México)**.

Para entrar em vigor, o novo acordo precisa ser aprovado no Congresso dos três países. Por enquanto, o NAFTA continua vigendo.

Trump suspendeu as negociações sobre um tratado de livre-comércio entre Estados Unidos e União Europeia, denominado de Parceria Transatlântica (TTIP).

Imigração

O presidente é um duro crítico da migração ilegal e dos imigrantes que vivem ilegalmente no país. Também propõe endurecer os critérios para a entrada de migrantes legalmente no país.

A principal promessa é a da **construção de um muro na fronteira com o México**. Para o presidente, a obra é necessária para coibir a entrada de imigrantes ilegais e drogas provenientes do México. Parte da fronteira entre os dois países já está fisicamente separada por um muro.

O decreto autorizando o erguimento da barreira foi assinado em janeiro de 2017. No entanto, para a construção do muro, é necessário alocar uma vultosa quantia de recursos no orçamento federal, o que Trump não tem conseguido até o momento, pois o Congresso norte-americano não aprova essa medida.

Outra promessa de campanha encaminhada foi a **suspensão da entrada de imigrantes muçulmanos nos Estados Unidos**. O presidente justifica que a medida é necessária para evitar a entrada de terroristas no país.

Trump assinou decretos que suspendiam temporariamente a entrada nos Estados Unidos de imigrantes provenientes de alguns países de maioria muçulmana. Muito criticada por organismos internacionais e por governantes de outros países, as medidas acabaram sendo bloqueadas como inconstitucionais pela Justiça dos EUA.

Após idas e vindas judiciais, a Suprema Corte validou a última versão do decreto que proíbe em diferentes graus a entrada em território americano de cidadãos de 7 países - sendo 5 deles de maioria muçulmana: Coreia do Norte, Iêmen, Irã, Líbia, Síria, Somália e Venezuela. As restrições de venezuelanos se centram em funcionários do governo.

O presidente tomou outras medidas em relação à imigração, como o fim do programa Daca e o encerramento do status de proteção que permite que mais de 200 mil cidadãos de El Salvador, Haiti e Nicarágua permaneçam nos Estados Unidos. O programa Daca foi criado em 2012, durante a gestão de Barack Obama, para regularizar temporariamente imigrantes em situação ilegal que chegaram aos Estados Unidos quando eram menores de idade.

A **política migratória de "tolerância zero"** com imigrantes irregulares adotada pelo governo foi muito criticada quando imagens de crianças que foram separadas de seus pais e detidas em um armazém texano vieram à tona. Pressionado, Trump teve que dar um passo atrás em sua política migratória, assinando um decreto que ordena a detenção daqueles que entram ilegalmente no país, porém proíbe que estas pessoas sejam separadas de seus filhos e filhas.

Em maio de 2019, o governo americano ameaçou aumentar tarifas sobre produtos mexicanos caso o país vizinho não agisse para deter o fluxo de migrantes na fronteira. Antes da data-limite estabelecida por Trump,

os dois governos anunciaram um acordo e não houve retaliações econômicas. O acerto incluiu medidas a serem tomadas pelo México, como detenções, deportações e reforço policial na fronteira.

Em julho de 2019, Trump impôs uma dura medida contra os imigrantes. Novas regras instituídas, determinaram que estrangeiros que entrarem pela fronteira terrestre com o México não podem mais obter refúgio legal nos Estados Unidos caso tenham passado por um terceiro país no trajeto. Dessa forma, pessoas de países da América Central que tenham passado pelo México no caminho até os EUA — a única rota terrestre possível — não poderão receber abrigo oficialmente em território americano.

Existem exceções pontuais. Por exemplo, quando for feita uma solicitação formal de refúgio em um terceiro país (como o próprio México) e o pedido for negado. Na prática, a medida quase inviabiliza as chances de latino-americanos conseguirem refúgio legal nos Estados Unidos.

Além do México, Guatemala, Honduras e El Salvador são os principais países de origem das pessoas que tentam cruzar a fronteira terrestre com os EUA, de acordo com dados oficiais de anos recentes. Cidadãos dessas três nações que estejam fugindo em direção aos Estados Unidos necessariamente precisam passar antes pelo México. A nova regra pretende desincentivar o fluxo migratório. Ela vale apenas para quem entrar nos EUA a partir de agora, não para quem já está com um pedido de refúgio transcorrendo.

Saúde

Nos Estados Unidos, não há um sistema de saúde pública, mas, sim, planos privados de saúde. No governo de Barack Obama, foi aprovada e entrou em vigor a Lei de Proteção ao Paciente e Serviços de Saúde Acessíveis (“The Patient Protection and Affordable Care Act”, em inglês), que ficou conhecida como Obamacare.

A legislação estabelece que todo aquele que vive nos EUA está obrigado a ter um seguro de saúde – quem não tiver terá de pagar uma taxa (chamada de “imposto” pelo texto da lei). O governo se encarregou de subsidiar o pagamento dos planos de saúde para os mais pobres. A reforma da saúde propiciou a 32 milhões de americanos, que não tinham nenhuma cobertura de saúde, a ter um plano privado de saúde.

Para Trump, o Obamacare é uma afronta à livre iniciativa e à liberdade das pessoas, por isso prometeu rever a reforma da saúde de Obama. Um projeto foi aprovado na Câmara dos Representantes, mas não pelo Senado da República.

O presidente se mobilizou de outras maneiras para mudar o sistema criado por seu antecessor. E suspendeu os pagamentos governamentais às companhias de seguro de saúde, que ajudavam a diminuir os preços de planos de saúde para cidadãos de baixa renda e cortou o financiamento para incentivar os americanos a se cadastrarem nos planos de saúde.

No final de 2017, o Congresso norte-americano suspendeu a obrigatoriedade do seguro de saúde, eliminando a multa imposta aos americanos sem plano de saúde.

Meio ambiente

Donald Trump **retirou os Estados Unidos do Acordo do Clima de Paris**, relativo à mudança do clima e ao aquecimento global. Também **revogou o Plano de Energia Limpa**, implantado por Barack Obama. O Plano foi adotado para que os Estados Unidos pudessem cumprir com as suas metas voluntárias de redução de emissões de gases intensificadores do efeito estufa, perante o Acordo de Paris. O governo tem adotado

medidas que favorecem a indústria do petróleo e do carvão e enfraquecem a regulação ambiental dos Estados Unidos.

Política externa

Na política externa, Trump ensaiou retomar o isolacionismo que já marcou a posição estado-unidense no passado, particularmente antes da II Guerra Mundial (1939-1945). Por essa política, o governo norte-americano deveria se preocupar com o país sem dar prioridade aos conflitos internacionais.

Durante sua campanha eleitoral, cujo slogan era "America First" (América em primeiro lugar), Trump menosprezou a ONU como fórum para discussão e resolução de problemas entre países e chamou a **Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan)**, aliança militar impulsionada pelos EUA, de "obsoleta", além de reclamar que o governo norte-americano arca com a maior parte dos seus custos. Já como presidente, passou a não considerar mais a Otan como obsoleta, reconhecendo que o país apoia a organização como necessária no combate mundial ao terrorismo. Os Estados Unidos, inclusive, aumentaram a sua participação em dinheiro e em pessoal na defesa do flanco oriental da Aliança Atlântica.

Os EUA se retiraram da UNESCO, agência da ONU para a educação, a ciência e a cultura, com a alegação de que a agência adota um viés anti-Israel e por ter dívidas elevadas. O país também se retirou do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Quando da criação do Conselho, em 2006, os americanos decidiram boicotá-lo. Em 2009, no governo de Barack Obama, o país ingressou no colegiado. Por trás da saída norte-americana está a postura do conselho em relação à Israel. A alegação oficial foi a de que o órgão abriga países com histórico de violações de direitos humanos.

Com relação à **Coreia do Norte**, o avanço do programa nuclear desse país e os testes com mísseis de longo alcance levou o presidente dos EUA a elevar o tom, ameaçando uma ação militar contra o país asiático. Posteriormente os dois países passaram da retórica belicista para o diálogo.

Outra crítica de Trump, na campanha, foi o **acordo sobre o programa nuclear iraniano**. Esse acordo foi feito entre os cinco países-membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, mais a Alemanha e o Irã, tendo sido referendado pelo Conselho de Segurança da ONU. Para o presidente, o acordo foi péssimo para os Estados Unidos por não incluir um dispositivo que proibisse o Irã de financiar organizações terroristas. Em maio de 2018, os Estados Unidos se retiraram do acordo e voltaram a aplicar sanções econômicas ao Irã em seu mais alto nível.

Por fim, diante da crise na **Venezuela** e das ações do governo de Maduro, Trump disse que poderia considerar a opção militar, caso seja necessário.

São sinais de que Trump mudou de posição e de que os EUA não devem abdicar de sua postura intervencionista.

Economia

O desemprego seguiu caindo nos Estados Unidos. Quando George W. Bush deixou o governo, a taxa de desemprego era de 8%. Caiu durante todo o governo de Obama, chegando a 4,8% no final do seu mandato. Em setembro de 2019, atingiu o seu menor índice, desde 1969, ficando em 3,5%.

O crescimento do PIB vai bem, que cresce em bons índices durante o governo de Donald Trump. O índice Dow Jones, da Bolsa de Valores, atingiu o seu recorde histórico, com 26,6 mil pontos em setembro de 2018. Nos oito anos do governo Obama, o Dow Jones mais que duplicou, passando de 9 mil pontos para mais que 18 mil pontos.

Outra promessa de campanha cumprida foi a **reforma tributária** assinada em lei no final de dezembro. A reforma reduz a carga fiscal das empresas de 35% para 21% e diminui os impostos sobre a renda dos cidadãos individuais, ao mesmo tempo que dobra os descontos-padrão.

A maior parte desses cortes, no entanto, beneficia empresas e grandes rendas: os contribuintes que ganham mais de 700 mil dólares por ano, que representam 1% do total, receberão 20% do corte de impostos. E enquanto as reduções de impostos para as empresas são permanentes, os cortes para os contribuintes individuais expirarão após dez anos. As reduções fiscais são financiadas com crédito, levando a um aumento do déficit orçamentário americano de cerca de 1 trilhão de dólares nos próximos dez anos.

Investigação

Donald Trump também estava sob investigação devido à acusação de que o governo russo interferiu nas eleições norte-americanas, com o objetivo de ajudá-lo a derrotar Hillary Clinton na eleição presidencial. A interferência teria se dado por meio do ataque de hackers ao sistema de e-mails da campanha e da divulgação de informações falsas sobre Hillary nas redes sociais, por meio de perfis falsos criados pelos russos.

Em março de 2019, o procurador especial do caso, Robert Mueller, enviou uma carta ao Congresso norte-americano informando que não houve interferência russa nas eleições dos EUA em 2016 e que não houve conluio do presidente Donald Trump com a Rússia. Donald Trump comemorou. Pela sua conta do Twitter, postou uma mensagem com o seguinte texto: *nenhum conluio, nenhuma obstrução, completa e total absolvição*.

Impeachment de Donald Trump

No mês de dezembro de 2019, acusado de **abuso de poder** e **obstrução do Congresso**, a Câmara dos Representantes (deputados federais) dos Estados Unidos, de maioria democrata, aprovou o pedido de impeachment de Donald Trump.

O impeachment nos Estados Unidos é diferente do Brasil. A aprovação pela Câmara dos Representantes equivale a uma aceitação da denúncia, sem implicar no afastamento do presidente. No Brasil, implica no afastamento do presidente por até 180 dias, enquanto o Senado da República procede no seu julgamento.

O Senado rejeitou o pedido, em fevereiro de 2020, absolvendo Trump da primeira acusação pelo voto de 52 senadores (contra 48) e na segunda acusação pelo voto de 53 senadores (contra 47). Para que fosse condenado, ele teria que ser considerado culpado por pelo menos dois terços dos senadores (67 dos 100).

O Senado é composto por 100 senadores, sendo 53 do partido Republicano, do presidente, e 47 do partido Democrata, de oposição. Para perder o mandato, Trump precisaria ter sido condenado pelo voto de dois terços dos 100 senadores que compõem a casa. Desta forma, seria necessário que 20 dos 53 senadores do partido do presidente votassem contra ele.

O processo de impeachment foi aberto após a revelação por um informante anônimo, integrante dos serviços de inteligência dos EUA, de um telefonema entre Donald Trump e o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, em 25 de julho de 2019. Durante a conversa, Trump pediu para o presidente ucraniano investigar se o ex-vice-presidente Joe Biden (do Partido Democrata) agiu para encerrar uma investigação de corrupção em uma empresa de energia ucraniana onde seu filho, Hunter Biden, era membro do Conselho de Administração.

Joe Biden foi vice de Barack Obama, e é pré-candidato à vaga do Partido Democrata para disputar as eleições presidenciais de 2020. Ele aparece em primeiro lugar nas pesquisas, sendo o mais cotado para enfrentar Trump nas próximas eleições presidenciais.

Na época do telefonema, a Ucrânia aguardava a liberação de US$ 391 milhões que os Estados Unidos enviariam ao país, como uma ajuda militar. Trump teria congelado o repasse, e condicionado a remessa à colaboração de Zelensky intervindo para a reabertura da investigação envolvendo Hunter Biden. Entretanto, no dia 11 de setembro, a verba havia sido liberada.

A acusação de **abuso de poder** foi baseada no entendimento de que Trump usou seu cargo de presidente para obter ganhos políticos pessoais. A explicação é que ele tentou pressionar um governo de outro país para que produzisse material que o ajudaria a ter vantagens nas eleições de 2020, colocando seus próprios interesses acima dos interesses dos EUA.

Já em relação à acusação de **obstrução do Congresso**, a justificativa foi de que Trump proibiu diversas pessoas ligadas à sua administração de prestarem depoimento perante a Comissão da Câmara que conduzia as investigações, inclusive aquelas que tinham sido intimadas.

Um dos mais casos mais marcantes foi quando o embaixador dos EUA na União Europeia, Gordon Sondland, havia sido convidado para fazer um depoimento no Congresso, em outubro, mas teve sua participação cancelada minutos antes por determinação da Casa Branca. Na ocasião, o próprio presidente Donald Trump confirmou que não queria que Sondland falasse.

Após ser intimado a depor, o embaixador afirmou que Trump deu a ordem de pressionar o governo ucraniano e que “todo mundo” no governo sabia da ação, incluindo o vice-presidente, Mike Pence.

Trump foi o terceiro presidente na história do país a ter um impeachment aprovado pela Câmara dos Representantes. Antes dele, Andrew Johnson e Bill Clinton tiveram seus processos de impeachment aprovados pela Câmara, mas ambos foram absolvidos pelo Senado e não perderam o cargo. Richard Nixon também enfrentou um processo de impeachment, mas renunciou à presidência às vésperas da realização da votação pela Câmara dos Representantes.

5 - América Latina

O continente americano ou a América se divide em América do Sul, América Central e América do Norte. É uma classificação meramente geográfica.

Já a expressão "**América Latina**" é usada comumente para se referir a todos os países do continente americano com exceção dos Estados Unidos e do Canadá. Contudo, não há nenhuma "lista" oficial de países "latino-americanos" e as diversas fontes de informação divergem um pouco quanto aos países que realmente fariam parte da América Latina.

Porém, aceita-se largamente que a América Latina é composta pelos países da América do Sul, América Central (istmo e ilhas) e México (América do Norte). Nesse espaço geográfico, grande parte da população é falante de línguas latinas, em países ou territórios colonizados por Portugal, Espanha e França.

América Latina



Neste tópico, as bancas costumam cobrar conhecimentos sobre eleições presidenciais e parlamentares, sobre rumorosos casos de corrupção em países, relacionados a situações de instabilidade e/ou mudança política e econômica e sobre grandes tragédias, tais como desastres naturais, ambientais e chacinas.

As cobranças mais frequentes são sobre eleições presidenciais, que nos últimos anos levaram a uma virada política na América do Sul, com a ascensão de partidos e presidentes do espectro político da direita ao centro. Na primeira década do século XXI e em parte da segunda década, a centro-esquerda e a esquerda estiveram no poder em grande parte dos países da América do Sul e em parte dos países da América Central, no que ficou conhecida como a "onda vermelha".

O ano de 2019 foi de eleições na Argentina, Uruguai e Bolívia. Neste ano o Chile, Equador, Peru, Paraguai e Colômbia vivenciaram situações de instabilidade política e/ou social.

Argentina

O peronismo/kirchnerismo, populista e de centro-esquerda, governou o país de 2003 a 2015. Néstor Kirchner foi presidente de maio de 2003 a dezembro de 2007. Foi sucedido pela sua esposa, Cristina Kirchner, que governou o país dois mandatos, de dezembro de 2007 a dezembro de 2015. Em 2015, Maurício Macri, de orientação liberal e de centro-direita, venceu as eleições, sendo o atual do presidente do país, com mandato até o dezembro de 2019.

A situação econômica não é boa no país, que fechou o ano de 2018 em recessão com crescimento negativo do Produto Interno Bruto (PIB). A Argentina teve que recorrer a um empréstimo de US$ 57 bilhões junto ao FMI para fazer frente a compromissos financeiros. A dívida externa é alta e as reservas internacionais em dólar são baixas. Para piorar a situação, o país enfrentou no ano passado a sua pior seca em cinquenta anos, que afetou seriamente a produção agrícola, principalmente a soja.

Com mais de um terço da população vivendo abaixo do nível de pobreza, Macri se viu obrigado a adotar políticas populistas que tanto criticou: congelamento de preços de itens alimentares, contas de telefones celulares, eletricidade, gás e transporte público.

A iminente troca de poder aprofundou ainda mais a crise econômica, com uma forte queda das reservas internacionais do Banco Central argentino e com o FMI suspendendo temporariamente a liberação de novas parcelas do empréstimo feito ao país.

Macri foi eleito com a promessa de resolver os persistentes problemas econômicos da Argentina, colocar as contas em ordem, baixar a pobreza e reduzir a inflação. O que se viu ao longo do seu governo é que não conseguiu cumprir nada disso.

Diante deste quadro, a oposição peronista despontou como favorita nas eleições presidenciais de 2019 e sagrou-se vencedora. O pleito foi realizado em 27 de outubro de 2019 e o candidato a presidente Alberto Fernández, da Aliança Frente de Todos, do Partido Justicialista (peronista) venceu no primeiro turno.

Fernández obteve 48,10% dos votos, contra 40,37% do atual chefe de Estado. O ex-ministro da Economia, Roberto Lavagna, ficou em terceiro lugar, com 6,17%. Para vencer a eleição no primeiro turno na Argentina é necessário alcançar 45% dos votos ou 40% com pelo menos dez pontos de vantagem em relação ao segundo colocado.

A ex-presidente Cristina Kirchner foi eleita vice-presidente na chapa de Alberto Fernández. Pesam contra ela denúncias, investigações e processos judiciais por corrupção, relativos ao período em que esteve no poder, que atingem também seu círculo político próximo.

Uruguai

O segundo turno das eleições no Uruguai ocorreu em 24 de novembro de 2019, com a vitória de Luis Lacalle Pou, do Partido Nacional, de centro-direita, com 50,6% dos votos válidos, derrotando Daniel Martínez, da

Frente Ampla, de esquerda, que recebeu 49,4% dos votos válidos. Apesar do apertado resultado final, a campanha eleitoral transcorreu com tranquilidade. A posse ocorreu em 1º de março de 2020.

A vitória de Lacalle Pou encerrou um período de 15 anos da Frente Ampla no governo Uruguai, de 1º de março de 2005 a 1º de março de 2020, tendo como presidentes Tabaré Vázquez (2005-2010 e 2015-2020) e José "Pepe" Mujica (2010-2015). No país, o mandato presidencial é de cinco anos, sem reeleição, depois pode se candidatar novamente.

A Frente Ampla aprovou no legislativo várias medidas consideradas polêmicas, que dividem opiniões. Desde 2012, o aborto legal é legal, podendo ser feito por qualquer mulher até a 12ª semana de gestação. Em casos de estupro, o prazo é até a 14ª semana, e não há limite de tempo quando a gestante corre risco de morte ou em caso de má formação do feto. O uso recreativo e o plantio da maconha foram legalizados para consumo próprio.

No seu governo, o país conviveu com a estabilidade política, sem grandes escândalos de corrupção. O PIB cresceu continuadamente desde 2003, mas passa por uma desaceleração no seu ritmo desde 2015. O Uruguai apresenta bons indicadores sociais. A Frente Ampla governou com pragmatismo econômico, com responsabilidade fiscal e sem intervencionismos na economia.

Contudo, longos períodos no poder geram um desgaste natural e a coalizão enfrentou o desafio da mudança geracional, já que suas principais lideranças possuem idade elevada. Ao mesmo tempo, questões como segurança e educação tomaram espaço no debate, revelando descontentamentos da população uruguaia. O país registrou recorde no número de homicídios em 2018: foram 414 crimes, uma alta de 45% em relação a 2017. Em comparação com o Brasil, a violência no Uruguai é drasticamente menor, mas considerada alta para os padrões dos uruguaios. A taxa de homicídios em 2018 foi mais de duas vezes menor do que a brasileira.

Lacelle Pou teve como principais bandeiras a segurança pública, prometendo reforçar a polícia e um maior enfrentamento da criminalidade, a modernização da educação e um enxugamento dos gastos públicos.

Bolívia

O longevo Evo Morales, do Movimento ao Socialismo, de esquerda, governou o país de 22 de janeiro de 2006 a 10 de novembro de 2019. Em 2009, uma nova Constituição foi instituída, estabelecendo o mandato presidencial de cinco anos, com uma reeleição. Como a Constituição era nova, a eleição de Evo Morales não entrou na contabilidade como sendo o seu primeiro mandato presidencial.

Assim, Evo Morales concorreu a presidente e se elegeu no final de 2009 e reelegeu-se no final de 2014, sendo este seu segundo mandato, não podendo mais concorrer à reeleição. Desejando concorrer a um quarto mandato, o governo propôs um referendo para mudar a Constituição, em 2016, para remover as restrições sobre o número de mandatos presidenciais consecutivos no país. A campanha entre o "sim" à emenda, promovida pelo governo, e o "não", promovida pela oposição, foi acirrada, assim como o resultado final: o "não" venceu com 51,3% dos votos, contra 48,7% para o "sim".

Entretanto, o presidente não desistiu e o seu partido entrou com uma ação no Tribunal Constitucional contra o limite de reeleições, com base na Declaração Universal de Direitos Humanos, segundo a qual não se pode impedir um cidadão de se candidatar. Em novembro de 2017, o Tribunal decidiu que o limite de dois

mandatos presidenciais era "uma violação dos direitos humanos", e autorizou uma nova candidatura do presidente. Para a oposição, Morales quer se perpetuar no poder

Ex-líder cocaleiro, o presidente é o primeiro indígena a chegar ao poder no país. O seu governo é outro caso de sucesso econômico e social na região. O PIB cresceu a uma média anual de 5% na última década do seu governo. A pobreza e a desigualdade social reduziram-se expressivamente no país.

A Bolívia é rica em recursos minerais. O governo teve momentos de nacionalismo, com a nacionalização de determinadas explorações minerais, como o gás natural e o petróleo.

As eleições presidenciais e parlamentares ocorreram no dia 20 de outubro de 2019 e Evo Morales venceu no primeiro turno, mas o escrutínio está sob questionamento. De acordo com a apuração oficial, referendada pelo Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) da Bolívia, Evo teve o apoio de 47,08% dos votos, enquanto o segundo colocado, o ex-presidente Carlos Mesa teve de 36,51%. A lei eleitoral boliviana considera vitorioso em primeiro turno o candidato que tiver mais de 50% dos votos ou conseguir 40% dos votos e uma vantagem de 10 pontos porcentuais em relação ao segundo colocado.

Na apuração dos votos, o TSE estava utilizando dois sistemas de contagem. Um mais rápido, com base em atas e outro pela contagem voto a voto. O sistema de contagem rápida estava indicando a realização de um segundo turno. No entanto, na noite do próprio dia 20, a divulgação das parciais de apuração foi suspensa. Quando os resultados voltaram a ser divulgados, após mais de 24 horas de interrupção, Morales estava com uma vantagem que o levaria a vencer no primeiro turno, o que foi confirmado posteriormente pelo órgão eleitoral.

A oposição contestou o resultado e nos dias seguintes, uma onda de protestos se espalhou por várias cidades do país, com atos de violência, confrontos com a polícia e entre apoiadores de Evo e membros da oposição.

Diante da grande contestação aos resultados, o governo da Bolívia acertou com a Organização dos Estados Americanos (OEA), a realização de uma auditoria na apuração dos votos e se comprometeu a convocar novas eleições se a entidade encontrasse irregularidades na contagem dos votos. A OEA fez a auditoria e apresentou um relatório preliminar demonstrando várias irregularidades, propondo a anulação da votação, a realização de nova votação, a destituição dos juízes do Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) e nomeação de novos juízes. O presidente Evo Morales acatou as recomendações da OEA, convocando novas eleições e destituindo os juízes do Tribunal Eleitoral.

Contudo os protestos não cessaram e estavam ocorrendo conflitos entre apoiadores do governo e da oposição. Evo Morales perdeu o apoio das forças policiais, do Exército e de setores do movimento operário. Policiais se amotinaram e se negaram a reprimir as manifestações nos departamentos de Cochabamba, Sucre, Santa Cruz e La Paz. Os comandantes da polícia e do exército sugeriram que ao presidente que ele renunciasse para pacificar o país. Em 10 de novembro de 2019, Evo Morales renunciou à presidência, vindo a receber asilo político no México alguns dias depois, indo posteriormente para a Argentina, que também lhe concedeu asilo político.

Renunciaram também, o vice-presidente Álvaro García Linera, a presidente do Senado, Adriana Salvatierra e o presidente da Câmara dos Deputados, Víctor Borda. Todas essas renúncias deixaram um vácuo de poder na Bolívia, pois toda a linha sucessória prevista na Constituição deixou os seus cargos. O vice-presidente do Senado, Rubén Medinacelli também renunciou.

Diante dessa situação, a segunda vice-presidente do Senado, a opositora Jeanine Añez, se autoproclamou presidente da Bolívia em 12 de novembro, prometendo convocar eleições em até 90 dias. Pouco depois do anúncio, o Tribunal Constitucional da Bolívia reconheceu, em comunicado, o ato da senadora que a proclamou como nova presidente boliviana.

Em dezembro de 2019, a Assembleia Nacional elegeu os novos juízes do Tribunal Supremo Eleitoral. As novas eleições presidenciais foram marcadas para 3 de maio de 2020. Evo Morales foi proibido de participar da nova eleição.

Chile

Considerado um dos países mais prósperos da América Latina e com um modelo macroeconômico elogiado, desde outubro de 2019, o Chile vive uma situação de agitação social e de violência não registrada desde o retorno à democracia, após a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990).

O país é governado por Sebastian Piñera, de centro-direita, desde 11 de março de 2018. O presidente está na metade do seu segundo mandato não consecutivo. Já tinha exercido a presidência do país entre 11 de março de 2010 e 11 de março de 2014.

A sua antecessora, nas duas situações, foi a socialista Michele Bachelet, que governou o país entre 11/03/2006 a 11/03/2010 e 11/03/2014 a 11/03/2018. No Chile não é permitida a reeleição e, como vimos, nos últimos mandatos, esquerda e direita têm sem alternado no poder, por meio de eleições democráticas e soberanas. Desde o fim da ditadura militar de Augusto Pinochet o país vem realizando eleições regulares no ambiente da democracia, com o centro, a esquerda e a direita alternando-se no poder.

O estopim para a atual crise foi o aumento das passagens do metrô da capital Santiago em 3,75% nos horários de pico, de 800 para 830 pesos, o equivalente a 15 centavos de real. O governo chileno justificou o ajuste com a alta no preço do petróleo, do dólar e pela modernização do sistema de transporte.

O aumento ocorreu em 06 de outubro de 2019, a partir daí, estudantes universitários começaram a protestar pulando as catracas para entrar nas plataformas do metrô sem pagar a passagem. A situação se agravou quando os protestos tomaram as ruas da capital chilena, com grandes manifestações populares, com grupos minoritários de manifestantes perpetrando atos de violência, com incêndios em várias estações de metrô e ônibus, saques a supermercados, lojas e farmácias e ataques a centenas de estabelecimentos públicos.

O momento mais marcante aconteceu na noite do dia de 18 de outubro, quando foi queimado um edifício de mais de 20 andares que sediava a maior companhia de energia do país, a Enel.

Em decorrência desses acontecimentos, o presidente chileno, Sebastián Piñera, declarou **estado de emergência**, o que significou o envio de militares para os pontos de protesto, e ordenou **toque de recolher**. Foi a primeira vez desde a redemocratização do país que ambos os mecanismos foram utilizados. Os protestos continuaram e Piñera foi forçado a ceder, suspendendo o aumento da tarifa do metrô.

No entanto, a medida não fez com que a população parasse de protestar. O aumento das passagens do metrô foi apenas o estopim para que os chilenos aumentassem as suas reivindicações, que refletem as suas insatisfações com a situação econômica e social no país. Os protestos continuaram e passaram a englobar outras narrativas, tais como:

- **Redução da desigualdade social:** o país tem o maior Índice de Desenvolvimento Humano da América Latina (0,843, em 2017) e a maior renda per capita (13.481 euros em 2018), o que contrasta com a sua elevada desigualdade, sendo o segundo país mais desigual na distribuição da renda na América Latina, com um Coeficiente de Gini de 0,45 em 2017, atrás somente do Brasil. Segundo a última edição do relatório Panorama Social da América Latina, elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a parcela de 1% mais rica da população chilena manteve 26,5% da riqueza do país em 2017, enquanto 50% das famílias de baixa renda representavam apenas 2,1% da riqueza líquida.

- **Privatização e os altos custos dos serviços básicos, como da eletricidade e da água e do sistema de previdência social:** o Chile é conhecido por ser o primeiro país da América latina que implantou o modelo neoliberal e onde ele melhor se consolidou no decorrer das décadas. Isso quer dizer que as obrigações do Estado foram reduzidas. A partir das reformas realizadas durante o regime militar de Augusto Pinochet (1973-1989), a educação, a saúde e o sistema de aposentadorias passaram a funcionar a partir do mercado privado, ainda que contando com alguns subsídios públicos. O sistema de aposentadorias é um dos pontos de maior insatisfação para os chilenos. Atualmente, os trabalhadores têm que depositar cerca de 12% dos salários em contas individuais, controladas por instituições privadas. Os aposentados recebem, em média, meio salário mínimo.
- A **elaboração de uma nova Constituição** que substitua o texto atual, feito durante a ditadura militar;

- A **renúncia de Andrés Chadwick (Ministro do Interior e de Segurança Pública)**, em função do que se consideram uso desproporcional da força na contenção dos protestos que resultaram em centenas de feridos e em mortes.

No dia 25 de outubro, cerca de 1,2 milhões de pessoas foram para as ruas protestar. Foi o maior protesto em termos de quantidade de pessoas desde o fim do regime militar. Considerando-se que o Chile tem uma população de 18 milhões, cerca de 7% da população foi às ruas.

Em meio à situação conturbada, o país desistiu de sediar importantes conferências internacionais, como a COP-25 (Conferência do Clima da ONU) e a Apec (Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico). A partida final da Copa Libertadores da América também foi transferida de Santiago para Lima, no Peru.

Depois de intensas negociações, Piñera e o Congresso chileno anunciaram um pacote de medidas sociais, com o incremento às aposentadorias, a criação de um teto para os gastos com medicamentos, aumento do salário mínimo, redução nas tarifas de energia elétrica e redução da tarifa de transporte público para aposentados.

Além disso, prometeu realizar uma redução de salários de parlamentares e de funcionários públicos com altos rendimentos, redução no número de parlamentares e um limite no número de vezes para a reeleição e o aumento dos impostos para os ricos. Também afastou oito de seus ministros, entre eles, Andrés Chadwick.

Por fim, aprovou um acordo para convocar um plebiscito em 26 abril de 2020 para decidir mudar ou não a Constituição e que tipo de órgão deve escrever essa nova Constituição: uma “convenção constitucional mista” ou uma “convenção ou assembleia constitucional”.

O estado de emergência foi revogado. Mais de 20 pessoas morreram em função da repressão das forças de segurança, cerca de 3.000 foram presas e inúmeros casos de abusos por parte de agentes de estado foram relatados pelo Instituto Nacional de Direitos Humanos.

Equador

No mês de outubro de 2019, o Equador foi palco de grandes manifestações, de caos e de situações de violência e barricadas em ruas de cidades como a capital Quito e Guayaquil, a maior do país. Liderados pelo movimento indígena, uma onda de protestos se espalhou pelo país, sobretudo na capital, Quito, após um acordo fechado com o FMI para a concessão de um empréstimo de US$ 4,2 bilhões.

Diante de um severo déficit fiscal, falta de liquidez e uma dívida externa crescente, o Equador teve de recorrer aos organismos internacionais. Agências internacionais apontam que a dívida pública externa do país está em cerca de R$ US$ 39,491 bilhões, o que corresponde a 36% do PIB.

Para a concessão de ajudas financeiras, via empréstimos, o FMI propõe aos países uma série de medidas com o objetivo de reduzir o déficit fiscal, como o corte de despesas públicas e o aumento das receitas governamentais.

O plano de austeridade apresentado ao FMI pelo presidente Lenin Moreno criou uma nova contribuição para empresas com faturamento maior que US$ 10 milhões por ano e fez um ajuste drástico no setor público, com cortes de até 20% no salário dos servidores com contratos temporários e a redução pela metade dos dias de férias. Os funcionários públicos também tiveram que ceder ao estado um dia de trabalho, que passou a ser descontado da remuneração.

A medida mais polêmica foi o fim dos subsídios aos combustíveis fósseis, que existem há 40 anos no país, fazendo com que os preços disparassem. O galão da gasolina aumentou mais de 20% e o galão do diesel mais que dobrou de preço.

O FMI aprovou as medidas e milhares de equatorianos foram às ruas, liderados por sindicatos ligados ao setor de transporte, grupos indígenas e estudantes. Houve protestos violentos, com saques e depredações, e forte repressão dos manifestantes, com registros de mortes, detenção de manifestantes e policiais feitos de reféns.

Como resposta, Lenín Moreno decretou estado de exceção por 60 dias, toque de recolher e transferiu temporariamente a sede do governo de Quito para a cidade costeira de Guayaquil. O Estado de exceção permite que o governo crie zonas com restrição à livre circulação, mobilize as forças armadas para controlar as ruas e até mesmo censure a imprensa se julgar necessário.

O aumento dos combustíveis tem consequências que vão muito além dos postos de gasolina, causando um efeito dominó: o preço do transporte sobe, o custo dos fretes fica mais caro e, consequentemente, o preço dos produtos também sobe.

Além disso, segundo o governo, havia pessoas tentando especular com a oscilação de preços, ou seja, tentando faturar com a crise. Com isso, Moreno orientou as autoridades a fazerem inspeções nos estabelecimentos para coibir esse tipo de prática, prendendo alguns comerciantes.

Em meio aos impasses, o presidente convocou líderes indígenas para conversar e chegar a um acordo. Historicamente, os grupos indígenas são importantes atores na política equatoriana e já entraram em conflitos com o governo em outros momentos. Ao fim, chegou-se a um acordo que revogou o pacote de ajustes econômicos. Lenin Moreno anunciou que substituirá o pacote por "um novo que contenha mecanismos para concentrar os recursos naqueles que mais precisam deles", encerrando doze dias intensos de protestos que deixaram sete mortos, mais de 1300 feridos e mais de 1.100 pessoas foram presas.

Peru

Desde 2016, quando a empreiteira brasileira Odebrecht começou a cooperar com a operação Lava Jato para revelar esquemas de pagamentos de propinas, a política peruana tem passado por momentos muito conturbados.

A operação revelou que, entre 2005 e 2014, US$ 29 milhões foram pagos a funcionários do governo peruano para a obtenção de vantagens. Dentre esses funcionários, foram citados os nomes dos 4 últimos presidentes em delações, além da líder do principal partido do país. Vejamos:

Alejandro Toledo (2001-2006): preso em julho de 2019, nos Estados Unidos, contra ele pesam acusações de ter recebido US$ 21 milhões das empreiteiras Odebrecht e Camargo Corrêa em troca da concessão de obras da Rodovia Interoceânica Sul.

Alan García (2006-2011): contra García, pesava a acusação de ter recebido *US$ 7 milhões* da Odebrecht para fornecer o contrato das obras no Metrô de Lima. Quando policiais chegaram a sua casa para realizar a prisão preventiva, em abril de 2019, García tentou suicídio, *falecendo* no hospital pouco depois.

Ollanta Humala (2011-2016): O ex-presidente e sua esposa são investigados por terem recebido uma doação de *US$ 3 milhões da* Odebrecht na campanha da eleição de 2011. Humala e sua esposa chegaram a ficar presos preventivamente por nove meses, respondendo atualmente as acusações em liberdade.

Pedro Pablo Kuczynski (2016-2018): conhecido como PPK, venceu Keiko Fujimori nas eleições de 2016, filha do ex-presidente Alberto Fujimori, por uma margem pequena de votos. Contra ele pesam acusações de ter recebido *US$ 5 milhões* da Odebrecht por supostos serviços de consultoria entre 2004 e 2013 e mais US$ 300 mil na campanha da eleição de 2011. Renunciou à presidência em março de 2018, em meio a um processo de impeachment. Encontra-se em prisão domiciliar.

Keiko Fujimori: além dos 4 presidentes, a líder do maior partido peruano (Fuerza Popular) e filha do ex-presidente Alberto Fujimori (1990-2000), passou quase um ano presa, entre 2018 e 2019, por obstrução de justiça. Ela é acusada de ter recebido *US$ 1,2 milhão* em fundos ilícitos por parte da Odebrecht em sua campanha para a eleição presidencial em 2011.

Desde a renúncia de PPK, seu vice, **Martín Vizcarra**, tem governado o Peru, e **Mercedes Araóz** passou a ser a nova vice-presidente. Ao assumir, Vizcarra tentou aprovar uma série de medidas contra a corrupção, mas tem tido dificuldade pelo fato de a oposição, formada pelos fujimoristas, comporem a maioria no Legislativo.

Conforme a Constituição peruana, o presidente pode solicitar ao Congresso unicameral (o Peru só tem Assembleia Nacional) uma moção de confiança ao seu Conselho de Ministros. Se duas solicitações de moção forem negadas durante o mandato presidencial, é facultado ao presidente dissolver o Congresso e convocar novas eleições dentro de quatro meses para que novos parlamentares concluam o mandato em curso. Desde

2018, as **reeleições imediatas são proibidas** para todos os cargos. A implantação dessa medida foi liderada pelo atual presidente, o que desagradou a maioria da classe política do país.

A moção de confiança é um mecanismo pelo qual o Executivo pode consultar o Legislativo, em relação ao assunto que julgar apropriado, se ainda tem confiança dos parlamentares para continuar governando. Para ser aprovada, a moção precisa de maioria simples favorável. Caso seja negada, o Primeiro-Ministro e todo o gabinete de ministros renunciam ou são removidos de seus cargos e é formado um novo gabinete.

O Conselho de Ministros é o responsável pela "direção e gestão dos negócios públicos". O presidente desse Conselho de Ministros é o primeiro-ministro. Mas, diferente de um parlamentarismo clássico, como o britânico, onde o primeiro-ministro é nomeado pelo partido com maioria no Congresso, no Peru, essa escolha é do presidente. Assim, apesar da existência de um primeiro-ministro, o presidente é a principal figura política do país.

No mês de julho de 2019, o mandato de 6 dos 7 juízes do Tribunal Constitucional (órgão máximo de interpretação e controle da Constituição peruana, pode-se dizer que equivale ao STF brasileiro) venceu. A nomeação dos novos juízes deveria ser, naturalmente, feita pelo Congresso.

Vizcarra, contudo, lançou uma **moção de confiança** para o Congresso, pedindo uma mudança nas regras de escolha dos membros do Tribunal. Entre as mudanças pedidas estavam que os debates e entrevistas de seleção dos candidatos passassem a ser públicos.

A tentativa de mudar a forma de escolha dos juízes do Tribunal Constitucional teve como principal intuito impedir que os parlamentares e os membros da corte evitem o prosseguimento das investigações por corrupção. O tribunal tem o poder de reverter várias decisões nesses casos.

Na contramão de Vizcarra, os congressistas não votaram a sua moção e, ao invés disso, seguiram com a sessão de escolha dos membros do tribunal como ela estava prevista. O presidente considerou que a indiferença dos parlamentares em relação à sua moção configurou na sua negação, pois fizeram exatamente o que ela pedia para não fazer. A oposição argumentou, no entanto, que, como a decisão não foi votada, não poderia ser considerada uma negação.

Baseado nessa negação, e, em uma negação que aconteceu ainda durante o governo PPK, do qual Martín Vizcarra era vice, em 2017, o presidente decidiu, então, dissolver o Congresso do Peru, em 30 de setembro de 2019, e convocar eleições legislativas que foram marcadas para 26 de janeiro de 2020. A oposição argumentou que o Congresso não poderia ter sido dissolvido, pois a primeira moção se deu sob outra presidência e não deveria entrar na soma.

Em resposta à medida de Vizcarra, o Congresso, mesmo suspenso, determinou, no mesmo dia da sua dissolução, a suspensão temporária do próprio presidente e nomeou para seu lugar a vice-presidente Mercedes Aráoz, que foi empossada e renunciou ao cargo no dia seguinte, 1º de outubro, pedindo novas eleições presidenciais. Como o Congresso já estava dissolvido, Vizcarra considerou que a decisão de o afastar não teve validade, nem a posse de Mercedes Aráoz como vice-presidente, não aceitando, portanto, a sua renúncia.

Em paralelo a isso, as Forças Armadas e a polícia do Peru declararam apoio a Vizcarra no dia primeiro de outubro.

A situação de Vizcarra é estável, pois, além das forças armadas, ele também conta com apoio popular. Conforme trazido pelo Correio Braziliense, a primeira pesquisa realizada pós-dissolução do Congresso traz que mais de 89% da população peruana considera Vizcarra o presidente legítimo e apoia a dissolução do Congresso.

As eleições legislativas foram realizadas em 26 de janeiro de 2020, os parlamentares eleitos vão cumprir um mandato tampão até abril de 2021. quando o país elegerá um novo presidente e um novo parlamento. Como já dissemos, as reeleições imediatas são proibidas para todos os cargos. Com isso, os eleitos em 2020 não poderão se candidatar novamente em 2021.

6 - Venezuela

Hugo Chávez governou a Venezuela de 1999 até sua morte, em 2013. No seu governo, ele aplicou políticas estatizantes e antiliberais, especialmente após 2005, quando declarou seu apoio ao que chamou de "Socialismo do século XXI". Apesar de governar por eleições regulares, sofreu uma tentativa de golpe de Estado em 2002.

No poder, Chávez colocou em prática o que chamou de "**Revolução Bolivariana**", em referência a Simón Bolívar (1783-1830), herói da independência na América do Sul. Entre as medidas de maior impacto de sua gestão, destacam-se a regulamentação da reforma agrária, o fortalecimento da empresa estatal de petróleo, a PDVSA, restringindo a participação de multinacionais na exploração do óleo, e a estatização de setores considerados estratégicos na economia, como energia elétrica e telecomunicações.

Na área social, ampliou o acesso à saúde, à educação e à habitação para as camadas mais pobres. Essas ações, somadas a uma ampla rede de proteção, que garantiu comida, medicamentos e itens básicos por meio de subsídios e controle de preços, promoveu enormes avanços sociais, reduzindo a pobreza de 49% para 27% da população, entre 1999 e 2012. Nesse período, a renda per capita saltou de 4.105 dólares para 10.810 dólares por ano. A Venezuela tornou-se o país menos desigual da América Latina.

O paradoxo é que, ao mesmo tempo que as desigualdades sociais e a pobreza diminuíam, a violência aumentava. Na atualidade, a Venezuela é um dos países com os maiores índices de violência da América Latina.

Boa parte dos avanços sociais foi financiada com a bonança do petróleo, cujo valor atingira preços recordes no período. As receitas com as exportações do produto também foram fundamentais para que a Venezuela projetasse sua influência internacionalmente, liderando um conjunto de países na América Latina que compartilhavam valores em comum, como a proposta estatizante da economia e a oposição à ingerência dos Estados Unidos na região, como a Bolívia, Nicarágua e Cuba.

Chávez foi um árduo antagonista da influência norte-americana na região. O seu governo caracterizou-se por manter relações hostis com os Estados Unidos, a ponto de ambos os países retirarem seus embaixadores das respectivas capitais em 2010. A relação hostil com os norte-americanos prossegue com o presidente sucessor de Hugo Chávez.

No entanto, as conquistas sociais da Era Chávez foram ofuscadas por uma condução política autoritária, marcada por uma série de medidas de concentração de poder. Respaldado por uma bancada favorável no Congresso, Chávez conseguiu aprovar leis que fortaleceram o Poder Executivo e permitiram a reeleição por tempo indeterminado. Além disso, foi acusado de cooptar o Judiciário para ratificar suas medidas e perseguir a oposição. Embora não seja caracterizada como uma ditadura, já que havia eleições livres e justas, a Venezuela tampouco poderia ser considerada uma democracia plena.

Com a morte de Chávez, nova eleição foi realizada na Venezuela, em 2013. Nicolás Maduro, candidato do governista PSUV – Partido Socialista Unido da Venezuela, venceu em uma disputa acirrada. As tensões entre o governo e a oposição, que cresciam no final da Era Chávez, acentuaram-se significativamente no mandato de Maduro.

Na atualidade, a Venezuela enfrenta uma **grave crise econômica, marcada pela alta inflação, recessão e escassez de alimentos**. Essa situação demonstra que a situação socioeconômica do país regrediu significativamente em poucos anos. Especialistas apontam como causas a **excessiva dependência do país do petróleo** e a **política de controle de preços**. A oposição culpa a corrupção e a má gestão do governo de Nicolás Maduro pela atual situação do país.

O petróleo responde por 96% das receitas de exportação da Venezuela. Quando Hugo Chávez assumiu a presidência, o valor do barril estava em 10,75 dólares. Em 2008, durante o auge do chavismo (uma alusão a era Chávez e como são chamados os seus seguidores – chavismo/chavistas), o barril chegou a superar os 120 dólares. Nos anos subsequentes, o seu valor caiu significativamente, recuperando em boa parte a sua cotação a partir de 2017. Porém a produção e a exportação de petróleo conheceram uma significativa queda nos últimos anos. Ou seja, o barril pode ter recuperado o seu preço, entretanto a grande queda nas exportações faz com que as receitas obtidas com a venda do óleo sejam muito menores.

Com menos recursos provenientes das receitas do petróleo, o governo perdeu a capacidade de importar muitos itens de necessidade básica e reduziu os investimentos sociais. Se a economia fosse mais diversificada, o país não ficaria tão vulnerável à flutuação do preço do petróleo.

Uma outra ação tomada desde o período do governo Chávez impediu o desenvolvimento de um setor empresarial mais dinâmico: o **controle de preços**. Adotado inicialmente como medida paliativa para conter a inflação e garantir que a população mais pobre tivesse acesso a produtos essenciais, o congelamento se prolongou por muitos anos sem resolver o problema. Pior: a medida acabou desestimulando os investimentos da iniciativa privada, uma vez que, em muitas situações, os itens acabavam sendo vendidos a preços inferiores ao custo de produção. Consequentemente, os produtos sumiram das prateleiras, gerando a atual crise de abastecimento.

O controle do Estado sobre o câmbio, adotado desde 2003 com o objetivo inicial de impedir a fuga de dólares do país e controlar a inflação, também desestruturou a economia. Esse complexo sistema funciona assim: o governo mantém duas taxas de câmbio, uma delas com a cotação do dólar mais barata para ser utilizada apenas na importação de insumos de primeira necessidade. O problema é que boa parte desses dólares é desviada ilegalmente por militares e membros do governo, que os revendem no mercado paralelo, cuja cotação é dezenas de vezes maior que o câmbio oficial. Essa medida não apenas alimenta a corrupção, como provoca uma escassez de moeda estrangeira que deveria ser utilizada para as importações e para os investimentos do setor produtivo, agravando o problema de abastecimento.

Para Maduro, boa parte da responsabilidade pela crise é da oposição, acusada de desestabilizar o país e cooptar empresários para reter seus produtos. O presidente também culpa os Estados Unidos, cujo governo declarou, em 2015, que a Venezuela representa uma "ameaça à segurança nacional e à política externa" do país. No entender de Maduro, essa é uma forma de os norte-americanos pressionarem investidores estrangeiros a desistir da Venezuela e impedir que bancos internacionais concedam empréstimos ao país.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que a inflação chegará à casa dos 10.000.000% no ano de 2019. Isso mesmo pessoal, a altíssima inflação na Venezuela chegou na estratosfera.

A crise política entre governo e oposição

Durante o governo de Hugo Chávez, a oposição sofreu sucessivas derrotas eleitorais. No entanto, foi a grande vencedora das eleições para a Assembleia Nacional (AN) realizadas em dezembro de 2015. Reunida na coalizão Mesa da Unidade Democrática (MUD), a oposição é formada por partidos de direita, de centro e de centro-esquerda. Desde a Constituição de 1999, aprovada no primeiro ano do governo Chávez, o parlamento é unicameral. O Senado Federal foi extinto.

Em abril de 2017, o presidente Nicolás Maduro assinou decreto convocando uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC), para "reformar o Estado e redigir uma nova Constituição". A oposição fez várias críticas à forma como a Constituinte foi convocada e ao sistema de escolha dos deputados, decidindo não participar do processo eleitoral, nem da ANC.

As eleições para a Assembleia Constituinte foram realizadas no dia 30 de julho de 2017. A composição é de 545 membros. A metade foi eleita por eleitores de segmentos representativos de sindicatos, comunas, missões e movimentos sociais. A outra metade dos membros foi eleita por eleitores de municípios e territórios. Todos os constituintes estão alinhados ou têm proximidade com o Chavismo e com o governo de Maduro.

Conforme a sua constituição, os demais poderes se subordinam à ANC. Os Poderes Executivo, Judiciário, Eleitoral e Cidadão aceitaram a subordinação. O Poder Legislativo negou-se a subordinar-se à Assembleia Constituinte.

Em agosto de 2017, a Assembleia Constituinte aprovou um decreto em que assumiu o poder de aprovar leis, usurpando as competências da Assembleia Nacional, que tem maioria de oposição. Com isso, há dois poderes legislativos na Venezuela, um de maioria governista, a Assembleia Constituinte, e outro, de maioria oposicionista, a Assembleia Nacional.

Em maio de 2018 foram realizadas eleições presidenciais. Líderes da Mesa da Unidade Democrática e outros membros da oposição não puderam candidatar-se às eleições por causa de procedimentos administrativos e legais que os deixaram de fora do processo eleitoral. Os principais partidos de oposição foram desqualificados pelo Conselho Nacional Eleitoral. Diante dessa situação, a opositora Mesa da Unidade Democrática decidiu boicotar as eleições. Um dos partidos integrantes da MUD, a Ação Popular (AP) decidiu participar das eleições.

Nicolás Maduro foi reeleito com 67,8% dos votos validos. Henri Falcón (AP) recebeu 21% e Javier Bertucci (político sem partido) 10,3%. A abstenção foi recorde, cerca de 54% dos eleitores venezuelanos não foram

votar. Diversos países do mundo e organismos internacionais não reconheceram o pleito, nem a reeleição de Maduro.

Em 10 de janeiro de 2019, Maduro assumiu o seu segundo mandato, que deve durar até 2025. Esse novo mandato **não tem o reconhecimento da Assembleia Nacional venezuelana e de diversos países, entre eles os EUA e o Canadá, e do Grupo de Lima**. A Organização dos Estados Americanos (OEA) também declarou, no dia da posse, que não reconhece mais o governo de Maduro.

O Grupo de Lima foi criado em 2017 por iniciativa do governo peruano com o objetivo de pressionar para o restabelecimento da democracia na Venezuela. Além do **Brasil** e do Peru, mais 11 países integram o grupo – Argentina, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Chile, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá e Paraguai. O México, agora sob o governo de esquerda de Andrés Manuel López Obrador, se absteve da decisão de não reconhecer o novo mandato de Nicolás Maduro.

Em 23 de janeiro de 2019, o presidente da Assembleia Nacional, único poder que não é controlado pelo chavismo, Juan Guaidó se declarou presidente interino do país e disse que tem como objetivo de estabelecer um governo de transição e organizar eleições livres. Em torno de 60 países, cujos governos condenam o regime de Nicolás Maduro, reconheceram **Juan Guaidó** como **presidente interino (encarregado) da Venezuela**, entre eles Brasil, Estados Unidos, Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, Japão, Espanha, Reino Unido, Suécia, Dinamarca, França, Áustria, Alemanha, Portugal, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Ucrânia e Austrália. De outro lado, por volta de 15 países reconhecem o governo de Maduro, entre eles Rússia, Cuba, México, Bolívia, Nicarágua, Suriname, Turquia, China e Irã.

A Assembleia Nacional da Venezuela declarou Nicolás Maduro "usurpador" do cargo de presidente da república. Na prática, isso significa que a Assembleia considera como "juridicamente ineficaz" a Presidência exercida por Maduro. Além disso, os atos do Poder Executivo venezuelano foram anulados. Em seguida, o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ, que é governista) considerou "nulos" todos os atos aprovados pelo Parlamento.

Protestos

O governo de Maduro enfrenta protestos desde seu início e responde violentamente.

Como não surtem o efeito desejado e são violentamente reprimidos, a população passou a boicotar ainda mais os processos eleitorais, como as eleições para prefeito (nas quais muitos partidos foram proibidos de concorrer) e para vereador em dezembro de 2018.

7 - Coronavírus

Em dezembro de 2019, uma pneumonia de causas desconhecidas começou a se espalhar por **Wuhan**, uma metrópole da região central da China com cerca de 11 milhões de habitantes, capital da província de Hubei. Por meio de estudos, descobriu-se que os sintomas eram causados por um novo tipo de **coronavírus**. O número de mortos já passou de 2.800 e o de infectados já passou de 75.000. Fora da China, o país com o maior número de casos é a Coréia do Sul e os países com o maior número de mortos são o Irã e a Itália.

Como é o vírus

Descobertos na década de 1960, os coronavírus são uma grande família viral e recebem esse nome por causa de pequenos espinhos que possuem na superfície, que lembram uma coroa. Eles são considerados zoonóticos, ou seja, são transmitidos entre os animais e pessoas, causando infecções respiratórias em ambos.

A maioria das infecções por esse tipo de vírus resulta em doenças leves e moderadas, como resfriados comuns. Quase toda pessoa acaba infectada por algum tipo de coronavírus ao longo da vida.

O novo vírus, descoberto na atual epidemia, foi denominado pela Organização Mundial de Saúde de **Covid-19.** A nomenclatura segue diretrizes internacionais que pedem para não se fazer referência a uma localização geográfica, a um animal, a um indivíduo ou a um grupo de pessoas. As regras pedem também que o nome seja pronunciável e que estabeleçam alguma relação com a doença.

Outras variações mais antigas de coronavírus e conhecidas pelos cientistas são a **SARS-CoV** e **MERS-CoV**. Inclusive, entre 2002 e 2003, o surto de Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars), causado pelo coronavírus SARS-CoV, foi responsável pela morte de quase 800 pessoas e se espalhou por 37 países, tendo iniciado também na China.

Em 2012, um coronavírus distinto foi detectado como sendo responsável pela Síndrome Respiratória do Oriente Médio, ou Mers. A doença foi inicialmente identificada na Arábia Saudita e se espalhou depois para outros países da região.

Origem do vírus e transmissão

Os surtos relacionados a coronavírus geralmente têm origem em animais infectados. No caso do Sars, a suspeita recaiu sobre civetas (gatos selvagens). Já o Mers pode ter vindo de camelos ou morcegos contaminados.

A suspeita mais provável é de que o Covid-19 tenha sido transmitido para os seres humanos por animais silvestres, como os morcegos, provenientes de um mercado que vendia esses animais, em Wuhan. É possível ainda que os morcegos possam ter transmitido o vírus para outro animal, que o teria transmitido para os humanos.

Se foi pelo morcego, a transmissão desse vírus se dá pelas fezes. Elas criam uma quantidade grande de vírus, com aerossol (suspensão de partículas no ar) que as pessoas inalam, ou manipulam e pegam o vírus. Assim, inicialmente, a transmissão teria acontecido de animais para humanos. Depois, o vírus passou a ser transmitido de humano para humano.

Crianças e idosos, pelo fato de possuírem, naturalmente, uma imunidade mais baixa, são os mais afetados.

Sintomas, prevenção e tratamento

Foram identificados sintomas comuns aos outros tipos de coronavírus, como febre, tosse, dor muscular, cansaço, dificuldade em respirar e falta de ar. Em casos mais graves, há registro de pneumonia, insuficiência renal e síndrome respiratória aguda grave, que podem levar à morte.

Até o momento, ainda não há vacina para o vírus. Cientistas de várias instituições ao redor do mundo estão buscando desenvolver uma vacina contra o Covid-19. No entanto, ações básicas que podem prevenir qualquer infecção contagiosa que possa ser transmitida pelo ar ou pelo contato são recomendadas, como lavar a mão, usar álcool em gel, máscara, em caso de contato com pessoas infectadas, e evitar ambientes com aglomeração de pessoas.

Casos em outros países

O coronavírus demonstrou ter uma contaminação extremamente veloz. Segundo um estudo preliminar feito por pesquisadores britânicos, um paciente infectado pode transmitir o vírus para até três pessoas.

No mundo globalizado em que vivemos, com o grande fluxo de pessoas que circulam pelo nosso planeta por meio das redes de transportes, sobretudo o transporte aéreo, as doenças podem espalhar-se rapidamente pelos países e continentes.

A posição que a China possui atualmente no cenário econômico e político internacional faz com que determinadas doenças que apareçam no país tenham um potencial de contágio ainda maior. Muitos chineses estão a todo momento viajando pelo interior do país e para fora do país, da mesma maneira que muitas pessoas diariamente entram em território chinês.

Esses fatores fizeram com que, até o momento, já tenham sido registrados casos de coronavírus em mais de 45 países, como nos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Coreia do Sul, Japão, Irã, Itália e França, além de diversos outros países europeus e asiáticos. **Nas Filipinas ocorreu a primeira morte fora do território chinês.**

O maior temor é o de que a epidemia se espalhe mais ainda pela China e pelo mundo, afetando a economia mundial. Em Wuhan, muitas empresas, fabricantes de produtos para multinacionais de outros países, paralisaram as suas atividades. Os chineses já sentem os reflexos do novo coronavírus. O crescimento econômico será menor em 2020. Como grande exportador de comodities para o gigante asiático, o Brasil deverá sofrer alguns efeitos desse menor crescimento chinês.

Medidas restritivas de proteção e para conter o avanço do vírus

Como medida de proteção, vários países adotaram medidas restritivas contra a disseminação o vírus. **Nova Zelândia**, **Austrália** e **Israel**, por exemplo, proibiram temporariamente a entrada de todos os estrangeiros vindos da China. Países europeus suspenderam os voos com origem e destino da China. A **Rússia** e a **Mongólia** fecharam suas fronteiras terrestres com a China. Já os **Estados Unidos** estão negando a entrada no país de qualquer estrangeiro que tenha viajado à China nas últimas duas semanas. Além disso, o país declarou "emergência de saúde pública".

A **Arábia Saudita** suspendeu temporariamente a entrada de muçulmanos estrangeiros que querem fazer o Umra, peregrinação religiosa ao santuário islâmico de Meca e suspendeu a chegada de turistas que venham de países com risco de disseminação do vírus.

O governo de Pequim também decidiu cancelar as festas populares que estavam previstas para a celebração do Ano Novo chinês.

Epicentro da epidemia, Wuhan e a quase totalidade da província de Hubei estão isoladas por um cordão sanitário draconiano. Quase 56 milhões de habitantes são afetados por este confinamento. Dentro desta

zona, o transporte público foi interrompido. Estações, cinemas, bares e outros estabelecimentos estão fechados. Em Wuhan, os moradores receberam a recomendação de permanecer em suas casas e as autoridades proibiram a circulação dos veículos não essenciais.

As autoridades chinesas determinaram operações para esterilizar e ventilar aeroportos e estações de ônibus, assim como aviões e trens. Os agentes medem as temperaturas dos passageiros em centenas de estações e nas entradas do metrô em Pequim.

As viagens em grupo dentro da China, assim como para o exterior, foram suspensas. A Administração Nacional de Imigração recomendou aos cidadãos chineses que adiem os planos de viagem ao exterior. Famosos pontos turísticos estão fechados: a Cidade Proibida e áreas da Grande Muralha em Pequim, assim como o Palácio de Potala no Tibete e os parques Disneyland em Xangai e Hong Kong.

O comunicado da OMS

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou **emergência de saúde pública de interesse internacional**, não somente pelo que ocorre na China, mas também pelos registros em outros países. Com isso, uma ação coordenada de combate à doença deverá ser traçada entre diferentes autoridades e governos.

Esta foi a quinta vez que a organização decretou estado de emergência global para uma epidemia viral. As decisões anteriores foram tomadas para o zika vírus, a gripe H1N1, a poliomielite e o ebola.

A OMS diz que entende como "emergência pública internacional" apenas "eventos extraordinários", quando há um risco para a saúde pública em outros países devido à propagação de doenças, exigindo uma ação coordenada.

Qual o risco de uma epidemia desse vírus no Brasil?

O Covid-19 é um vírus tipicamente de clima frio, isto é, ele se transmite rapidamente em clima frio. Em 2003, quando houve a epidemia de Sars (Síndrome Respiratória Aguda Grave), deflagrada na mesma época do ano, ela também se espalhou por países frios do hemisfério norte que estavam no inverno, como os Estados Unidos e os da Europa, por exemplo.

O Sars chegou à Austrália porque eles têm um contato muito próximo com a China. Mas nunca chegou ao Brasil, à América do Sul ou à África, por exemplo. Por quê? Nós estamos no verão nessa época. Esse vírus não se propaga bem em clima quente. Agora, aconteceu a mesma coisa. Começou na China, no inverno, está se espalhando em países que estão no inverno. Por isso, especialistas apontam que o risco de uma epidemia acontecer no Brasil e na América do Sul, no momento, ainda é baixa, por conta do clima. A transmissão desse vírus em clima quente não é boa, e também há a radiação do sol. Ele é muito sensível à luz ultravioleta.

O Ministério da Saúde montou um centro de operações de emergência, formado por especialistas, para monitorar casos e possíveis casos. Há também vigilância e avisos sonoros nos aeroportos. O ministério tem desaconselhado viagens para a China e para países com casos comprovados do vírus, que a viagem seja feita apenas se for realmente imprescindível e não se pode esperar, nesse caso que o viajante tome todos os cuidados protetivos necessários.

O Governo Federal enviou também aviões para retirar moradores da região que é epicentro da doença na China. Os 34 brasileiros que estavam em Wuhan foram repatriados e colocados em quarentena em Anápolis

(GO). Eles e os 24 integrantes da tripulação que realizou o resgate não apresentaram sintomas durante a quarentena e foram posteriormente liberados.

Em 26/02/2020, foi confirmado o primeiro caso de Covid-19 no Brasil e em toda a América Latina. Trata-se de um **homem que mora em São Paulo**, tem 61 anos, e que **esteve na Itália** de 9 a 26 de fevereiro.

QUESTÕES COMENTADAS



1. (VUNESP/PREFEITURA DE GUARATINGUETA-SP/2019 – ENGENHEIRO CIVIL) O primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, surpreendeu ao solicitar, nesta quarta-feira (28.08), a suspensão do Parlamento britânico para a rainha Elizabeth II.

(Exame, 28.08.2019. Disponível em <https://tinyurl.com/y4wvcouw>. Acesso em: 28.09.2019. Adaptado)

O pedido de Boris Johnson foi uma estratégia para

(A) revogar as leis favoráveis aos imigrantes estabelecidos no país.

(B) limitar as discussões sobre o acordo de transição para o Brexit.

(C) acatar as determinações do Parlamento europeu sobre os refugiados.

(D) cercear as críticas à reforma trabalhista proposta pelo gabinete.

(E) realizar um novo referendo para manter o país na União Europeia.

COMENTÁRIOS:

No mês de agosto de 2019, Boris Johnson solicitou a suspensão do Parlamento britânico com o objetivo de limitar as discussões sobre o acordo de transição para o Brexit, buscando acelerar o Brexit sem um acordo de transição.

Boris Johnson repetia em seus discursos e entrevistas que buscava a saída do Reino Unido da União Europeia a qualquer custo, mesmo que isso fosse ocorrer sem um acordo.

Com a suspensão do Parlamento, Boris Jonhson visava reduzir o tempo que deputados — que entrariam em recesso — teriam para bloquear uma saída abrupta do Reino Unido do bloco.

Entretanto, passadas algumas semanas, a Suprema Corte do Reino Unido decidiu que a suspensão do Parlamento determinada por Boris Johnson para facilitar um Brexit sem acordo de transição com a União Europeia foi ilegal.

O impasse do Brexit no parlamento fez com que o primeiro-ministro tentasse três vezes sem sucesso convocar eleições parlamentares antecipadas. A oposição resistiu à ideia até que o parlamento aprovou uma lei que impediu a retirada do país da UE sem um acordo. Em 29 de outubro de 2019, a Câmara dos Comuns aprovou a realização de eleições gerais em 12 de dezembro de 2019. O **Partido Conservador**, do premiê Boris

Johnson, foi o **grande vencedor das eleições,** conquistando 365 assentos de um total de 650 no Parlamento e avançando sobre tradicionais redutos do Partido Trabalhista.

Com a maioria conquistada pelo seu partido, Boris Johnson conseguiu aprovar, em 20 de dezembro de 2019, a última versão do acordo do Brexit entre o Reino Unido e a União Europeia. O Reino Unido saiu da União Europeia em 31/01/2020.

Gabarito: B

---

2. (VUNESP/PREFEITURA DE GUARATINGUETA-SP/2019 – ENGENHEIRO CIVIL) Atendendo a uma demanda dos manifestantes que ocupam as ruas de Hong Kong desde junho, a chefe do Executivo local, Carrie Lam, anunciou, nesta quarta-feira (04.09), o cancelamento do projeto de lei que deu origem aos protestos na região administrativa especial chinesa. O aceno de Lam, entretanto, não deverá ser suficiente para satisfazer os opositores, que mantêm outras quatro reivindicações.

(O Globo, 04.09.2019. Disponível em <https://tinyurl.com/y52tsle2>. Acesso em: 28.09.2019. Adaptado)

O tema do projeto de lei cancelado e uma nova reivindicação dos manifestantes são, correta e respectivamente,

(A) o controle do Banco de Pequim sobre a região e a adoção de uma moeda diferente do yuan chinês.

(B) a adoção de tarifas protecionistas pela China e um acordo com os EUA para encerrar a guerra comercial.

(C) a extradição para a China continental e a democratização por meio de eleições diretas na região.

(D) a limitação do acesso à internet e uma política de estímulo ao ingresso dos jovens no mercado de trabalho.

(E) a representatividade no Partido Comunista e a plena autonomia da região frente à China continental.

COMENTÁRIOS:

O projeto de lei que inicialmente motivou os protestos em Hong Kong previa a extradição de cidadãos de Hong Kong para serem julgados na China Continental.

Após meses de protestos, o projeto foi retirado, mas as manifestações continuaram com novas reivindicações, como a manutenção e garantia das liberdades democráticas de Hong Kong, incluindo a liberdade de expressão, a independência da justiça, o sufrágio universal em todas as eleições locais, a democratização por meio de eleições diretas na região e a renúncia da chefe do executivo local, Carrie Lam.

Gabarito: C

---

3. (FUNDATEC/PREFEITURA DE SÃO BORJA-RS/2019 – CIRURGIÃO DENTISTA) Entre os países citados abaixo, qual NÃO faz parte da União Europeia?

A) Bélgica.

B) Finlândia.

C) Rússia.

D) Lituânia.

E) Suécia.

COMENTÁRIOS:

Dentre os países listados, somente a Rússia não faz parte da União Europeia.

Gabarito: C

---

4. (FUNDATEC/PREFEITURA DE SÃO BORJA-RS/2019 – CIRURGIÃO DENTISTA) No Mercosul, além dos países membros e dos países associados, dois países possuem o status de "observadores", são eles:

A) Estados Unidos e Canadá.

B) Nova Zelândia e México.

C) Panamá e Suriname.

D) Equador e Honduras.

E) Coreia do Sul e Japão.

COMENTÁRIOS:

Os países com o status de Estados Observadores do Mercosul são o México e a Nova Zelândia. Um membro observador apenas participa das reuniões do bloco, para melhor acompanhar o andamento das discussões, sem possuir poder de participação ou voto.

Gabarito: B

---

5. (VUNESP/PREFEITURA DE GUARATINGUETÁ-SP/2019 – ESCRITURÁRIO) O MERCOSUL e a Associação Europeia de Livre-Comércio (EFTA, na sigla em inglês) fecharam ontem (23.08.2019), em Buenos Aires, um acordo de livre-comércio. Integrantes da equipe econômica consideraram esse acordo mais abrangente e ambicioso do que o firmado com a União Europeia no fim de junho.

(IstoÉ. Disponível e https://bit.ly/2kzSCQ9. Acesso em 07.09.2019. Adaptado)

Sobre esse acordo, é correto afirmar:

(A) pelo MERCOSUL, assinaram o acordo o Brasil, a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela.

(B) atualmente, a EFTA é formada pela Suécia, Noruega, Islândia e Áustria.

(C) os países da EFTA também fazem parte da União Europeia.

(D) o montante de negócios do MERCOSUL com a EFTA superará os valores dos negócios com a União Europeia.

(E) pela EFTA, assinaram o acordo a Suíça, a Noruega, a Islândia e Liechtenstein.

COMENTÁRIOS:

a) Incorreto. Desde agosto de 2017, a Venezuela está suspensa do Mercosul. A suspensão do bloco é política, afetando o direito do país de votar, de ser votado e de exercer a presidência rotativa do bloco. Não afetam as trocas comerciais entre a Venezuela e os demais países do bloco. Os acordos comerciais continuam em vigor. Sendo assim, a Venezuela não participou da assinatura do acordo.

b) Incorreto. O EFTA é formado por Noruega, Suíça, Liechtenstein e Islândia.

c) Incorreto. Nenhum país do EFTA faz parte da União Europeia. Entretanto, os quatro países fazem parte do Espaço Schengen, de livre circulação de pessoas no continente europeu.

d) Incorreto. O montante de negócios entre o Mercosul e a União Europeia apresenta valores muito superiores do que os valores de negócios entre o Mercosul e o EFTA. A corrente de comércio Mercosul-União Europeia foi de mais de US$ 90 bilhões em 2018. Por sua vez, o comércio entre o MERCOSUL e os países da EFTA é em média de 7 bilhões de dólares anuais, até 2019. Pelo fato de possuir muito mais membros dentro do seu bloco econômico, dentre os quais estão algumas das grandes economias do mundo, como Alemanha e França, o montante de negócios do Mercosul com a União Europeia não será superado pelos valores dos negócios com o EFTA.

e) Correto. Pela EFTA, assinaram o acordo a Suíça, a Noruega, a Islândia e Liechtenstein, os quatro países que compõem esse bloco econômico.

Gabarito: E

(QUADRIX/CRF-ES/2019 – FARMACÊUTICO) Nordeste vira palco de guerra fria tecnológica entre Estados Unidos e China. Com o Brasil sob pressão para barrar investimentos chineses, país oriental estreita laços com a região.

Internet: <www1.folha.uol.com.br.>

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens a seguir.

6. A pressão a que o texto faz referência tem o intuito de barrar investimentos de empresas militares chinesas no Brasil, daí o uso da expressão “guerra fria”.

COMENTÁRIOS:

A pressão que o texto fala se refere a investimentos tecnológicos chineses, no contexto da "guerra fria" tecnológica entre Estados Unidos e China. Não são investimentos de empresas militares chinesas no Brasil.

A "guerra fria" da atualidade ocorre entre China e Estados Unidos, no plano econômico e tecnológico, com grande destaque sobre a implementação e a expansão da tecnologia 5G.

Gabarito: E

---

7. Empresas chinesas de tecnologia, como a Huawei, têm se tornado grandes fornecedoras de serviços e equipamentos para órgãos de segurança do governo norte-americano, sem sanções.

COMENTÁRIOS:

Além de maior produtora mundial de equipamentos de telecomunicação, a empresa Huawei detém o maior número de patentes da tecnologia 5G, fundamental para o avanço da telefonia móvel e para a consequente evolução industrial.

No contexto da guerra tecnológica entre Estados Unidos e China, os EUA passaram a boicotar a Huawei. Sob acusação de representarem ameaça à segurança dos Estados Unidos, empresas chinesas como a Huawei a ZTE, entre outras, vêm sofrendo algum tipo de embargo por parte dos EUA. Assim, a Huawei não é uma fornecedora de serviços e equipamentos para órgãos de segurança do governo norte-americano.

Gabarito: E

---

8. O Consórcio Nordeste, formado pelos governos estaduais daquela região brasileira, vem ampliando seus contatos com empresas chinesas para implementação de projetos de fibra óptica em diversos estados.

COMENTÁRIOS:

Estados do nordeste têm firmado acordos comerciais com empresas chinesas de tecnologia. O chamado Consórcio Nordeste é uma parceria jurídica entre os nove estados da região para poupar recursos nas compras de materiais e facilitar o desenvolvimento e execução de políticas públicas que envolvam mais de um estado da região.

Um dos principais projetos da parceria é o programa "Nordeste Conectado", uma parceria público-privada que visa instalar milhares de quilômetros de fibra óptica na região. Empresas chinesas, como a Huawei e a ZTE, têm se interessado em estabelecer parcerias com o consórcio e têm estabelecido conversas com representantes políticos dos estados. Ao longo de 2019, governadores de 4 estados nordestinos, 2 vice-governadores e um grande número de secretários visitaram o país asiático. Em contrapartida, diversas comitivas chinesas foram enviadas para os estados que compõem o Consórcio Nordeste para negociar e dialogar.

Gabarito: C

(LEANDRO SIGNORI/PC DF – SIMULADO/2019) A proposta de todos os países do Mercosul compartilharem a mesma moeda existe desde a fundação do bloco, em 1991. Nunca, porém, houve um plano concreto que desse andamento de fato a essa ideia.

Desde que o Mercosul foi criado, o Brasil e especialmente a Argentina, as duas maiores economias da região, passaram por grandes crises econômicas, incluindo desvalorização da moeda.

"Experiências de unificação monetária que existiram no mundo foram consequência de projetos políticos mais ambiciosos, processos muito mais amplos em que os países precisaram, em determinado momento, aproximar os pilares econômicos para aprofundar essa aproximação. Esse não é o caso entre Brasil, Argentina e Mercosul hoje", disse Rafael Cortez.

Para concretizar uma ideia de moeda única, seriam necessários anos de trabalho conjunto e próximo entre as equipes econômicas do Brasil e da Argentina. Os dois países, que estão passando por dificuldades distintas para retomar o crescimento econômico, teriam que implementar juntos políticas fiscais, de emprego e de preços e macroeconômica.

Qual a chance de uma moeda única entre Brasil e Argentina. Disponível em: https://bit.ly/2XDvC1c. (adaptado) Acesso em 12/06/2019.

Considerando que o texto acima tem caráter motivador, julgue os itens a seguir a respeito da economia internacional e dos múltiplos aspectos a ela relacionados.

9. O Euro, moeda única da União Europeia, não é adotado por todos os países do bloco europeu, inclusive o Reino Unido e a Itália.

COMENTÁRIOS:

O Euro, moeda única da União Europeia, não é, de fato, adotado por todos os países do bloco europeu. É adotado por 19 dos 28 países. O Reino Unido, que saiu do bloco econômico em 31/01/2020, não adotava o Euro, sua moeda é a Libra Esterlina. A Itália, entretanto, adota o Euro como moeda.

Gabarito: Errado

---

10. Outras moedas únicas formalizadas são o franco CFA, em países da África, e o dólar do Caribe Oriental, compartilhado entre países do mar do Caribe.

COMENTÁRIOS:

O euro não é a única moeda comum utilizada por mais de um país. O franco CFA é adotado por 14 países da África que são ex-colônias francesas. O dólar do Caribe Oriental é uma moeda comum adotada por países da região do Mar do Caribe.

Gabarito: Certo

---

11. Paraguai e Venezuela foram suspensos do MERCOSUL com base no Protocolo de Ushuaia, conhecido como a cláusula democrática do bloco regional.

COMENTÁRIOS:

O Paraguai foi suspenso do Mercosul em 2012, na ocasião do impeachment do então presidente Fernando Lugo, e retornou ao bloco em 2014, com a efetivação de um novo presidente por meio de eleições democráticas.

A Venezuela foi suspensa do Mercosul duas vezes e continua suspensa.

Ambos foram suspensos com base no mesmo instrumento jurídico do Mercosul, o Protocolo de Ushuaia, conhecido também como a cláusula democrática do Mercosul. Essa cláusula diz que, para os países terem seu pleno direito no bloco, devem ser considerados uma democracia. Na atualidade, os países do Mercosul consideram que a democracia está violada na Venezuela.

A suspensão não determina a saída do bloco, apenas que o país suspenso não possua os mesmos direitos de um membro pleno do bloco.

Gabarito: Certo

---

12. (FCC/SABESP/2019) O Google, cujo sistema operacional Android está instalado na grande maioria dos smartphones do mundo, anunciou que cortou as relações com a Huawei. A decisão tem graves consequências para a empresa, que não poderá oferecer mais o Gmail ou Google Maps em novos aparelhos.

(Disponível em: https://g1.globo.com. Adaptado)

Um dos motivos para o corte no relacionamento entre o Google e a Huawei é

(A) a proibição de negócios entre empresas dos Estados Unidos e a empresa chinesa, sob alegação de riscos para a segurança nacional.

(B) a permissão para que outros sistemas operacionais funcionem em smartphones da Huawei, incentivando, com isso, o livre mercado.

(C) a legalização de smartphones produzidos por pequenos produtores nos Estados Unidos incentivando, com isso, a indústria nacional.

(D) o protecionismo nacional incentivado por Donald Trump, que pretende frear a expansão de empresas europeias nos Estados Unidos.

(E) a desativação do sistema Android, que gradativamente será substituído por um sistema operacional criado pelo governo de Donald Trump.

COMENTÁRIOS:

A Huawei é uma grande empresa chinesa, maior fabricante de equipamentos de telecomunicações do planeta e fornecedora de serviço 5G.

Em meio ao cenário da guerra comercial que travam China e Estados Unidos, a Huawei foi acusada pelo governo dos Estados Unidos de roubar propriedade intelectual de empresas norte-americanas; de vender produtos com tecnologia norte-americana a países que sofrem embargo (como Irã e Coreia do Norte); e, também, que a Huawei colabora com governo chinês para espionar outros países, colocando em risco a sua segurança nacional. Com isso, o governo norte-americano proibiu negócios entre empresas dos Estados Unidos e a empresa chinesa. Por isso, a Google, uma empresa norte-americana, cortou relações com a Huawei.

Como podemos ver, além da guerra comercial que se desenrola entre os dois países, está em jogo também uma guerra tecnológica. O domínio da tecnologia da 5G permitirá que as tecnologias se conectem de uma forma nunca vista antes, com um tempo de latência mínimo. O país que conseguir antes dominar plenamente a tecnologia 5G obterá, por meio dele, um grande crescimento tecnológico e econômico, aumentando seu poder geopolítico.

Gabarito: A

---

13. (FCC/SABESP/2019) A recente eleição para o Parlamento Europeu criou novos fatos, dentre os quais citam-se:

(A) a diminuição de verdes e liberais e o aumento de nacionalistas contrários à União Europeia.

(B) o crescimento de nacionalistas e verdes e o aumento da fragmentação partidária.

(C) o fortalecimento de partidos favoráveis à União Europeia e a redução dos liberais.

(D) o aumento da participação dos sociais-democratas e a diminuição dos verdes.

(E) a redução da fragmentação partidária e o fortalecimento dos partidos tradicionais.

COMENTÁRIOS:

As eleições para o Parlamento da União Europeia ocorrem a cada cinco anos por sufrágio universal.

Nas eleições de 2019, embora permaneçam como as principais forças, os partidos de centro perderam maioria absoluta no Parlamento Europeu. Os partidos liberais e verdes (partidos em defesa do meio ambiente) foram os que ganharam mais espaço, junto com os grupos nacionalistas, de extrema direita e eurocéticos. Assim, aumentou a fragmentação partidária no Parlamento. Contudo, as forças favoráveis à integração europeia continuam tendo expressiva maioria no parlamento da União Europeia.

Gabarito: B

---

14. (VUNESP/CÂMARA DE PIRACICABA/2019) Meng Wanzhou, chefe de operações financeiras da Huawei, gigante chinesa de telecomunicações, foi presa em Vancouver, no Canadá, e deve ser extraditada

para os Estados Unidos. Os detalhes da prisão, efetuada em 1° de dezembro de 2018, não foram divulgados, mas a empresa chinesa virou alvo de desconfiança em vários países do mundo.

(BBC – https://bbc.in/2RF5KyG – Acesso em 29.04.19. Adaptado)

Com relação à gigante chinesa Hauwei, foram levantadas suspeitas de que

(A) a empresa seria a grande fornecedora de equipamentos utilizados pela Coreia do Norte para produzir mísseis de médio alcance.

(B) os acordos comerciais e financeiros que ela desenvolve com ditaduras africanas a tornariam hostil às nações democráticas.

(C) a tecnologia utilizada na produção dos equipamentos 5G é resultado de espionagem industrial contra o Reino Unido.

(D) seus equipamentos seriam usados pelo governo da China para espionar as pessoas e instituições ao redor do mundo.

(E) a empresa teria fraudado os estudos que mostram que a matéria-prima utilizada na produção de seus equipamentos é cancerígena.

COMENTÁRIOS:

A empresa chinesa Huawei é a maior fornecedora de sistemas 5G na atualidade e também a maior fabricante de equipamentos de telecomunicações do planeta. Em meio ao cenário de guerra comercial, os Estados Unidos, que não possuem uma grande empresa no setor 5G, acusam a empresa chinesa de roubar propriedade intelectual de empresas norte-americanas, de vender produtos com tecnologia norte-americana a países que sofrem com embargo norte-americano (como o Irã e a Coreia do Norte), e também alegam que a Huawei colabora com o governo chinês para espionar os outros países.

Frente a tais acusações, o governo norte-americano abriu uma ação contra a Huawei e a executiva Meng Wangzhou, filha do fundador da empresa, ficou 11 dias presa no Canadá em dezembro de 2018.

Gabarito: D

---

15. (VUNESP/CÂMARA DE PIRACICABA/2019) Em 10 de abril de 2019, a primeira-ministra britânica, Theresa May, recebeu resposta positiva dos líderes da União Europeia a seu pedido de nova extensão do prazo de aprovação de um plano de saída do Reino Unido pelo Parlamento do país. May havia solicitado adiamento até o final do ano. Conseguiu 31 de outubro como novo limite.

(Veja – https://bit.ly/2Y1foyC – Acesso em 29.04.19. Adaptado)

Entre as medidas que devem ser avaliadas e propostas por May para o Brexit, cita-se

(A) o valor de indenização, estimado em 39 bilhões de libras esterlinas, que a União Europeia deverá pagar ao Reino Unido por dificultar a quebra do contrato de parceria.

(B) o retorno da fronteira rígida entre a Irlanda do Norte (parte do Reino Unido) e a República da Irlanda (país independente e integrante da União Europeia).

(C) a manutenção das políticas de acolhimento de imigrantes e refugiados que deverá continuar em sintonia com as decisões tomadas pelo bloco.

(D) a reorganização dos acordos entre o Reino Unido e a OMC (Organização Mundial do Comércio) após a retirada dos britânicos do livre comércio europeu.

(E) a decisão sobre como será a situação de cidadãos europeus que residam no Reino Unido e vice-versa após o final do período de transição.

COMENTÁRIOS:

Antes de comentar a questão, vale lembrar que Theresa May fracassou na aprovação do acordo do Brexit, no parlamento britânico, o que fez com que deixasse o cargo de primeira-ministra em 24 de julho de 2019. No seu lugar, assumiu, em julho de 2019, **Boris Johnson**, ex-ministro de Relações Exteriores e ex-prefeito de Londres, que conduziu a saída do Reino Unido da União Europeia em 31/01/2020.

a) **Incorreto**. Essa alternativa faz uma inversão dos sujeitos. Quem deverá pagar um valor estimado em 39 bilhões de libras esterlinas por quebra do contrato de parceria é o Reino Unido à União Europeia.

b) **Incorreto**. A situação da fronteira entre a Irlanda e a Irlanda do Norte foi o principal ponto de divergência no parlamento britânico e que emperrou a aprovação do acordo do Brexit no legislativo durante a gestão de Theresa May. No acordo feito, o Reino Unido se comprometeu a não estabelecer uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a Irlanda e a Irlanda do Norte.

c) **Incorreto**. Com o Brexit, o Reino Unido terá a sua própria política em relação aos que imigram para o país e para com os refugiados, não precisando estar em sintonia com a política do bloco econômico.

d) **Incorreto**. O acordo não tratou deste tema. O Reino Unido, estando fora da União Europeia, vai tomar as suas decisões sobre a adesão e a participação nos acordos comerciais da OMC.

e) **Correto**. Pelo acordo, ficou decidido que os cidadãos europeus que já estejam no Reino Unido antes do Brexit e do fim do período de transição poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para os britânicos que moram em países europeus). Para os que vierem a residir após o final do período de transição, não há uma definição de qual será a relação e os seus direitos. Isso terá que ser decidido no pós-Brexit.

Gabarito: E

---

16. (VUNESP/PREFEITURA DE ITAPEVI/2019 – DIVERSOS CARGOS) "Este é o melhor acordo possível." A premiê britânica, Theresa May, tem repetido há semanas essa frase na tentativa de convencer o Parlamento de seu país a aprovar o acordo que ela negociou com a União Europeia, estabelecendo os

termos do Brexit - o processo de saída do Reino Unido do bloco. Mas, na segunda-feira [17.dez], a premiê adiou indefinidamente a votação do acordo no Parlamento, reconhecendo que ele seria rejeitado pela maioria dos parlamentares britânicos

(G1. https://glo.bo/2FTOmUF. Acesso em 24.jan.2019. Adaptado)

Tem sido considerado como o ponto mais delicado do acordo para viabilizar o Brexit

(A) o retorno imediato dos cidadãos europeus que vivem no Reino Unido para os seus países de origem, fato que provocaria forte déficit de mão de obra no Reino Unido.

(B) a rápida desvalorização da libra nos mercados europeu e mundial, fato que provocaria forte abalo econômico-financeiro para todo o Reino Unido.

(C) o fechamento da fronteira entre a Irlanda do Norte (parte do Reino Unido) e a Irlanda, fato que retomaria antigas tensões entre norte-irlandeses e irlandeses.

(D) a perda do prestígio político do Reino Unido frente à Europa, o que inviabilizaria a permanência do país na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

(E) a obrigação do governo britânico em continuar recebendo grupos de refugiados do Oriente Médio e África mesmo após a saída do bloco econômico europeu.

COMENTÁRIOS:

Antes de comentar a questão, vale lembrar que Theresa May fracassou na aprovação do acordo do Brexit, no parlamento britânico, o que fez com que deixasse o cargo de primeira-ministra em 24 de julho de 2019. No seu lugar, assumiu, em julho de 2019, **Boris Johnson**, ex-ministro de Relações Exteriores e ex-prefeito de Londres, que conduziu a saída do Reino Unido da União Europeia em 31/01/2020.

a) **Incorreto**. Não há este tópico no acordo. É uma invenção do examinador. Ficou decidido que os cidadãos europeus que já estejam no Reino Unido antes do Brexit e do fim do período de transição poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para os britânicos que moram em países europeus). Para os que vierem a residir após o final do período de transição, não há uma definição de qual será a relação e os seus direitos. Isso terá que ser decidido no pós-Brexit.

b) **Incorreto**. Outra invenção do examinador. O acordo não fala nada em relação à moeda britânica, a libra esterlina. Contudo, alguns economistas temiam que a possibilidade de o Reino Unido deixar a União Europeia sem um acordo levasse a uma forte desvalorização da libra esterlina em relação ao euro. Esse temor não se concretizou, pois o país deixou o bloco europeu de forma negociada e acordada.

c) **Correto**. Esse foi o ponto mais delicado e que mais gerou polêmica no parlamento britânico. A fronteira entre a Irlanda do Norte (parte do Reino Unido) e a República da Irlanda (um país independente, membro da União Europeia) é a única ligação terrestre entre a Europa e o Reino Unido. Havia uma preocupação em não instituir um controle rígido na fronteira, em função de Acordo de Belfast, de 1988. Durante e após o período de transição, a livre circulação de pessoas e mercadorias vai continuar ocorrendo nessa fronteira, o que foi motivo de grande divergência entre os defensores do Brexit. Para esses, haverá duas realidades no Reino

Unido, uma em que haverá o controle fronteiriço com o bloco europeu – Inglaterra, Escócia e País de Gales com a União Europeia – e outra em que o controle fronteiriço será flexível – entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda (membro da União Europeia). Ou seja, entre a Irlanda do Norte e a União Europeia continuará tendo a livre circulação de mercadorias e pessoas, o que, para os defensores do Brexit, pode significar uma ameaça à integridade territorial do Reino Unido.

d) **Incorreto**. É provável que ocorra uma perda do prestígio político do Reino Unido frente à Europa, afinal, o país não faz mais parte da União Europeia. Contudo, se isso ocorrer, não vai inviabilizar a sua permanência na OTAN. O Reino Unido é um dos principais participantes da organização e continuará membro dela.

e) **Incorreto**. Invenção do examinador. Nada a ver com o acordo do Brexit.

Gabarito: C

---

17. (CEBRASPE/PGE PE/2019 – ASSISTENTE DE PROCURADORIA) Uma questão preocupante para o governo britânico com relação à concretização do Brexit é a fronteira entre Irlanda do Norte e a República da Irlanda.

COMENTÁRIOS:

O Reino Unido saiu da União Europeia em 31/01/2020. O tema da fronteira entre as duas Irlandas foi o que mais gerou discordância dentro do Reino Unido durante o processo do Brexit.

Essa fronteira é a única ligação terrestre entre a União Europeia e o Reino Unido.

O Acordo de Belfast, 1988, pôs fim a décadas de luta armada do IRA pela independência da Irlanda do Norte do Reino Unido e a sua reanexação à Irlanda. Uma das medidas determinantes para o término do conflito foi o fim do controle da fronteira entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda, permitindo a livre circulação de pessoas, o que propiciou uma maior integração entre os irlandeses da ilha. Atualmente, milhares de pessoas atravessam a fronteira irlandesa todos os dias, e bens e serviços passam entre as duas jurisdições sem restrições.

No acordo ficou decidido que não haverá uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a Irlanda e a Irlanda do Norte.

Gabarito: Certo

---

18. (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ/2019 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO) A primeira-ministra do Reino Unido, Theresa May, enfrentará nesta quarta-feira (12 de dezembro) um voto de desconfiança de seus próprios correligionários do Partido Conservador, em nova reviravolta da barroca trama política que mobiliza o país. A imprensa local notícia que ao menos 48 parlamentares da legenda submeteram a um comitê partidário cartas nas quais questionam a liderança de May.

(Folha de S.Paulo, 12 dez.18. Adaptado)

O impasse entre a primeira-ministra e os membros de seu próprio partido teve como pano de fundo

(A) a crise econômica que vive o Reino Unido e o consequente aumento do desemprego.

(B) a possível abertura do país aos imigrantes em geral e, em especial, aos refugiados sírios.

(C) o veto imposto pela chefe de governo ao Orçamento pouco enxuto proposto pelo Parlamento.

(D) a defesa que a líder conservadora fez de pautas historicamente associadas aos trabalhistas.

(E) a dificuldade do Reino Unido em negociar e aprovar a sua saída da União Europeia.

COMENTÁRIOS:

A notícia do enunciado fala de uma "trama política que mobiliza o país". A trama política que mobilizou o Reino Unido nos últimos anos foi o Brexit, a saída britânica da União Europeia. O fato presente no enunciado diz respeito a uma votação realizada para decidir se Theresa May continuaria sendo líder de seu partido e se continuaria no posto de primeira-ministra, que assumiu em 2016, após a aprovação da saída do Reino Unido da União Europeia. Naquela votação, ela continuou tendo a confiança do Partido Conservador, e continuou como primeira-ministra até a sua queda em julho de 2019.

Gabarito: E

---

19. (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ/2019 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO) Os departamentos de trânsito dos estados e do Distrito Federal (DF) terão até o dia 30 de junho de 2019 para implantar o novo modelo de placas. O adiamento do prazo foi publicado pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran) no Diário Oficial da União da última sexta-feira (28 de dezembro). No início de dezembro, o conselho havia alterado as datas de implantação e determinado que alguns estados teriam até hoje (31 de dezembro) para implantar o novo sistema de placas.

(R7, 31 dez.18. Adaptado)

O novo modelo de placas atende a um padrão adotado entre os países

(A) ibero-americanos.

(B) da América Latina.

(C) da OEA.

(D) do Mercosul.

(E) da Unasul.

COMENTÁRIOS:

O novo modelo de placas atende a um padrão adotado entre os países do Mercosul.

As novas placas do Mercosul são inspiradas no sistema integrado adotado pelos países da União Europeia. Eles serão aplicadas de maneira padronizada a veículos de cinco países: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela. A intenção é, no futuro, criar um banco de dados único entre tais países, o que teoricamente facilitará o trânsito e o controle de infrações de trânsito por motoristas de um país que estejam em deslocamento em outros países do bloco econômico.

Gabarito: D

(QUADRIX/CREF-SE/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) O G20 reconheceu, no dia 1.º de dezembro de 2018, que a Organização Mundial de Comércio (OMC) não consegue cumprir com seus objetivos atualmente e, por isso, defendeu, na declaração final aprovada na cúpula realizada desde ontem, em Buenos Aires, na Argentina, uma reforma para revitalizar o comércio mundial.

Internet: <https://noticias.uol.com.br> (com adaptações).

Tendo a reunião do G20, mencionada no texto acima, apenas como referência inicial, julgue o item.

20. Não obstante a divergência ideológica entre Donald Trump e o regime chinês, as relações comerciais entre os dois países vivem momento excepcional, sem quaisquer restrições ao livre comércio.

COMENTÁRIOS:

Estados Unidos e China travam, atualmente, uma guerra comercial, com restrições ao livre comércio. As relações comerciais entre os dois países passam por um período de forte tensionamento.

Gabarito: Errado

---

21. (FCC/AFAP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) O processo complicado chamado de Brexit teve início em junho de 2016, cujos desdobramentos continuaram em 2017 e 2018, prossegue em 2019 com muitas polêmicas entre as partes atingidas. Sobre o Brexit é correto afirmar que

a) em um referendo, mais da metade dos britânicos decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia; após a decisão tiveram início as difíceis negociações para a saída do bloco, antevendo-se problemas políticos e econômicos para ambos os lados.

b) o movimento de saída do Reino Unido da União Europeia está relacionado ao fato de o país ter sido impedido de utilizar o euro como moeda oficial; a negativa tem sido apontada como fator dificultador para ampliar as exportações britânicas.

c) a saída do Reino Unido da União Europeia tem sido apontada como o estopim para a continuidade do bloco econômico, pois vários países, como a Alemanha e a França, têm referendos programados para decidir o caminho a seguir no próximo ano.

d) a recente decisão de sair do bloco econômico provocou muitos conflitos internos no Reino Unido, abalando, inclusive, a liderança da Família Real, que teve grande participação quando da entrada do Reino Unido na União Europeia.

e) o principal motivo da saída do Reino Unido do bloco econômico europeu está relacionado à forte pressão dos britânicos no sentido de barrar a chegada de imigrantes africanos e asiáticos, considerados pouco preparados para o mercado de trabalho britânico.

COMENTÁRIOS:

a) **Correto**. Uma imprecisão do examinador, foi por meio de um plebiscito que os britânicos escolheram decidiram saída do Reino Unido da União Europeia. Após a decisão tiveram início as difíceis negociações para a saída do bloco, antevendo-se problemas políticos e econômicos para ambos os lados.

b) **Incorreto**. O Brexit não tem relação com o país ter sido impedido de utilizar o Euro como moeda oficial. O Reino Unido não utiliza o Euro por uma escolha própria, não por uma imposição da União Europeia. Sua moeda é a libra esterlina.

c) **Incorreto**. A saída do Reino Unido da União Europeia não tem sido apontada como o estopim para a continuidade do bloco econômico. Não há nenhum plebiscito ou referendo marcado em nenhum outro país do bloco para decidirem sobre a continuidade ou não na União Europeia.

d) **Incorreto**. A recente decisão de sair do bloco econômico provocou muitos conflitos internos no Reino Unido, é verdade. Entretanto, não abalou a liderança da Família Real. A Família Real não teve grande participação quando da entrada do Reino Unido na União Europeia.

e) **Incorreto**. É uma invenção do examinador. Em maior ou menor escala, a grande maioria dos países da União Europeia são bastante resistentes a entrada no bloco europeu e nos seus países de imigrantes africanos e asiáticos.

Gabarito: A

---

22. (VUNESP/PREFEITURA DE GUARATINGUETA-SP/2019 – ENGENHEIRO CIVIL) No último dia 28.08, a Argentina pediu reescalonamento de prazo de sua dívida de 56 bilhões com o Fundo Monetário Internacional. O empréstimo não será pago no prazo estabelecido, previsto para começar em 2021.

(Estadão, 30.08.2019. Disponível em <https://tinyurl.com/yxqcc838>. Acesso em: 28.09.2019. Adaptado)

De acordo com analistas, um dos efeitos dessa decisão da Argentina para nossa economia pode ser

(A) a diminuição das exportações brasileiras.

(B) a estabilidade do câmbio no Brasil.

(C) o aumento da taxa Selic pelo Banco Central.

(D) a queda da nota de crédito do Brasil.

(E) a elevação do superávit comercial no Mercosul.

COMENTÁRIOS:

Frente à instabilidade financeira pela qual o país passa, no mês de agosto de 2019, o então presidente da Argentina, Maurício Macri, pediu ao Fundo Monetário Internacional (FMI), a revisão dos prazos de vencimento de um empréstimo de 56 bilhões de dólares, que deveria começar a ser pago em 2021.

a) Correto. Um dos efeitos da decisão da Argentina para a economia brasileira pode ser a diminuição das exportações brasileiras. Com uma economia em crise e com baixas reservas em dólares, a tendência é que o país importe menos do Brasil, que é um de seus principais parceiros comerciais.

b) Incorreto. A decisão da Argentina não tem a capacidade de influenciar a estabilidade do câmbio no Brasil. Pode apenas afetar a estabilidade do câmbio na própria Argentina.

c) Incorreto. O Banco Central aumenta ou diminui a taxa Selic em função da situação da inflação no Brasil e de fatores internos da economia brasileira. Não há nenhum indicativo de que o pagamento da dívida da Argentina com o FMI possa afetar a taxa Selic brasileira.

d) Incorreto. Novamente, não há nenhuma relação da decisão da Argentina com a queda ou elevação da nota de risco de crédito do Brasil. O que pode ocorrer é a queda da nota de crédito da própria Argentina, já que aumenta o risco de o país não pagar suas dívidas.

e) Incorreto. Essa alternativa não pode estar correta se a letra "A" está correta. São duas coisas opostas. A Argentina é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil. Grande parte do superávit do Brasil com Mercosul é decorrente do comércio com a Argentina. Com a diminuição das exportações brasileiras para a Argentina, diminuirá, consequentemente, o superávit brasileiro com o Mercosul.

Gabarito: A

---

23. (VUNESP/ESEF-SP/2019 – ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO) O governo do Equador anunciou, no domingo (13.10.2019) à noite, o fim de uma violenta crise de quase duas semanas, graças a um acordo com lideranças indígenas. Depois de mais de quatro horas de negociação, com a mediação da ONU e da Igreja Católica, as duas partes assumiram um compromisso que atende a exigência do movimento indígena.

(IstoÉ. Disponível em https://bit.ly/2ORxYb9. Acesso em 16.10.2019. Adaptado)

Os indígenas revoltaram-se porque

(A) o Presidente Lenín Moreno mudou a capital de Quito para Guaiaquil.

(B) Rafael Correa, ex-presidente do Equador, teve os seus direitos políticos cassados.

(C) o Presidente Lenín Moreno assinou acordo comercial com a Venezuela de Nicolás Maduro.

(D) um decreto presidencial liberou o preço do diesel e da gasolina, provocando alta de mais de 100%.

(E) foi imposto um toque de recolher para impedir que o povo se manifestasse quanto à legitimidade do governo.

COMENTÁRIOS:

O principal motivo que desencadeou os protestos no Equador, liderados sobretudo pelo movimento indígena, foi o fim dos subsídios aos combustíveis fósseis, que existiem há 40 anos no país, fazendo com que os preços dos combustíveis e de diversos outros produtos disparassem. O galão da gasolina aumentou mais de 20% e o galão do diesel mais que dobrou de preço.

Gabarito: D

---

24. (VUNESP/ESEF-SP/2019 – ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO) A Catalunha, nesta segunda-feira (14.10.2019), foi agitada por uma série de protestos, com o epicentro em Barcelona. A ação foi convocada pela plataforma Tsunami Democrático, que distribuiu cartões de embarque falsos causando bloqueio no El Prat, o principal aeroporto da cidade. Também houve prejuízo para a circulação de trens e metrô.

(El Pais/Bras. Disponível em https://bit.ly/32r70ew. Acesso em 15.10.2019. Adaptado)

Os protestos ocorreram

(A) porque o Parlamento espanhol aprovou leis que foram consideradas fascistas pelo Comitê de Defesa da República Catalã.

(B) em defesa do resultado do plebiscito que aprovou a independência catalã do restante da Espanha.

(C) porque os Mossos (polícia catalã) atacaram os manifestantes que defendiam a independência da Catalunha.

(D) contra a intervenção governamental nas universidades catalãs que fizeram movimento pela independência.

(E) contra a decisão do Tribunal Supremo da Espanha que impôs penas de prisão a líderes separatistas.

COMENTÁRIOS:

Os protestos ocorridos na Catalunha durante o mês de outubro de 2019 foram motivados pela decisão do Tribunal Supremo da Espanha de impor penas de 9 a 13 anos de prisão a nove líderes separatistas por, no final de 2017, realizarem um referendo separatista considerado ilegal pela Espanha, seguido de uma declaração de independência. Eles acabaram afastados do poder e, em seguida, alguns foram presos — enquanto outros fugiram para outros países.

Para parte da população catalã, eles deveriam ter sido absolvidos no julgamento.

Gabarito: E

---

25. (VUNESP/ESEF-SP/2019 – ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO) Em março deste ano (2019), o presidente Donald Trump disse em entrevista coletiva que apoiava a adesão do Brasil ao grupo de 36 membros da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), conhecido como "o clube

dos países ricos", um apoio que foi reiterado em maio. Em julho, o secretário de Comércio dos EUA, Wilbur Ross, reiterou o apoio de Washington ao Brasil durante uma visita a São Paulo.

(O Globo. Disponível em https://glo.bo/2pVjAnF. Acesso em 14.10.2019, Adaptado)

Entretanto, no dia 10 de outubro, o secretário de Estado americano, Mike Pompeo declarou apoio às candidaturas

(A) da Colômbia e da Croácia.

(B) do Chile e da África do Sul.

(C) do Peru e da Bulgária.

(D) da Argentina e da Romênia.

(E) do Uruguai e da Eslovênia.

COMENTÁRIOS:

Em março de 2019, o presidente Donald Trump declarou, em entrevista coletiva conjunta com o presidente Jair Bolsonaro na Casa Branca, que apoiava a adesão do Brasil à OCDE. Em julho de 2019, o secretário de Comércio dos EUA, Wilbur Ross, reiterou o apoio de Washington ao Brasil durante uma visita a São Paulo.

Para obter este apoio, por solicitação dos Estados Unidos, o Brasil abriu mão da sua condição de país emergente na Organização Mundial do Comércio (OMC), aceitando o status de país desenvolvido. Com o status de país emergente, o Brasil tinha algumas vantagens em regras comerciais da OMC, o que não ocorre tendo o status de país desenvolvido.

A aprovação dos EUA à entrada brasileira na OCDE no início deste ano foi um dos primeiros resultados obtidos pelo alinhamento de Bolsonaro com o governo Trump. A entrada no grupo é considerada uma das principais apostas da política externa do Brasil.

Durante a viagem de Bolsonaro a Washington em março, o Brasil ofereceu acesso dos EUA à plataforma de lançamento de foguetes de Alcântara, no Nordeste do país, o fim da exigência de visto para viagens de norte-americanos ao Brasil e cooperação em relação ao tema da Venezuela.

Além de ter declarado o apoio ao ingresso do Brasil na OCDE, os EUA também conferiram ao Brasil o status de aliado extra-Otan, que possibilita ao país o acesso à compra de material bélico antigo a custos menores e de participar das licitações de aquisição de material militar pelo governo norte-americano.

Contudo, em outubro de 2019, Mike Pompeo declarou apoio às candidaturas da Argentina e da Romênia para ingressarem na OCDE. Posteriormente, os EUA formalizaram perante a Organização o seu apoio aos dois países e que desejam uma ampliação lenta no número de membros do "clube dos países ricos".

Em janeiro de 2020, os Estados Unidos passaram a priorizar o apoio ao Brasil, em detrimento da Argentina, que foi colocada em segundo plano.

Gabarito: D

26. (FUNDATEC/PREFEITURA DE SÃO BORJA-RS/2019 – CIRURGIÃO DENTISTA) O _____ anunciou um acordo para acabar com sua pior crise em décadas (...). A capital do país foi cenário de protestos violentos, que devem acabar após o anúncio de um compromisso, no domingo à noite, entre o governo do presidente Lenín Moreno e o movimento indígena, que liderou as manifestações. A negociação entre as partes contou com a mediação da ONU e da Igreja Católica. Os arredores da residência presidencial, que está desocupada desde a semana passada, quando Moreno transferiu a sede do governo para Guayaquil em consequência das manifestações, foram transformadas em campos de batalha. A destruição também atingiu as imediações da Assembleia Nacional."

(https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/14/10/2019).

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna da reportagem acima.

A) Equador

B) Peru

C) Paraguai

D) Chile

E) Suriname

COMENTÁRIOS:

A reportagem do enunciado se refere aos fatos que ocorreram no Equador durante o mês de outubro de 2019. Para resolvê-la, era necessário saber à qual país o enunciado se refere, ou apenas saber que Lenín Moreno é o presidente do Equador, já que seu nome é citado na reportagem.

Para conter os gastos do país e equilibrar as contas, o presidente do Equador, Lenín Moreno, anunciou, no mês de outubro de 2019, uma série de medidas econômicas, entre elas, o fim dos subsídios aos combustíveis fósseis, que existiam há 40 anos no país, fazendo com que os preços disparassem. Liderada pelo movimento indígena, que possui um histórico de participação na política no país, a população foi às ruas protestar. Devido à escalada de violência nos protestos, a sede da capital do país foi transferida temporariamente para a cidade costeira de Guayaquil.

Após negociações, o presidente revogou o fim dos subsídios aos combustíveis fósseis e anunciou um novo pacote de medidas econômicas, encerrando doze dias intensos de protestos que deixaram sete mortos e mais de 1300 feridos.

Gabarito: A

27. (VUNESP/CÂMARA DE PIRACICABA/2019) O Grupo de Lima decidiu, nesta sexta (03.05.19), convidar Cuba e o Grupo de Contato Internacional (GCI) para participar de maneira conjunta de uma

solução para a crise política na Venezuela. A decisão ocorreu após uma reunião de emergência do bloco na sede do Ministério de Relações Exteriores do Peru.

(Folha de S.Paulo – https://bit.ly/2V1PicT – Acesso em 04.05.19. Adaptado)

O Grupo de Lima

(A) recebe apoio de Trump e reúne todos os países americanos que defendem a saída de Maduro via apoio das Forças Armadas venezuelanas.

(B) tem sido um foro no qual apareceram sugestões ou articulações na esfera militar para o retorno da democracia na Venezuela.

(C) tem seguido a tendência de buscar saídas que passem por ajuda humanitária e sanções econômicas à Venezuela.

(D) sustenta o grupo liderado por Juan Guaidó e defende a tomada de poder pela força, com a dissolução da Assembleia Constituinte pró-Maduro.

(E) conta com o apoio da Rússia e da Turquia, países que, até o final de 2018, eram aliados incondicionais de Maduro.

COMENTÁRIOS:

O Grupo de Lima é um grupo diplomático criado em 2017, na capital do Peru, Lima, que reúne ministros das relações exteriores de 14 países para buscar formas de contribuir com a estabilização da Venezuela. Na ocasião, representantes de 12 países americanos (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru) firmaram o documento conhecido como Declaração de Lima, no qual o grupo definiu sua posição acerca da "situação crítica na Venezuela", condenando a existência de "presos políticos", a "falta de eleições livres" e a "ruptura da ordem democrática no país". Além disso, o grupo manifesta sua "preocupação com a crise humanitária" venezuelana.

Posteriormente, Guiana e Santa Lúcia se juntaram ao grupo. Os Estados Unidos, embora não integrem oficialmente o grupo, participam das reuniões.

a) **Incorreto**. O Grupo de Lima e os Estados Unidos concordam em muitos posicionamentos a respeito da Venezuela, mas não se trata propriamente de receber apoio. Possuem boas relações diplomáticas. Com exceção do México, todos os países do Grupo defendem a saída de Maduro, mas não pela via militar. Busca-se uma solução pacífica para a Venezuela.

b) **Incorreto**. O Grupo de Lima tem sido um foro no qual apareceram sugestões ou articulações para o retorno da democracia na Venezuela, mas não por meio da esfera militar.

c) **Correto**. O Grupo de Lima tem seguido a tendência de buscar saídas que passem por ajuda humanitária e sanções econômicas à Venezuela.

d) **Incorreto**. Com exceção do México, o Grupo de Lima se posiciona a favor de Juan Guaidó. Entretanto, o Grupo de Lima não busca a tomada de poder pela força.

e) **Incorreto**. Turquia e Rússia não apoiam o Grupo de Lima. Esses dois países apoiam o governo de Nicolás Maduro.

Gabarito: C

---

28. (VUNESP/PM SP/2019 – SOLDADO) "Deixei claro [para Mike Pompeo, Secretário de Estado norte-americano] mais uma vez que nos preocupam os eventos recentes e as tensões na região, que não queremos uma escalada militar", disse o ministro de Relações Exteriores alemão após o encontro com o representante americano. Em 14 de maio, os representantes europeus expressaram preocupação sobre uma escalada da tensão entre os dois países e advertiram o secretário de Estado americano sobre o risco de um conflito "por acidente" no Golfo.

(G1-Globo. https://glo.bo/2Vp5fKi. Acesso em 17.06.2019. Adaptado)

A notícia envolve a tensão entre

(A) a Arábia Saudita e o Iraque.

(B) a Colômbia e a Venezuela.

(C) o Estado de Israel e a Palestina.

(D) a Rússia e a Síria.

(E) os Estados Unidos e o Irã.

COMENTÁRIOS:

A notícia envolve a tensão entre os Estados Unidos e o Irã, que se intensificou em 2018, com a saída dos americanos do acordo sobre o programa nuclear iraniano. Como os EUA saíram, Donald Trump determinou a retomada de duras sanções econômicas ao país persa.

A crise entre os dois países escalou, em junho 2019, quando o Irã derrubou um drone de vigilância norte-americano no Estreito de Ormuz. Em retaliação, os americanos realizaram um ataque cibernético que derrubou computadores militares do Irã.

A questão também poderia ser resolvida por meio de algumas pistas: no primeiro parágrafo, o enunciado transcreve o diálogo do ministro de Relações Exteriores da Alemanha com Mike Pompeo, Secretário de Estado norte-americano, sobre sua preocupação com uma escalada da tensão no Golfo. Os EUA aparecem em uma das alternativas, a Alemanha não. Aqui já temos uma pista.

O golfo referido no diálogo é o de Omã, um caminho marítimo no Oriente Médio, que dá acesso a outro golfo, o Pérsico, de onde é escoada grande parte da exportação de petróleo da Arábia Saudita, Qatar, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Iraque e Irã.

Pelos dois golfos e o estreito de Ormuz passam diariamente cerca de um terço das exportações mundiais de petróleo, o que os torna um dos locais mais estratégicos do mundo.

Gabarito: E

(QUADRIX/CRO-AM/2019 – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO FISCAL) O presidente Jair Bolsonaro e representantes de outros sete países sul-americanos assinaram, no dia 22 de março último, um documento com proposta para a criação do fórum para o Progresso da América do Sul (Prosul), que visa à construção de relações baseadas no livre comércio.

Internet: <www.poder360.com.br> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens.

29. O Equador se manteve, por anos, alinhado ao bloco de governos de esquerda na América Latina. Com a ascensão de Lenin Moreno, aproximou-se de governantes conservadores, sendo um dos signatários da proposta de criação do Prosul.

COMENTÁRIOS:

Em março de 2019, em uma reunião de cúpula, em Santiago, no Chile, foi lançado o Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (Prosul). O documento de lançamento, denominado Declaração de Santiago, foi assinado pela Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Guiana. O Chile, autor da iniciativa, vai presidir o Prosul pelos primeiros 12 meses. A seguir, a presidência será ocupada pelo Paraguai.

De acordo com líderes desta articulação, o Prosul se constitui em um fórum regional de diálogo organizado por países sul-americanos frente aos impasses e divergências da Unasul (União de Nações Sul-Americanas).

A Unasul se consolidou em um momento de maioria de governos de esquerda na América do Sul. Na atualidade, em 2019, a maioria dos países têm governos de direita, conservadores e liberais. Essa mudança de rumos políticos se refletiu na entidade, culminando com a suspensão das participações de diversos países da entidade, em 2018, incluindo o Brasil.

O Equador se manteve alinhado a esse bloco de governos de esquerda, e situava em sua capital, Quito, o edifício sede da Unasul. Com a ascensão de Lenin Moreno à presidência do Equador, o país aproximou-se de governantes conservadores, retirou-se da entidade e foi um dos signatários da proposta de criação do Prosul. Inclusive, pediu que a Unasul devolva ao país o edifício-sede da organização.

Gabarito: Certo

---

30. Por decisão dos integrantes do futuro fórum, a Venezuela não integrará o Prosul, haja vista o governo de Nicolás Maduro ser considerado como ilegítimo pelos mandatários presentes no encontro.

COMENTÁRIOS:

A Venezuela não foi convidada a participar do encontro de criação do Prosul, sob a justificativa de não ser uma democracia. O governo de Nicolás Maduro é considerado ilegítimo pelos mandatários presentes no encontro.

Gabarito: Certo

---

31. Com a abertura do processo de sua criação, o Prosul deverá substituir a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), criada em 2008, quando os governos de esquerda eram maioria na região.

COMENTÁRIOS:

A Unasul foi criada em 2008, quando os governos de esquerda eram ampla maioria na América do Sul. A intenção dos países signatários do Prosul é que ele venha a substituir aquela entidade.

Gabarito: Certo

---

32. Bolívia e Uruguai integram o grupo de países que assinaram a declaração conjunta de criação do Prosul.

COMENTÁRIOS:

Representantes do Uruguai e da Bolívia participaram da reunião em Santiago, mas não assinaram a declaração conjunta de criação do Prosul. Apesar disso, os dois países se colocaram dispostos ao diálogo.

Gabarito: Errado

---

33. (VUNESP/TRANSERP/2019 - CONTADOR) ***Fugir das gangues já não é suficiente para obter asilo.*** **Desde junho, a violência doméstica ou de gangues no país de origem do requerente não é mais suficiente como único motivo para superar o filtro que permite pedir proteção nos EUA. O resultado foi uma enorme queda na aceitação inicial, o que deverá reduzir ainda mais as concessões de asilo. Em seus 21 meses de presidência, o republicano Donald Trump adotou múltiplas medidas para reduzir a entrada de estrangeiros.**

(El País. Publicado em: 26.10.2018. Acessível em: https://bit.ly/2Ngopj1. Adaptado)

No contexto norte-americano, a notícia refere-se particularmente

(A) aos dissidentes de grupos radicais islâmicos que buscam proteção em território americano.

(B) à onda de violência causada por atiradores intercambistas nas escolas da Flórida.

(C) às pessoas que caminham desde países da América Central até a fronteira norte-americana.

(D) às vítimas da recessão que escasseou empregos e financiamentos de moradias populares, gerando nova bolha imobiliária.

(E) à crise imigratória da Líbia, cujos refugiados têm, por intermédio da ONU, solicitado asilo nos EUA.

COMENTÁRIOS:

Nos meses finais de 2018, caravanas de migrantes, provenientes de países pobres da América Central, principalmente de El Salvador, Honduras e Guatemala, deslocaram-se até a fronteira dos Estados Unidos para pedir asilo no país. Entretanto, devido às duras políticas anti-imigratórias de Donald Trump, grande parte dos migrantes não conseguiu refúgio no país. A manchete da notícia "Fugir das gangues já não é suficiente para obter asilo" faz referência a uma das causas pelas quais os migrantes buscavam refúgio no país.

Assim, nossa alternativa é a letra "C". No contexto norte-americano, a notícia refere-se particularmente às pessoas que caminham desde países da América Central até a fronteira norte-americana.

Se você não estava por dentro da situação retratada pelo enunciado, poderia resolver a questão por eliminação de alternativas. Vamos analisar o erro de cada uma das demais alternativas:

a) **Incorreta**. Dissidentes de grupos radicais islâmicos não têm buscado proteção em território americano. Desde o atentado de 7 de setembro, os Estados Unidos são extremamente hostis com grupos radicais islâmicos. Além disso, Donald Trump suspendeu a entrada de migrantes de alguns países de maioria islâmica: da Síria, Líbia, Iêmen, Irã e Somália.

b) **Incorreta**. Se houvesse uma onda de violência causada por atiradores intercambistas nos EUA, nós saberíamos, pois certamente seria um dos fatos mais noticiados pelas mídias do mundo inteiro. Em fevereiro de 2018, um atirador matou 17 pessoas em uma escola da Flórida, mas não há uma onda de violência causada por atiradores intercambistas nas escolas da Flórida, e o atirador desse massacre em questão era norte-americano.

d) **Incorreta**. Não houve recessão nos EUA. A economia do país está estável e a taxa de desempregos chegou a atingir seu menor índice em abril de 2019, ficando em 3,6%

e) **Incorreta**. Como mencionado anteriormente, Donald Trump suspendeu a entrada de migrantes da Líbia nos Estados Unidos. Quem chega da Líbia aos EUA só pode permanecer se comprovar alguma “relação autêntica” com uma pessoa ou entidade no país – ter um familiar ou ser contratado por uma empresa norte-americana, por exemplo.

Gabarito: C

---

34. (VUNESP/TRANSERP/2019 - AGENTE ADMINISTRATIVO) Venezuela mantém surto da doença, reforçando alerta de risco ao Brasil. O país vizinho registrou 1559 casos e 270 mortes de 2016 até o momento; há chance de reintrodução da doença no país, com baixa cobertura vacinal.

“A doença está praticamente controlada no Brasil. O grande problema é a grande circulação do vírus em um país vizinho. O Brasil apresenta baixa cobertura vacinal, em torno de 80%, abaixo da meta de 95%”, afirma.”

(r7. 23.01.2019. Acessível em https://bit.ly/2FY6Gfw. Adaptado)

A notícia alerta para o risco de que, neste momento, assim como ocorreu com o sarampo, ocorra a reintrodução

(A) da tuberculose.

(B) da febre amarela.

(C) da meningite.

(D) do escorbuto.

(E) da difteria.

COMENTÁRIOS:

A doença que a questão se refere é a difteria. A difteria é uma doença causada por uma bactéria que se instala nas amídalas, faringe, laringe e nariz, provocando dificuldade de respirar. Ela é transmitida pelo contato direto, por meio de gotículas eliminadas pela tosse, espirro e ao falar.

A Venezuela passa por um surto de difteria, que teve início em 2016. Foram registrados 1.559 casos de 2016 até janeiro de 2019, sendo que 270 resultaram em morte. Devido à situação socioeconômica da Venezuela, a cobertura vacinal do país está muito baixa e várias doenças estão ressurgindo. A forma mais eficaz de prevenção da difteria é a vacina.

Gabarito: E

---

35. (VUNESP/TRANSERP/2019 - CONTADOR) Diante de uma manifestação gigantesca, que superou amplamente as expectativas da oposição, o presidente da Assembleia Nacional (AN), Juan Guaidó, declarou assumir “formalmente as competências do Executivo Nacional como presidente encarregado” do país. O jovem líder opositor, de apenas 35 anos, vinha sendo pressionado para tomar esta decisão, mas claramente esperou a reação popular desta quarta-feira para dar o passo que a maioria da oposição esperava.

(O Globo. 23.01.2019. Acessível em https://glo.bo/2Eeo5OZ. Adaptado)

A situação inédita no país coloca mais apreensão ao mundo em relação ao futuro da

(A) Costa Rica.

(B) Nicarágua.

(C) Argentina.

(D) Venezuela.

(E) Colômbia.

COMENTÁRIOS:

Quem é o tal de Juan Guaidó, pessoal? Ele é o líder da oposição na Venezuela, que se autoproclamou como presidente interino e que busca tirar Nicolás Maduro do poder por considerá-lo um governante ilegítimo. Facílima essa questão.

Gabarito: D

---

36. (CEBRASPE/PGE-PE/2019 – ANALISTA JUDICIÁRIO) O Oriente Médio é a região de confluência de três continentes (Europa, Ásia e África), berço das primeiras civilizações (egípcia, suméria e babilônica) e das religiões monoteístas (cristianismo, judaísmo e islamismo). Além de rivalidades interimperialistas no passado, com tentativas tardias de renascimento e modernização, a região foi alvo de rivalidades também das megacorporações petrolíferas. Além disso, em pequenos Estados fracos — de fácil controle —, essa região foi afetada pela fragmentação promovida pelos ingleses e, em menor escala, pelos franceses. No século XXI, voltou a ser palco de disputas entre potências industrializadas do Atlântico Norte e em acelerada industrialização da Ásia Oriental e Meridional. Esse conjunto de países abrange o essencial do mundo árabe e muçulmano, interagindo em um único cenário histórico e geopolítico.

Paulo Fagundes Visentini. O grande Oriente Médio. Campus, 2014, p. 4-5 (com adaptações).

Tendo como referência o assunto abordado no texto, julgue o item a seguir, dentro de um contexto geopolítico contemporâneo.

A estabilidade da governabilidade venezuelana tem como resultado a legitimidade do poder social de oposição.

COMENTÁRIOS:

A situação política na Venezuela é de instabilidade, com fortes divergências entre o governo de Nicolás Maduro e a oposição. Em janeiro de 2019, Juan Guaidó, líder oposicionista, autoproclamou-se presidente interino do país, tendo o reconhecimento internacional de mais de cinquenta países, entre eles o Brasil e os Estados Unidos.

A oposição possui um grande apoio social, mas quem tem o controle da estrutura administrativa é o governo de Nicolás Maduro. Politicamente, o país está cindido e fraturado.

Gabarito: Errado

---

37. (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ/2019 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO) O presidente afirmou nesta quarta-feira (23 de janeiro) que não deixará a presidência, culpou os EUA por "mais uma tentativa de golpe" e anunciou o rompimento das relações com os EUA. As declarações, feitas durante discurso de 58 minutos, ocorreram momentos depois que o líder opositor e presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, se autodeclarou presidente interino.

(UOL, 23 jan.19. Adaptado)

A notícia aborda a crise política

(A) no Paraguai.

(B) na Nicarágua.

(C) na Guatemala.

(D) na Colômbia.

(E) na Venezuela.

COMENTÁRIOS:

A notícia aborda a crise política na Venezuela, um assunto que tem despencado nas provas de atualidades nos últimos anos. Creio que ninguém errou essa questão, que ainda trouxe como dica o nome de Juan Guaidó, líder da oposição ao governo de Nicolás Maduro. Juan Guaidó se autodeclarou presidente interino da Venezuela e conta com apoio dos Estados Unidos. Maduro acusa os EUA de uma tentativa de golpe para derrubar o seu governo.

Gabarito: E

---

38. (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ/2019 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO) A Justiça da Argentina confirmou nesta quinta-feira (20 de dezembro) o processo com prisão preventiva à ex-presidente e atual senadora Cristina Kirchner. Kirchner, no entanto, não foi presa porque tem foro parlamentar como senadora. Até agora, o Senado não discutiu o pedido do juiz Claudio Bonadio para retirar a imunidade da ex-presidente.

(G1, 20 dez.18. Adaptado)

Cristina Kirchner está sendo acusada de

(A) comandar uma rede de suborno que envolvia empresários e ex-funcionários do governo.

(B) repassar ilegalmente recursos públicos para financiar a campanha de membros do seu partido.

(C) conceder isenções fiscais a empresas em troca de vantagens para membros de sua família.

(D) lotear cargos nas empresas estatais como garantia de votos favoráveis ao governo no Congresso.

(E) se utilizar de suas prerrogativas de ex-chefe de governo para conseguir imunidade diplomática.

COMENTÁRIOS:

Cristina Kirchner, ex-presidente que governou a Argentina entre 2007 e 2015, é acusada de ter liderado uma rede de corrupção com a qual recebia pagamentos em dólares por parte de empresários que desejavam obter licitações de construção de obra pública. A acusação estimou em pelo menos 160 milhões de dólares o montante dos subornos que também teriam sido pagos entre 2003 e 2007, durante o governo de seu marido, o já falecido Néstor Kirchner.

O caso ficou conhecido como "os cadernos das propinas", devido a uma série de anotações feitas em cadernos por anos por um motorista do Ministério de Planejamento que transportava as propinas. Nas páginas, ele anotava onde buscava a propina, de quem, a quantia, para quem e onde era entregue.

À medida que o caso avançou, vários acusados se declararam arrependidos e começaram a colaborar com a justiça em troca de liberdade ou redução de pena.

Gabarito: A

(QUADRIX/CONRERP-SP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Em janeiro último, a Venezuela, que possui uma das maiores reservas de petróleo do mundo e vive uma crise econômica, política e social, passou a ter dois líderes, que afirmavam possuir o poder político ao mesmo tempo.

A respeito do país mencionado no texto acima e de seus aspectos políticos e econômicos, julgue os itens a seguir.

39. Um momento de crucial importância para a crise atual foi a vitória de Nicolás Maduro nas eleições de 2018, em um processo que foi boicotado por boa parte da oposição.

COMENTÁRIOS:

Nicolas Maduro assumiu pela primeira vez como presidente da Venezuela, em 2013, sucedendo Hugo Chávez. Em maio de 2018, foi reeleito presidente, em eleições antecipadas, consideradas ilegítimas por segmentos da oposição e não reconhecidas pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e diversos países no mundo, inclusive o Brasil.

Grande parte da oposição boicotou a eleição por considerar o processo eleitoral ilegítimo e por ter sofrido restrições a sua livre participação por parte de instituições oficiais da Venezuela, alinhadas com o regime de Nicolás Maduro.

A abstenção foi recorde: cerca de 54% dos eleitores venezuelanos não foram votar.

Gabarito: Certo

---

40. Após o anúncio da reeleição de Maduro, os Estados Unidos anunciaram sanções contra importantes membros do governo e contra empresas venezuelanas.

COMENTÁRIOS:

Logo após o anúncio da reeleição de Maduro, em maio de 2018, os Estados Unidos anunciaram mais sanções à Venezuela. O presidente Donald Trump assinou uma ordem executiva proibindo cidadãos norte-americanos de participarem de negociações de títulos da dívida pública venezuelana e de outros ativos.

Gabarito: Certo

---

41. Juan Guaidó, até então presidente da Assembleia Nacional, se autoproclamou presidente em 23 de janeiro último, assumindo o compromisso de convocar novas eleições.

COMENTÁRIOS:

Em 23 de janeiro de 2019, o presidente da Assembleia Nacional, único poder que não é controlado pelo chavismo, Juan Guaidó se declarou presidente interino do país e assumiu os compromissos de estabelecer um governo de transição e de organizar eleições livres.

O país conta atualmente com dois presidentes (Maduro e Guaidó), dois parlamentos (Assembleia Nacional e Assembleia Constituinte) e duas supremas cortes (uma em Caracas e outra no exílio).

Gabarito: Certo

---

42. Maurício Macri, Iván Duque e Miguel Díaz-Canel, presidentes, respectivamente, da Argentina, da Colômbia e de Cuba, reconheceram imediatamente o novo governo venezuelano.

COMENTÁRIOS:

A Argentina e a Colômbia, membros do Grupo de Lima, não reconhecem o novo governo de Nicolás Maduro, reconhecem o autoproclamado Juan Guaidó como presidente. Cuba, presidida por Miguel Díaz-Canel, aliada de primeira hora do chavismo, reconhece o segundo governo de Nicolás Maduro.

Gabarito: Errado

---

43. O dia 23 de fevereiro último, que ficou conhecido como o "Dia D" da chegada da ajuda humanitária à Venezuela, foi marcado por confrontos e mortes, inclusive em áreas próximas à fronteira com o Brasil.

COMENTÁRIOS:

O dia 23 de fevereiro de 2019, que ficou conhecido como o "Dia D" da chegada de ajuda humanitária estrangeira à Venezuela, principalmente dos EUA, foi marcado por confrontos e mortes, inclusive em áreas de fronteira com o Brasil.

A operação foi articulada pelo líder da oposição e autodeclarado presidente interino da Venezuela, Juan Guaidó, em coordenação com a Colômbia, Estados Unidos e Brasil. A ajuda humanitária era para ter ingressado no país pelas cidades de Cúcuta, na Colômbia, e por Pacaraima, em Roraima, no Brasil.

No entanto, Nicolás Maduro ordenou o fechamento das fronteiras com o Brasil e com a Colômbia. O presidente chavista considerou a ajuda humanitária como sendo uma forma de preparar uma intervenção estrangeira no país.

Como resposta, os manifestantes lançaram coquetéis molotov contra base do Exército da Venezuela na fronteira com o Brasil. Na fronteira com a Colômbia, 2 caminhões com ajuda humanitária foram incendiados. Os caminhões não conseguiram atravessar a fronteira e tiveram que voltar. Três pessoas morreram e ao menos 15 ficaram feridas em Santa Elena de Uairén, cidade venezuelana a 15 km da fronteira com o Brasil

Gabarito: Certo

---

44. (FCC/AFAP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Em junho de 2018, foram divulgadas notícias como esta: A política de 'tolerância zero' implementada pelo governo de Donald Trump vem sendo alvo de inúmeras críticas. Até mesmo membros do Partido Republicano têm se manifestado contra a medida.

A política de tolerância zero

a) dificultou a entrada de imigrantes africanos sob o pretexto de reduzir o descontentamento dos grupos que defendem a supremacia branca.

b) revogou milhares de certidões de cidadania obtidos por imigrantes durante o período de governo do presidente Barack Obama.

c) proibiu a prática de abortos entre mulheres adolescentes, mesmo em estados onde as leis já garantiam esse procedimento.

d) tornou ilegal a presença dos imigrantes que vivessem nos Estados Unidos há menos de 3 anos, mesmo aqueles que trabalhassem.

e) foi implementada na fronteira dos EUA com o México e uma de suas características era o fato de separar filhos de imigrantes ilegais de seus pais.

COMENTÁRIOS:

A política de tolerância zero foi implementada na fronteira dos Estados Unidos com o México e uma de suas características era o fato de separar filhos menores de 18 anos de imigrantes ilegais de seus pais.

A política de tolerância zero de Donald Trump foi posta em prática em abril de 2018. Por meio dessa política, se um adulto fosse pego atravessando a fronteira sem um visto, ele era levado a um centro federal de detenção de imigrantes até que fosse apresentado a um juiz e seu caso avaliado.

Como as crianças não podiam ser mantidas nessas instalações junto aos adultos, elas foram separadas dos pais e levadas a abrigos, enquanto se aguardava a apresentação ao juiz do caso.

A política de tolerância zero causou caos nas cortes federais americanas e lotou os centros de detenção de imigrantes, além do fato de separar filhos de imigrantes ilegais de seus pais. Com isso, poucas semanas após a sua implementação, o governo desistiu de dar continuidade a ela.

Gabarito: E

LISTA DE QUESTÕES

1. (VUNESP/PREFEITURA DE GUARATINGUETA-SP/2019 – ENGENHEIRO CIVIL) O primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, surpreendeu ao solicitar, nesta quarta-feira (28.08), a suspensão do Parlamento britânico para a rainha Elizabeth II.

(Exame, 28.08.2019. Disponível em <https://tinyurl.com/y4wvcouw>. Acesso em: 28.09.2019. Adaptado)

O pedido de Boris Johnson foi uma estratégia para

(A) revogar as leis favoráveis aos imigrantes estabelecidos no país.

(B) limitar as discussões sobre o acordo de transição para o Brexit.

(C) acatar as determinações do Parlamento europeu sobre os refugiados.

(D) cercear as críticas à reforma trabalhista proposta pelo gabinete.

(E) realizar um novo referendo para manter o país na União Europeia.

2. (VUNESP/PREFEITURA DE GUARATINGUETA-SP/2019 – ENGENHEIRO CIVIL) Atendendo a uma demanda dos manifestantes que ocupam as ruas de Hong Kong desde junho, a chefe do Executivo local, Carrie Lam, anunciou, nesta quarta-feira (04.09), o cancelamento do projeto de lei que deu origem aos protestos na região administrativa especial chinesa. O aceno de Lam, entretanto, não deverá ser suficiente para satisfazer os opositores, que mantêm outras quatro reivindicações.

(O Globo, 04.09.2019. Disponível em <https://tinyurl.com/y52tsle2>. Acesso em: 28.09.2019. Adaptado)

O tema do projeto de lei cancelado e uma nova reivindicação dos manifestantes são, correta e respectivamente,

(A) o controle do Banco de Pequim sobre a região e a adoção de uma moeda diferente do yuan chinês.

(B) a adoção de tarifas protecionistas pela China e um acordo com os EUA para encerrar a guerra comercial.

(C) a extradição para a China continental e a democratização por meio de eleições diretas na região.

(D) a limitação do acesso à internet e uma política de estímulo ao ingresso dos jovens no mercado de trabalho.

(E) a representatividade no Partido Comunista e a plena autonomia da região frente à China continental.

3. (FUNDATEC/PREFEITURA DE SÃO BORJA-RS/2019 – CIRURGIÃO DENTISTA) Entre os países citados abaixo, qual NÃO faz parte da União Europeia?

A) Bélgica.

B) Finlândia.

C) Rússia.

D) Lituânia.

E) Suécia.

4. (FUNDATEC/PREFEITURA DE SÃO BORJA-RS/2019 – CIRURGIÃO DENTISTA) No Mercosul, além dos países membros e dos países associados, dois países possuem o status de "observadores", são eles:

A) Estados Unidos e Canadá.

B) Nova Zelândia e México.

C) Panamá e Suriname.

D) Equador e Honduras.

E) Coreia do Sul e Japão.

5. (VUNESP/PREFEITURA DE GUARATINGUETÁ-SP/2019 – ESCRITURÁRIO) O MERCOSUL e a Associação Europeia de Livre-Comércio (EFTA, na sigla em inglês) fecharam ontem (23.08.2019), em Buenos Aires, um acordo de livre-comércio. Integrantes da equipe econômica consideraram esse acordo mais abrangente e ambicioso do que o firmado com a União Europeia no fim de junho.

(IstoÉ. Disponível e https://bit.ly/2kzSCQ9. Acesso em 07.09.2019. Adaptado)

Sobre esse acordo, é correto afirmar:

(A) pelo MERCOSUL, assinaram o acordo o Brasil, a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela.

(B) atualmente, a EFTA é formada pela Suécia, Noruega, Islândia e Áustria.

(C) os países da EFTA também fazem parte da União Europeia.

(D) o montante de negócios do MERCOSUL com a EFTA superará os valores dos negócios com a União Europeia.

(E) pela EFTA, assinaram o acordo a Suíça, a Noruega, a Islândia e Liechtenstein.

(QUADRIX/CRF-ES/2019 – FARMACÊUTICO) Nordeste vira palco de guerra fria tecnológica entre Estados Unidos e China. Com o Brasil sob pressão para barrar investimentos chineses, país oriental estreita laços com a região.

Internet: <www1.folha.uol.com.br.>

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens a seguir.

6. A pressão a que o texto faz referência tem o intuito de barrar investimentos de empresas militares chinesas no Brasil, daí o uso da expressão "guerra fria".

7. Empresas chinesas de tecnologia, como a Huawei, têm se tornado grandes fornecedoras de serviços e equipamentos para órgãos de segurança do governo norte-americano, sem sanções.

8. O Consórcio Nordeste, formado pelos governos estaduais daquela região brasileira, vem ampliando seus contatos com empresas chinesas para implementação de projetos de fibra óptica em diversos estados.

(LEANDRO SIGNORI/PC DF – SIMULADO/2019) A proposta de todos os países do Mercosul compartilharem a mesma moeda existe desde a fundação do bloco, em 1991. Nunca, porém, houve um plano concreto que desse andamento de fato a essa ideia.

Desde que o Mercosul foi criado, o Brasil e especialmente a Argentina, as duas maiores economias da região, passaram por grandes crises econômicas, incluindo desvalorização da moeda.

"Experiências de unificação monetária que existiram no mundo foram consequência de projetos políticos mais ambiciosos, processos muito mais amplos em que os países precisaram, em determinado momento, aproximar os pilares econômicos para aprofundar essa aproximação. Esse não é o caso entre Brasil, Argentina e Mercosul hoje", disse Rafael Cortez.

Para concretizar uma ideia de moeda única, seriam necessários anos de trabalho conjunto e próximo entre as equipes econômicas do Brasil e da Argentina. Os dois países, que estão passando por dificuldades distintas para retomar o crescimento econômico, teriam que implementar juntos políticas fiscais, de emprego e de preços e macroeconômica.

Qual a chance de uma moeda única entre Brasil e Argentina. Disponível em: https://bit.ly/2XDvC1c. (adaptado) Acesso em 12/06/2019.

Considerando que o texto acima tem caráter motivador, julgue os itens a seguir a respeito da economia internacional e dos múltiplos aspectos a ela relacionados.

9. O Euro, moeda única da União Europeia, não é adotado por todos os países do bloco europeu, inclusive o Reino Unido e a Itália.

10. Outras moedas únicas formalizadas são o franco CFA, em países da África, e o dólar do Caribe Oriental, compartilhado entre países do mar do Caribe.

11. Paraguai e Venezuela foram suspensos do MERCOSUL com base no Protocolo de Ushuaia, conhecido como a cláusula democrática do bloco regional.

12. (FCC/SABESP/2019) O Google, cujo sistema operacional Android está instalado na grande maioria dos smartphones do mundo, anunciou que cortou as relações com a Huawei. A decisão tem graves consequências para a empresa, que não poderá oferecer mais o Gmail ou Google Maps em novos aparelhos.

(Disponível em: https://g1.globo.com. Adaptado)

Um dos motivos para o corte no relacionamento entre o Google e a Huawei é

(A) a proibição de negócios entre empresas dos Estados Unidos e a empresa chinesa, sob alegação de riscos para a segurança nacional.

(B) a permissão para que outros sistemas operacionais funcionem em smartphones da Huawei, incentivando, com isso, o livre mercado.

(C) a legalização de smartphones produzidos por pequenos produtores nos Estados Unidos incentivando, com isso, a indústria nacional.

(D) o protecionismo nacional incentivado por Donald Trump, que pretende frear a expansão de empresas europeias nos Estados Unidos.

(E) a desativação do sistema Android, que gradativamente será substituído por um sistema operacional criado pelo governo de Donald Trump.

13. (FCC/SABESP/2019) A recente eleição para o Parlamento Europeu criou novos fatos, dentre os quais citam-se:

(A) a diminuição de verdes e liberais e o aumento de nacionalistas contrários à União Europeia.

(B) o crescimento de nacionalistas e verdes e o aumento da fragmentação partidária.

(C) o fortalecimento de partidos favoráveis à União Europeia e a redução dos liberais.

(D) o aumento da participação dos sociais-democratas e a diminuição dos verdes.

(E) a redução da fragmentação partidária e o fortalecimento dos partidos tradicionais.

14. (VUNESP/CÂMARA DE PIRACICABA/2019) Meng Wanzhou, chefe de operações financeiras da Huawei, gigante chinesa de telecomunicações, foi presa em Vancouver, no Canadá, e deve ser extraditada para os Estados Unidos. Os detalhes da prisão, efetuada em 1° de dezembro de 2018, não foram divulgados, mas a empresa chinesa virou alvo de desconfiança em vários países do mundo.

(BBC – https://bbc.in/2RF5KyG – Acesso em 29.04.19. Adaptado)

Com relação à gigante chinesa Hauwei, foram levantadas suspeitas de que

(A) a empresa seria a grande fornecedora de equipamentos utilizados pela Coreia do Norte para produzir mísseis de médio alcance.

(B) os acordos comerciais e financeiros que ela desenvolve com ditaduras africanas a tornariam hostil às nações democráticas.

(C) a tecnologia utilizada na produção dos equipamentos 5G é resultado de espionagem industrial contra o Reino Unido.

(D) seus equipamentos seriam usados pelo governo da China para espionar as pessoas e instituições ao redor do mundo.

(E) a empresa teria fraudado os estudos que mostram que a matéria-prima utilizada na produção de seus equipamentos é cancerígena.

15. (VUNESP/CÂMARA DE PIRACICABA/2019) Em 10 de abril de 2019, a primeira-ministra britânica, Theresa May, recebeu resposta positiva dos líderes da União Europeia a seu pedido de nova extensão do prazo de aprovação de um plano de saída do Reino Unido pelo Parlamento do país. May havia solicitado adiamento até o final do ano. Conseguiu 31 de outubro como novo limite.

(Veja – https://bit.ly/2Y1foyC – Acesso em 29.04.19. Adaptado)

Entre as medidas que devem ser avaliadas e propostas por May para o Brexit, cita-se

(A) o valor de indenização, estimado em 39 bilhões de libras esterlinas, que a União Europeia deverá pagar ao Reino Unido por dificultar a quebra do contrato de parceria.

(B) o retorno da fronteira rígida entre a Irlanda do Norte (parte do Reino Unido) e a República da Irlanda (país independente e integrante da União Europeia).

(C) a manutenção das políticas de acolhimento de imigrantes e refugiados que deverá continuar em sintonia com as decisões tomadas pelo bloco.

(D) a reorganização dos acordos entre o Reino Unido e a OMC (Organização Mundial do Comércio) após a retirada dos britânicos do livre comércio europeu.

(E) a decisão sobre como será a situação de cidadãos europeus que residam no Reino Unido e vice-versa após o final do período de transição.

16. (VUNESP/PREFEITURA DE ITAPEVI/2019 – DIVERSOS CARGOS) “Este é o melhor acordo possível.” A premiê britânica, Theresa May, tem repetido há semanas essa frase na tentativa de convencer o Parlamento de seu país a aprovar o acordo que ela negociou com a União Europeia, estabelecendo os termos do Brexit - o processo de saída do Reino Unido do bloco. Mas, na segunda-feira [17.dez], a premiê adiou indefinidamente a votação do acordo no Parlamento, reconhecendo que ele seria rejeitado pela maioria dos parlamentares britânicos

(G1. https://glo.bo/2FTOmUF. Acesso em 24.jan.2019. Adaptado)

Tem sido considerado como o ponto mais delicado do acordo para viabilizar o Brexit

(A) o retorno imediato dos cidadãos europeus que vivem no Reino Unido para os seus países de origem, fato que provocaria forte déficit de mão de obra no Reino Unido.

(B) a rápida desvalorização da libra nos mercados europeu e mundial, fato que provocaria forte abalo econômico-financeiro para todo o Reino Unido.

(C) o fechamento da fronteira entre a Irlanda do Norte (parte do Reino Unido) e a Irlanda, fato que retomaria antigas tensões entre norte-irlandeses e irlandeses.

(D) a perda do prestígio político do Reino Unido frente à Europa, o que inviabilizaria a permanência do país na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

(E) a obrigação do governo britânico em continuar recebendo grupos de refugiados do Oriente Médio e África mesmo após a saída do bloco econômico europeu.

17. (CEBRASPE/PGE PE/2019 – ASSISTENTE DE PROCURADORIA) Uma questão preocupante para o governo britânico com relação à concretização do Brexit é a fronteira entre Irlanda do Norte e a República da Irlanda.

18. (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ/2019 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO) A primeira-ministra do Reino Unido, Theresa May, enfrentará nesta quarta-feira (12 de dezembro) um voto de desconfiança de seus próprios correligionários do Partido Conservador, em nova reviravolta da barroca trama política que mobiliza o país. A imprensa local notícia que ao menos 48 parlamentares da legenda submeteram a um comitê partidário cartas nas quais questionam a liderança de May.

(Folha de S.Paulo, 12 dez.18. Adaptado)

O impasse entre a primeira-ministra e os membros de seu próprio partido teve como pano de fundo

(A) a crise econômica que vive o Reino Unido e o consequente aumento do desemprego.

(B) a possível abertura do país aos imigrantes em geral e, em especial, aos refugiados sírios.

(C) o veto imposto pela chefe de governo ao Orçamento pouco enxuto proposto pelo Parlamento.

(D) a defesa que a líder conservadora fez de pautas historicamente associadas aos trabalhistas.

(E) a dificuldade do Reino Unido em negociar e aprovar a sua saída da União Europeia.

19. (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ/2019 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO) Os departamentos de trânsito dos estados e do Distrito Federal (DF) terão até o dia 30 de junho de 2019 para implantar o novo modelo de placas. O adiamento do prazo foi publicado pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran) no

Diário Oficial da União da última sexta-feira (28 de dezembro). No início de dezembro, o conselho havia alterado as datas de implantação e determinado que alguns estados teriam até hoje (31 de dezembro) para implantar o novo sistema de placas.

(R7, 31 dez.18. Adaptado)

O novo modelo de placas atende a um padrão adotado entre os países

(A) ibero-americanos.

(B) da América Latina.

(C) da OEA.

(D) do Mercosul.

(E) da Unasul.

(QUADRIX/CREF-SE/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) O G20 reconheceu, no dia 1.º de dezembro de 2018, que a Organização Mundial de Comércio (OMC) não consegue cumprir com seus objetivos atualmente e, por isso, defendeu, na declaração final aprovada na cúpula realizada desde ontem, em Buenos Aires, na Argentina, uma reforma para revitalizar o comércio mundial.

Internet: <https://noticias.uol.com.br> (com adaptações).

Tendo a reunião do G20, mencionada no texto acima, apenas como referência inicial, julgue o item.

20. Não obstante a divergência ideológica entre Donald Trump e o regime chinês, as relações comerciais entre os dois países vivem momento excepcional, sem quaisquer restrições ao livre comércio.

21. (FCC/AFAP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) O processo complicado chamado de Brexit teve início em junho de 2016, cujos desdobramentos continuaram em 2017 e 2018, prossegue em 2019 com muitas polêmicas entre as partes atingidas. Sobre o Brexit é correto afirmar que

a) em um referendo, mais da metade dos britânicos decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia; após a decisão tiveram início as difíceis negociações para a saída do bloco, antevendo-se problemas políticos e econômicos para ambos os lados.

b) o movimento de saída do Reino Unido da União Europeia está relacionado ao fato de o país ter sido impedido de utilizar o euro como moeda oficial; a negativa tem sido apontada como fator dificultador para ampliar as exportações britânicas.

c) a saída do Reino Unido da União Europeia tem sido apontada como o estopim para a continuidade do bloco econômico, pois vários países, como a Alemanha e a França, têm referendos programados para decidir o caminho a seguir no próximo ano.

d) a recente decisão de sair do bloco econômico provocou muitos conflitos internos no Reino Unido, abalando, inclusive, a liderança da Família Real, que teve grande participação quando da entrada do Reino Unido na União Europeia.

e) o principal motivo da saída do Reino Unido do bloco econômico europeu está relacionado à forte pressão dos britânicos no sentido de barrar a chegada de imigrantes africanos e asiáticos, considerados pouco preparados para o mercado de trabalho britânico.

22. (VUNESP/PREFEITURA DE GUARATINGUETA-SP/2019 – ENGENHEIRO CIVIL) No último dia 28.08, a Argentina pediu reescalonamento de prazo de sua dívida de 56 bilhões com o Fundo Monetário Internacional. O empréstimo não será pago no prazo estabelecido, previsto para começar em 2021.

(Estadão, 30.08.2019. Disponível em <https://tinyurl.com/yxqcc838>. Acesso em: 28.09.2019. Adaptado)

De acordo com analistas, um dos efeitos dessa decisão da Argentina para nossa economia pode ser

(A) a diminuição das exportações brasileiras.

(B) a estabilidade do câmbio no Brasil.

(C) o aumento da taxa Selic pelo Banco Central.

(D) a queda da nota de crédito do Brasil.

(E) a elevação do superávit comercial no Mercosul.

23. (VUNESP/ESEF-SP/2019 – ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO) O governo do Equador anunciou, no domingo (13.10.2019) à noite, o fim de uma violenta crise de quase duas semanas, graças a um acordo com lideranças indígenas. Depois de mais de quatro horas de negociação, com a mediação da ONU e da Igreja Católica, as duas partes assumiram um compromisso que atende a exigência do movimento indígena.

(IstoÉ. Disponível em https://bit.ly/2ORxYb9. Acesso em 16.10.2019. Adaptado)

Os indígenas revoltaram-se porque

(A) o Presidente Lenín Moreno mudou a capital de Quito para Guaiaquil.

(B) Rafael Correa, ex-presidente do Equador, teve os seus direitos políticos cassados.

(C) o Presidente Lenín Moreno assinou acordo comercial com a Venezuela de Nicolás Maduro.

(D) um decreto presidencial liberou o preço do diesel e da gasolina, provocando alta de mais de 100%.

(E) foi imposto um toque de recolher para impedir que o povo se manifestasse quanto à legitimidade do governo.

24. (VUNESP/ESEF-SP/2019 – ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO) A Catalunha, nesta segunda-feira (14.10.2019), foi agitada por uma série de protestos, com o epicentro em Barcelona. A ação foi convocada pela plataforma Tsunami Democrático, que distribuiu cartões de embarque falsos causando bloqueio no El Prat, o principal aeroporto da cidade. Também houve prejuízo para a circulação de trens e metrô.

(El Pais/Bras. Disponível em https://bit.ly/32r70ew. Acesso em 15.10.2019. Adaptado)

Os protestos ocorreram

(A) porque o Parlamento espanhol aprovou leis que foram consideradas fascistas pelo Comitê de Defesa da República Catalã.

(B) em defesa do resultado do plebiscito que aprovou a independência catalã do restante da Espanha.

(C) porque os Mossos (polícia catalã) atacaram os manifestantes que defendiam a independência da Catalunha.

(D) contra a intervenção governamental nas universidades catalãs que fizeram movimento pela independência.

(E) contra a decisão do Tribunal Supremo da Espanha que impôs penas de prisão a líderes separatistas.

25. (VUNESP/ESEF-SP/2019 – ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO) Em março deste ano (2019), o presidente Donald Trump disse em entrevista coletiva que apoiava a adesão do Brasil ao grupo de 36 membros da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), conhecido como "o clube dos países ricos", um apoio que foi reiterado em maio. Em julho, o secretário de Comércio dos EUA, Wilbur Ross, reiterou o apoio de Washington ao Brasil durante uma visita a São Paulo.

(O Globo. Disponível em https://glo.bo/2pVjAnF. Acesso em 14.10.2019, Adaptado)

Entretanto, no dia 10 de outubro, o secretário de Estado americano, Mike Pompeo declarou apoio às candidaturas

(A) da Colômbia e da Croácia.

(B) do Chile e da África do Sul.

(C) do Peru e da Bulgária.

(D) da Argentina e da Romênia.

(E) do Uruguai e da Eslovênia.

26. (FUNDATEC/PREFEITURA DE SÃO BORJA-RS/2019 – CIRURGIÃO DENTISTA) O _____ anunciou um acordo para acabar com sua pior crise em décadas (...). A capital do país foi cenário de protestos

violentos, que devem acabar após o anúncio de um compromisso, no domingo à noite, entre o governo do presidente Lenín Moreno e o movimento indígena, que liderou as manifestações. A negociação entre as partes contou com a mediação da ONU e da Igreja Católica. Os arredores da residência presidencial, que está desocupada desde a semana passada, quando Moreno transferiu a sede do governo para Guayaquil em consequência das manifestações, foram transformadas em campos de batalha. A destruição também atingiu as imediações da Assembleia Nacional."

(https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/14/10/2019).

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna da reportagem acima.

A) Equador

B) Peru

C) Paraguai

D) Chile

E) Suriname

27. (VUNESP/CÂMARA DE PIRACICABA/2019) O Grupo de Lima decidiu, nesta sexta (03.05.19), convidar Cuba e o Grupo de Contato Internacional (GCI) para participar de maneira conjunta de uma solução para a crise política na Venezuela. A decisão ocorreu após uma reunião de emergência do bloco na sede do Ministério de Relações Exteriores do Peru.

(Folha de S.Paulo – https://bit.ly/2V1PicT – Acesso em 04.05.19. Adaptado)

O Grupo de Lima

(A) recebe apoio de Trump e reúne todos os países americanos que defendem a saída de Maduro via apoio das Forças Armadas venezuelanas.

(B) tem sido um foro no qual apareceram sugestões ou articulações na esfera militar para o retorno da democracia na Venezuela.

(C) tem seguido a tendência de buscar saídas que passem por ajuda humanitária e sanções econômicas à Venezuela.

(D) sustenta o grupo liderado por Juan Guaidó e defende a tomada de poder pela força, com a dissolução da Assembleia Constituinte pró-Maduro.

(E) conta com o apoio da Rússia e da Turquia, países que, até o final de 2018, eram aliados incondicionais de Maduro.

28. (VUNESP/PM SP/2019 – SOLDADO) "Deixei claro [para Mike Pompeo, Secretário de Estado norte-americano] mais uma vez que nos preocupam os eventos recentes e as tensões na região, que não queremos uma escalada militar", disse o ministro de Relações Exteriores alemão após o encontro com o representante americano. Em 14 de maio, os representantes europeus expressaram preocupação sobre uma escalada da tensão entre os dois países e advertiram o secretário de Estado americano sobre o risco de um conflito "por acidente" no Golfo.

(G1-Globo. https://glo.bo/2Vp5fKi. Acesso em 17.06.2019. Adaptado)

A notícia envolve a tensão entre

(A) a Arábia Saudita e o Iraque.

(B) a Colômbia e a Venezuela.

(C) o Estado de Israel e a Palestina.

(D) a Rússia e a Síria.

(E) os Estados Unidos e o Irã.

(QUADRIX/CRO-AM/2019 – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO FISCAL) O presidente Jair Bolsonaro e representantes de outros sete países sul-americanos assinaram, no dia 22 de março último, um documento com proposta para a criação do fórum para o Progresso da América do Sul (Prosul), que visa à construção de relações baseadas no livre comércio.

Internet: <www.poder360.com.br> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens.

29. O Equador se manteve, por anos, alinhado ao bloco de governos de esquerda na América Latina. Com a ascensão de Lenin Moreno, aproximou-se de governantes conservadores, sendo um dos signatários da proposta de criação do Prosul.

30. Por decisão dos integrantes do futuro fórum, a Venezuela não integrará o Prosul, haja vista o governo de Nicolás Maduro ser considerado como ilegítimo pelos mandatários presentes no encontro.

31. Com a abertura do processo de sua criação, o Prosul deverá substituir a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), criada em 2008, quando os governos de esquerda eram maioria na região.

32. Bolívia e Uruguai integram o grupo de países que assinaram a declaração conjunta de criação do Prosul.

33. (VUNESP/TRANSERP/2019 - CONTADOR) ***Fugir das gangues já não é suficiente para obter asilo.*** **Desde junho, a violência doméstica ou de gangues no país de origem do requerente não é mais suficiente como único motivo para superar o filtro que permite pedir proteção nos EUA. O resultado foi uma enorme**

queda na aceitação inicial, o que deverá reduzir ainda mais as concessões de asilo. Em seus 21 meses de presidência, o republicano Donald Trump adotou múltiplas medidas para reduzir a entrada de estrangeiros.

(El País. Publicado em: 26.10.2018. Acessível em: https://bit.ly/2Ngopj1. Adaptado)

No contexto norte-americano, a notícia refere-se particularmente

(A) aos dissidentes de grupos radicais islâmicos que buscam proteção em território americano.

(B) à onda de violência causada por atiradores intercambistas nas escolas da Flórida.

(C) às pessoas que caminham desde países da América Central até a fronteira norte-americana.

(D) às vítimas da recessão que escasseou empregos e financiamentos de moradias populares, gerando nova bolha imobiliária.

(E) à crise imigratória da Líbia, cujos refugiados têm, por intermédio da ONU, solicitado asilo nos EUA.

34. (VUNESP/TRANSERP/2019 - AGENTE ADMINISTRATIVO) Venezuela mantém surto da doença, reforçando alerta de risco ao Brasil. O país vizinho registrou 1559 casos e 270 mortes de 2016 até o momento; há chance de reintrodução da doença no país, com baixa cobertura vacinal.

"A doença está praticamente controlada no Brasil. O grande problema é a grande circulação do vírus em um país vizinho. O Brasil apresenta baixa cobertura vacinal, em torno de 80%, abaixo da meta de 95%", afirma."

(r7. 23.01.2019. Acessível em https://bit.ly/2FY6Gfw. Adaptado)

A notícia alerta para o risco de que, neste momento, assim como ocorreu com o sarampo, ocorra a reintrodução

(A) da tuberculose.

(B) da febre amarela.

(C) da meningite.

(D) do escorbuto.

(E) da difteria.

35. (VUNESP/TRANSERP/2019 - CONTADOR) Diante de uma manifestação gigantesca, que superou amplamente as expectativas da oposição, o presidente da Assembleia Nacional (AN), Juan Guaidó, declarou assumir "formalmente as competências do Executivo Nacional como presidente encarregado" do

país. O jovem líder opositor, de apenas 35 anos, vinha sendo pressionado para tomar esta decisão, mas claramente esperou a reação popular desta quarta-feira para dar o passo que a maioria da oposição esperava.

(O Globo. 23.01.2019. Acessível em https://glo.bo/2Eeo5OZ. Adaptado)

A situação inédita no país coloca mais apreensão ao mundo em relação ao futuro da

(A) Costa Rica.

(B) Nicarágua.

(C) Argentina.

(D) Venezuela.

(E) Colômbia.

36. (CEBRASPE/PGE-PE/2019 – ANALISTA JUDICIÁRIO) O Oriente Médio é a região de confluência de três continentes (Europa, Ásia e África), berço das primeiras civilizações (egípcia, suméria e babilônica) e das religiões monoteístas (cristianismo, judaísmo e islamismo). Além de rivalidades interimperialistas no passado, com tentativas tardias de renascimento e modernização, a região foi alvo de rivalidades também das megacorporações petrolíferas. Além disso, em pequenos Estados fracos — de fácil controle —, essa região foi afetada pela fragmentação promovida pelos ingleses e, em menor escala, pelos franceses. No século XXI, voltou a ser palco de disputas entre potências industrializadas do Atlântico Norte e em acelerada industrialização da Ásia Oriental e Meridional. Esse conjunto de países abrange o essencial do mundo árabe e muçulmano, interagindo em um único cenário histórico e geopolítico.

Paulo Fagundes Visentini. O grande Oriente Médio. Campus, 2014, p. 4-5 (com adaptações).

Tendo como referência o assunto abordado no texto, julgue o item a seguir, dentro de um contexto geopolítico contemporâneo.

A estabilidade da governabilidade venezuelana tem como resultado a legitimidade do poder social de oposição.

37. (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ/2019 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO) O presidente afirmou nesta quarta-feira (23 de janeiro) que não deixará a presidência, culpou os EUA por "mais uma tentativa de golpe" e anunciou o rompimento das relações com os EUA. As declarações, feitas durante discurso de 58 minutos, ocorreram momentos depois que o líder opositor e presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, se autodeclarou presidente interino.

(UOL, 23 jan.19. Adaptado)

A notícia aborda a crise política

(A) no Paraguai.

(B) na Nicarágua.

(C) na Guatemala.

(D) na Colômbia.

(E) na Venezuela.

38. (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ/2019 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO) A Justiça da Argentina confirmou nesta quinta-feira (20 de dezembro) o processo com prisão preventiva à ex-presidente e atual senadora Cristina Kirchner. Kirchner, no entanto, não foi presa porque tem foro parlamentar como senadora. Até agora, o Senado não discutiu o pedido do juiz Claudio Bonadio para retirar a imunidade da ex-presidente.

(G1, 20 dez.18. Adaptado)

Cristina Kirchner está sendo acusada de

(A) comandar uma rede de suborno que envolvia empresários e ex-funcionários do governo.

(B) repassar ilegalmente recursos públicos para financiar a campanha de membros do seu partido.

(C) conceder isenções fiscais a empresas em troca de vantagens para membros de sua família.

(D) lotear cargos nas empresas estatais como garantia de votos favoráveis ao governo no Congresso.

(E) se utilizar de suas prerrogativas de ex-chefe de governo para conseguir imunidade diplomática.

(QUADRIX/CONRERP-SP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Em janeiro último, a Venezuela, que possui uma das maiores reservas de petróleo do mundo e vive uma crise econômica, política e social, passou a ter dois líderes, que afirmavam possuir o poder político ao mesmo tempo.

A respeito do país mencionado no texto acima e de seus aspectos políticos e econômicos, julgue os itens a seguir.

39. Um momento de crucial importância para a crise atual foi a vitória de Nicolás Maduro nas eleições de 2018, em um processo que foi boicotado por boa parte da oposição.

40. Após o anúncio da reeleição de Maduro, os Estados Unidos anunciaram sanções contra importantes membros do governo e contra empresas venezuelanas.

41. Juan Guaidó, até então presidente da Assembleia Nacional, se autoproclamou presidente em 23 de janeiro último, assumindo o compromisso de convocar novas eleições.

42. Maurício Macri, Iván Duque e Miguel Díaz-Canel, presidentes, respectivamente, da Argentina, da Colômbia e de Cuba, reconheceram imediatamente o novo governo venezuelano.

43. O dia 23 de fevereiro último, que ficou conhecido como o "Dia D" da chegada da ajuda humanitária à Venezuela, foi marcado por confrontos e mortes, inclusive em áreas próximas à fronteira com o Brasil.

44. (FCC/AFAP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Em junho de 2018, foram divulgadas notícias como esta: A política de 'tolerância zero' implementada pelo governo de Donald Trump vem sendo alvo de inúmeras críticas. Até mesmo membros do Partido Republicano têm se manifestado contra a medida.

A política de tolerância zero

a) dificultou a entrada de imigrantes africanos sob o pretexto de reduzir o descontentamento dos grupos que defendem a supremacia branca.

b) revogou milhares de certidões de cidadania obtidos por imigrantes durante o período de governo do presidente Barack Obama.

c) proibiu a prática de abortos entre mulheres adolescentes, mesmo em estados onde as leis já garantiam esse procedimento.

d) tornou ilegal a presença dos imigrantes que vivessem nos Estados Unidos há menos de 3 anos, mesmo aqueles que trabalhassem.

e) foi implementada na fronteira dos EUA com o México e uma de suas características era o fato de separar filhos de imigrantes ilegais de seus pais.

GABARITO



1. B
2. C
3. C
4. B
5. E
6. E
7. E
8. C
9. E
10. C
11. C
12. A
13. B
14. D
15. E
16. C
17. C
18. E
19. D
20. E
21. A
22. A
23. D
24. E
25. D
26. A
27. C
28. E
29. C
30. C
31. C
32. E
33. C
34. E
35. D
36. E
37. E
38. A
39. C
40. C
41. C
42. E
43. C
44. E

RESUMO

Blocos Econômicos

A globalização ampliou largamente a formação de blocos econômicos, que são organizações criadas por países para promover a integração econômica; o crescimento econômico e a competitividade internacional dos países-membros.

Existem quatro modelos básicos de bloco econômico:

- Área de livre-comércio – Um grupo de países concorda em eliminar ou reduzir os impostos e taxas de importação, quotas e preferências que recaem sobre a maior parte das (ou todas as) mercadorias importadas e exportadas entre esses países.

- União aduaneira – Além do livre comércio, os países-membros definem regras para o comércio com nações de fora do bloco. Uma **tarifa externa comum** (TEC) é adotada para boa parte – ou a totalidade – das mercadorias provenientes de outros países, ou seja, todos cobram os mesmos impostos de importação de terceiros.

- Mercado comum – Caracteriza-se pela livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores e pela adoção da tarifa externa comum.

- União econômica e monetária – É o estágio final de integração econômica entre países. Além da livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores e a tarifa externa comum, os países-membros adotam uma **moeda comum** e a mesma política de desenvolvimento.

União Europeia

Constitui-se em uma **união econômica e monetária**, com 27 países-membros: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda (Países Baixos), Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, República Checa, Romênia e Suécia.

O Euro, moeda comum, é adotado por 19 dos 27 países membros. Países que não adotam o euro: Bulgária, Croácia, Dinamarca, Hungria, Polônia, República Checa, Romênia e Suécia.

No âmbito da União Europeia vigora a **livre circulação de pessoas.**

Espaço Schengen - zona de livre circulação de pessoas, onde os controles fronteiriços foram eliminados, exceto em circunstâncias excepcionais. Composto por 26 países e conta com 22 dos 27 membros da União Europeia (Bulgária, Romênia, Chipre, Croácia e Irlanda não o integram), aos quais se somam outros quatro não membros (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça).

A crise econômica mundial de 2008 trouxe enormes desafios à integridade do bloco econômico. A Grécia, envolvida em uma grave crise econômica, ameaçou sair da União Europeia. O grande afluxo de migrantes vindo da África e da Ásia, a partir de 2014, em direção à Europa também tenciona as relações internas. Vários países resistem a receber e dar asilo à parcela desses migrantes.

Neste ambiente de crise – econômica e migratória - cresceu o discurso de partidos nacionalistas de extrema-direita eurocéticos, que criticam regulações e decisões tomadas pelo bloco que, para eles,

enfraquece a soberania nacional dos seus países. Alguns partidos de extrema direita defendem a saída de seus países do bloco. Em vários países europeus, o segmento político da extrema direita tem crescido nas eleições parlamentares e presidenciais.

Brexit

Abreviação das palavras “British” (britânico, em inglês) e “exit” (saída). Em plebiscito realizado no Reino Unido, em junho de 2016, **52% dos eleitores votaram por sair da União Europeia**, 48% votaram por permanecer.

Reino Unido é formado por quatro países: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Ingressou na União Europeia em 1973, não é membro fundador. Não aderiu à moeda única.

Reino Unido e União Europeia negociaram um acordo de saída para que ela não ocorresse de forma unilateral. Saída estava programada para ocorrer em 29 de março de 2019, mas isso não ocorreu. Após dois adiamentos, três primeiros-ministros e votações de rejeição de acordos no parlamento, o país **saiu da União Europeia em 31 de janeiro de 2020, com acordo**. É uma **SAÍDA INÉDITA**, é a primeira vez que um país membro sai do bloco econômico.

Principais pontos do acordo do Brexit:

Período de transição: Irá até **31 de dezembro de 2020**, quando as duas partes vão negociar vários pontos sobre o futuro das suas relações. Durante este período, o Reino Unido continuará participando e seguindo as regras do livre comércio e da união aduaneira.

Fatura de saída do Reino Unido que terá que cumprir com todos os compromissos de aporte financeiro já assumidos, mesmo que alguns aportes tenham que ser realizados após o país já estar fora do bloco europeu.

Direitos dos cidadãos europeus vivendo no Reino Unidos e dos britânicos vivendo na União Europeia: cidadãos europeus que já estejam no Reino Unido antes do Brexit e do fim do período de transição poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para britânicos que moram em países europeus).

Fronteira entre a República da Irlanda e a britânica Irlanda do Norte é a única ligação terrestre entre a União Europeia e o Reino Unido, que, com a sua saída do bloco, implicaria a retomada do controle de fronteiras entre os países. Há um temor de que esse controle de fronteira na ilha da Irlanda possa reavivar o movimento separatista na Irlanda do Norte. Na negociação, o Reino Unido se comprometeu a não estabelecer uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a Irlanda e a Irlanda do Norte. A livre circulação de pessoas e mercadorias vai continuar ocorrendo nessa fronteira, o que foi motivo de grande divergência entre os defensores do Brexit.

Mercosul

Membros fundadores: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Venezuela ingressou no bloco em 2012 e atualmente encontra-se suspensa, com base na cláusula democrática, constante do Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL. O bloco entende que há uma ruptura na ordem democrática do país e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente.

Estados associados: os demais países da América do Sul – Bolívia (em processo de adesão como Estado-Parte), Chile, Equador, Peru, Colômbia, Guiana e Suriname. Estados observadores: México e Nova Zelândia.

Possui acordos de livre comércio com Egito, Israel e Palestina. Assinou um acordo de livre comércio com a União Europeia em junho de 2019, finalizando 20 anos de negociações entre os dois blocos econômicos. Também assinou, em agosto de 2019, acordo de livre comércio com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), bloco integrado por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein.

NAFTA

Área de livre comércio integrada por Estados Unidos, Canadá e México. Presidente norte-americano considera que o tratado contém termos que prejudicam a economia dos Estados Unidos, e, por consequência, favorecem as economias do Canadá e do México.

Países negociaram um novo acordo, USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá), que vai substituir o NAFTA. Para entrar em vigor, o novo acordo precisa ser aprovado pelo Congresso dos três países. Por enquanto, o NAFTA continua vigendo.

Guerra Comercial

Protecionismo é o **conjunto de ações para impedir ou restringir o fluxo de mercadorias e serviços estrangeiros de forma a proteger as empresas nacionais**. As principais medidas protecionistas utilizadas para barrar importações são o imposto, a taxa, a cota e o subsídio. A OMC regulamenta a aplicação, os limites e o grau de proteção que podem ser utilizados pelos países-membros.

O governo dos Estados Unidos elevou as taxas de importação de diversos produtos importados de outros países. O país mais afetado pelas medidas é a China, que reagiu e elevou as taxas de importação de produtos importados dos Estados Unidos. Donald Trump diz que as medidas são necessárias para proteger a economia norte-americana e por uma questão de segurança nacional.

Os Estados Unidos possuem um grande déficit comercial e o país com o qual têm o maior déficit é a China.

Os EUA acusam a China de suposto roubo de propriedade intelectual, manipulação cambial e de que o governo chinês subsidia a produção de bens de alta tecnologia.

A **disputa na qual os países utilizam estratégias para restringir a circulação de produtos ou serviços importados para atingir seus objetivos econômicos** dá-se o nome de **guerra comercial**.

Os dois países assinaram um acordo para aliviar a guerra comercial. Denominado de Fase 1, tem como ponto central a promessa da China de comprar mais US$ 200 bilhões em produtos dos EUA ao longo de dois anos para reduzir o déficit comercial bilateral. O documento assinado prevê que a China aumente a compra de produtos manufaturados, agrícolas, energia e serviços dos EUA.

Os Estados Unidos, no entanto, ainda vão manter tarifas de 25% sobre uma vasta gama de US$ 250 bilhões em bens e componentes industriais chineses usados pela manufatura norte-americana, até a segunda fase de um acordo comercial.

A batalha da 5G

O 5G é a evolução da atual rede de celulares de quarta geração (4G). Essa tecnologia tem três principais características: uma grande largura de banda, baixa latência e conexões amplas. A 5G possibilitará uma enorme ampliação da tendência mundial da “internet das coisas”.

A empresa chinesa Huawei é a maior fornecedora de sistemas 5G e a maior fabricante de equipamentos de telecomunicações do planeta. Em 2018, ultrapassou a Apple e se tornou a segunda maior vendedora de celulares, atrás apenas da sul-coreana Samsung.

Os Estados Unidos não possuem uma grande empresa no setor 5G e estão atrás de outros países na corrida de mercado desta fronteira tecnológica. Estão promovendo uma campanha de boicote à líder mundial, com diversas acusações contra a Huawei, que as nega.

A disputa entre Estados Unidos e China transcende o campo comercial. É a principal batalha pelo poder neste milênio – dentro e fora do mundo digital. O domínio na área das telecomunicações é essencial para o domínio político e econômico na atualidade.

China

Em valores totais, o PIB da China é o segundo maior do mundo, atrás dos Estados Unidos. O país chegou a essa condição em poucas décadas, após as reformas econômicas implantadas na década de 70 do século passado. O modelo vigente é denominado de “socialismo de mercado”.

O país é um grande exportador de produtos industrializados e um grande importador de commodities. É um grande investidor em países de todos os continentes, criando uma relação de interdependência entre os países e a China.

A “Nova Rota da Seda” é o projeto mais ambicioso. O objetivo é criar um corredor econômico, composto por estradas, ferrovias, oleodutos e cabos de fibra ótica, que irá conectar, por via terrestre e marítima, a China à Europa e à África. O corredor atravessará a Ásia Central, o Oriente Médio e o Oceano Índico. A rota da seda foi um corredor econômico que uniu Oriente e Ocidente no primeiro milênio de nossa era.

O regime de governo é considerado uma **ditadura que reprime a liberdade de expressão e viola os direitos humanos**.

O país disputa com o Japão a posse das ilhas de Senkaku, para os japoneses, ou Diaoyu, para os chineses, localizadas no Mar da China Oriental. O **Mar do Sul da China** é uma área de disputa de soberania entre os chineses e as Filipinas, Vietnã, Brunei, Malásia e Taiwan. A China vem impondo a sua soberania, inclusive com a construção de ilhas artificiais em Spratly e a instalação de plataformas para a exploração de petróleo na região.

Taiwan é considerada uma província rebelde que a China quer reintegrar ao país. Em busca de uma solução pacífica, contudo, a China propõe o conceito de "um país, dois sistemas": o socialista no continente e o capitalista em Taiwan. Em tese, isso permitiria a Taiwan adotar as suas políticas econômicas e manter as suas instituições, com relativa autonomia.

Grandes manifestações ocorrem na Região Administrativa Especial de Hong Kong. O estopim foi a proposição pelo executivo local de um projeto de lei que se aprovado possibilitaria a extradição de seus cidadãos para serem julgados pelo Judiciário da China. O governo local suspendeu a apreciação do projeto por tempo indeterminado, mas os protestos continuam com a exigência da retirada completa da proposição, pela manutenção e garantia das liberdades democráticas de Hong Kong, incluindo a liberdade de expressão, a independência da justiça, o sufrágio universal para todas as eleições locais e pela renúncia da chefe do executivo, Carrie Lam.

Estados Unidos

Maior economia do mundo e maior potência militar do planeta é o ator mais importante da política internacional, seu poder, a sua influência e a sua liderança se espalham por todo o globo.

Donald Trump, atual presidente, membro do Partido Republicano, é um crítico da globalização, da imigração, defensor do nacionalismo e tem adotado medidas protecionistas no comércio internacional. Entre suas principais ações estão:

→ Retirou os Estados Unidos do Tratado Transpacífico (TTP);

→ Suspendeu as negociações para um tratado de livre-comércio com a União Europeia, denominado Parceria Transatlântica (TTIP);

→ Renegociou os termos do NAFTA, que será substituído pelo USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá), que substituirá o Nafta (ainda em vigência);

→ É um duro crítico da migração ilegal e dos imigrantes que vivem ilegalmente no país:

- Principal proposta: construção de um muro na fronteira com o México para coibir a entrada de imigrantes ilegalmente nos Estados Unidos.

- Suspendeu a entrada de imigrantes de 7 países - sendo 5 deles de maioria muçulmana.

- Adotou a política de "tolerância zero" ao separar os filhos de pais imigrantes ilegais que fossem detidos na fronteira. Devido à sua repercussão, a medida foi revogada, proibindo que pessoas sejam separadas de seus filhos e filhas.

→ Retirou os EUA do Acordo do Clima de Paris.

→ Aproximou-se diplomaticamente da Coreia do Norte. Em junho de 2018, Donald Trump e Kin Jong-un realizaram uma reunião histórica em Cingapura, onde assinaram um documento em que a Coreia do Norte se compromete a trabalhar em direção à completa desnuclearização da península coreana.

→ Retirou os EUA do acordo nuclear com o Irã e retomou as sanções econômicas ao Irã em seu mais alto nível.

→ Possui um discurso intervencionista diante da crise na Venezuela: Trump disse que poderia considerar a opção militar, caso seja necessário.

Economia – A economia norte-americana vai bem, o desemprego está em níveis muito baixos e o PIB cresce a boas taxas para os padrões norte-americanos.

Impeachment - O Senado norte-americano rejeitou a acusação de impeachment de Donald Trump, que tinha sido aprovada pela Câmara dos Representantes. As acusações contra o presidente foram de abuso de poder e obstrução do Congresso.

A acusação de **abuso de poder** se refere a um pedido de Trump ao presidente da Ucrânia para investigar Joe Biden, pré-candidato à vaga do Partido Democrata para disputar as eleições presidenciais de 2020, que aparece em primeiro nas pesquisas, em troca de um repasse de verbas ao país como sendo ajuda militar.

Já na acusação de **obstrução do Congresso**, a justificativa é de que Trump proibiu diversas pessoas ligadas à sua administração de prestar depoimento perante a Comissão da Câmara, inclusive aquelas que tinham sido intimadas para tal.

América Latina

Argentina – A chapa peronista, do Partido Justicialista, venceu as eleições presidenciais de 2019 no primeiro turno. Alberto Fernández é o presidente eleito, tendo como vice-presidente Cristina Kirchner, que já foi presidente do país de 2007 a 2015. O atual presidente, Maurício Macri, de orientação liberal e de centro-direita, ficou em segundo lugar.

O país passa por uma crise econômica, com crescimento negativo do PIB em 2018, inflação alta, taxa de juros alta e desemprego elevado. Recorreu ao FMI para empréstimos. A dívida externa é alta e as reservas internacionais em dólar são baixas.

Uruguai – Luis Lacalle Pou, do Partido Nacional, de centro-direita foi eleito presidente no segundo turno das eleições, derrotando Daniel Martínez, da Frente Ampla, de esquerda. Apesar do apertado resultado final, a campanha eleitoral transcorreu com tranquilidade. A posse ocorreu em 1º de março de 2020.

A vitória de Lacalle Pou encerra um período de 15 anos da Frente Ampla no governo Uruguai. O presidente eleito teve como principais bandeiras a segurança pública, prometendo reforçar a polícia e um maior enfrentamento da criminalidade, a modernização da educação e um enxugamento dos gastos públicos.

Bolívia – Evo Morales, primeiro indígena a chegar ao cargo de presidente, governou o país de 2006 a 2019. Foi eleito para o seu quarto mandato presidencial, no primeiro turno, nas eleições de outubro de 2019. A oposição contestou a apuração dos votos e o resultado final, com suspeita de fraude. Protestos se espalharam por várias cidades do país, com atos de violência, confrontos com a polícia e entre apoiadores de Evo e membros da oposição. A OEA realizou uma auditoria no processo eleitoral constatando fraude, orientando a realização de novas eleições e a destituição dos juízes do Tribunal Superior Eleitoral, o que foi acatado por Evo Morales.

Diante da continuidade das grandes manifestações, a pressão pela renúncia e a perda de apoio das forças policiais, do Exército e de setores do movimento operário Evo Morales renunciou à presidência do país e exilou-se inicialmente no México e posteriormente na Argentina. Toda a linha sucessória do ex-presidente também renunciou. Assumiu como presidente a senadora Jeanine Añez, que era a segunda vice-presidente do Senado.

Novas eleições presidenciais foram marcadas para 3 de maio de 2020. Evo Morales foi proibido de participar da nova eleição.

Chile - Considerado um dos países mais prósperos da América Latina e com um modelo macroeconômico elogiado. Desde outubro de 2019, protestos se disseminaram pelo país. O motivo foi o aumento das passagens do metrô da capital, Santiago, em 3,75% nos horários de pico. Devido a atos de violência realizados por alguns grupos minoritários, como o incêndio a um prédio que sediava a maior companhia de energia do país, em determinados dias e cidades foi decretado o estado de emergência e toque de recolher.

O aumento foi revogado, mas os protestos continuaram, agregando outras reivindicações que refletem insatisfações da população com a situação econômica e social no país, como a elevada desigualdade social; a privatização e os altos custos dos serviços básicos, como da eletricidade e da água e do sistema de previdência social; a demanda pela elaboração de uma nova Constituição e a renúncia de Andrés

Chadwick (Ministro do Interior e de Segurança Pública), em função do que se considerou uso abusivo da força no controle e contenção das grandes manifestações populares.

Em resposta às reivindicações dos manifestantes, o presidente do país, Sebastian Piñera, e o Congresso anunciaram um pacote de medidas sociais, com o incremento às aposentadorias, a criação de um teto para os gastos com medicamentos, aumento do salário mínimo, redução nas tarifas de energia elétrica e redução da tarifa de transporte público para aposentados. Afastou oito de seus ministros, eles entre, Andrés Chadwick. Por fim, aprovou um acordo para convocar um plebiscito em abril de 2020 para decidir mudar ou não a Constituição.

Equador - O país enfrentou, em outubro de 2019, onze dias de violentos protestos e estradas bloqueadas depois que o presidente Lenín Moreno anunciou o fim de um subsídio aos combustíveis fósseis que já durava 40 anos, causando um aumento de até 123% nos preços, parte de um pacote de ajustes para cumprir metas acertadas com o FMI. Em reação às primeiras manifestações, o governo decretou "estado de exceção" e, posteriormente, transferiu a sede do governo de Quito para a cidade costeira de Guayaquil. Mas as medidas não contiveram as manifestações. Os distúrbios deixaram sete mortos, centenas de feridos e de presos. No dia 14 de outubro, o presidente, após se reunir com lideranças indígenas, anunciou a revogação da medida que cortava o subsídio.

Peru – Os quatro últimos presidentes do país estão envolvidos em casos de corrupção relacionados à construtora brasileira Odebrecht, revelados pela Operação Lava Jato. Dos 4 ex-presidentes, Alejandro Toledo está preso nos Estados Unidos, Ollanta Humala já esteve preso e está respondendo as acusações em liberdade, Pedro Pablo Kuczynski está preso e Alan García tentou suicídio quando iria ser preso, vindo a falecer no hospital. A líder da oposição Keiko Fujimori também está envolvida em corrupção relacionada à Odebrecht.

Pedro Pablo Kuczynski (PPK) renunciou às vésperas de uma segunda votação de impeachment. O vice-presidente Martín Vizcarra assumiu o governo, e tenta aprovar uma série de medidas contra a corrupção, mas tem tido dificuldade pelo fato de a oposição fujimorista compor maioria no Legislativo.

Vizcarra dissolveu o Congresso após ter duas moções de confiança negadas pela casa. Esse mecanismo está previsto na Constituição do Peru.

Em resposta à medida de Vizcarra, o Congresso, mesmo suspenso, determinou, no mesmo dia da sua dissolução, a suspensão temporária do próprio presidente e nomeou para seu lugar a vice-presidente Mercedes Aráoz, que foi empossada e renunciou ao cargo no dia seguinte, 1º de outubro, pedindo novas eleições presidenciais. O presidente não aceitou a renúncia de Aráoz alegando que a sua destituição não era válida, pois o Congresso já estava dissolvido e continua no cargo. Novas eleições legislativas foram realizadas em 26 de janeiro de 2020.

Venezuela

Hugo Chávez governou o país de 1999 até sua morte, em 2013. Durante seu governo, promoveu enormes avanços sociais, reduzindo a pobreza e a desigualdade, financiados em boa parte com as receitas do petróleo, que atingia altos valores na época.

Com a sua morte, Nicolás Maduro, seu sucessor, assumiu o poder. As tensões entre o governo e a oposição, que cresciam no final da Era Chávez, e a deterioração econômica do país acentuaram-se significativamente no mandato de Maduro.

O país enfrenta uma grave crise econômica, marcada pela **alta inflação, recessão e escassez de alimentos.**

O petróleo responde por 96% das receitas de exportação do país. A queda do preço do barril de petróleo impactou diretamente o abastecimento do mercado venezuelano, uma vez que, sem dinheiro, o governo parou de comprar itens básicos do cotidiano da população.

Itens básicos, como medicamentos, alimentos e papel higiênico, não são encontrados facilmente nos supermercados, e, quando são encontrados, seus preços são exorbitantes. A pobreza e a fome cresceram significativamente no país.

A Venezuela é um dos países com os maiores índices de violência da América Latina.

Para Maduro, boa parte da responsabilidade pela crise é da oposição, acusada de desestabilizar o país e cooptar empresários para reter seus produtos.

Além disso, o país enfrenta uma crise política, decorrente, sobretudo, da guinada ao autoritarismo de Maduro.

A oposição foi a grande vencedora das eleições para a Assembleia Nacional de 2015, é majoritária no Poder Legislativo.

Maduro foi reeleito em 2018, em um processo eleitoral considerado ilegítimo e permeado de irregularidades, segundo opositores. A abstenção foi recorde, cerca de 54% dos eleitores venezuelanos não foram votar.

Em 10 de janeiro de 2019, Maduro assumiu o seu segundo mandato, que deve durar até 2025. Esse mandato não tem o reconhecimento da Assembleia Nacional venezuelana e de diversos países, entre eles os EUA e o Canadá, e do Grupo de Lima. A Organização dos Estados Americanos (OEA) também não reconhece o governo de Maduro.

Em 2019, o presidente da Assembleia Nacional, único poder que não é controlado pelo chavismo, Juan Guaidó se declarou presidente interino do país e disse que tem como objetivo o estabelecimento de um governo de transição e da organização de eleições livres e democráticas.

Em torno de 60 países, cujos governos condenam o regime de Nicolás Maduro, reconheceram Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela.

A crise política, econômica e humanitária que atingiu a Venezuela fez com que sua população procurasse refúgio em nações vizinhas. Quase três milhões de venezuelanos já fugiram do país desde 2015, e acredita-se que, até o fim de 2019, esse número possa alcançar a quantidade de cinco milhões de pessoas.

Os dois países que mais receberam refugiados venezuelanos foram Colômbia e Peru. A entrada de refugiados venezuelanos no Brasil resultou em uma crise migratória em Roraima, estado de poucos recursos localizado no norte do país.

Suspensão do MERCOSUL – Em dezembro de 2016, a Venezuela foi suspensa do MERCOSUL. O bloco entende que há uma ruptura na ordem democrática do país e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente.

As suspensões são políticas, afetando o direito do país de votar, ser votado e de exercer a presidência rotativa do bloco. Não afetam as trocas comerciais entre a Venezuela e os demais países do bloco.

Grupo de Lima – Criado em 2017 por iniciativa do governo peruano com o objetivo de pressionar para o restabelecimento da democracia na Venezuela. Além do Brasil e do Peru, mais 11 países integram o grupo.

Coronavírus

Os coronavírus são uma grande família viral, transmitidos entre os animais e pessoas, causando infecções respiratórias em ambos. O novo vírus, descoberto na atual epidemia, foi denominado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de **Covid-19.** O surto se iniciou na metrópole de Wuhan, capital da província de Hubei, na China.

Suspeita-se que o Covid-19 foi transmitido para os seres humanos por animais silvestres, provenientes de um mercado que vendia esses animais, em Wuhan.

Os sintomas da doença são febre, tosse, dor muscular, cansaço, dificuldade em respirar e falta de ar. Em casos mais graves, há registro de pneumonia, insuficiência renal e síndrome respiratória aguda grave, que podem levar à morte. **Até o momento, não há vacina para o vírus.**

China adotou várias medidas restritivas para conter o avanço da epidemia. Já há mortos fora da China e infectados em mais de 45 países. **Primeira morte fora do território chinês ocorreu nas Filipinas.** Vários países adotaram medidas restritivas contra a disseminação do vírus, como a proibição temporária da entrada dos estrangeiros vindos da China.

A OMS declarou **emergência de saúde pública de interesse internacional**.

O maior temor é o de que a epidemia se espalhe mais ainda pela China e pelo mundo, afetando a economia mundial. Por causa da epidemia, o crescimento econômico chinês será menor em 2020. Como grande exportador de comodities para o gigante asiático, o Brasil deverá sofrer alguns efeitos desse menor crescimento chinês.

Devido ao fator climático, a propagação desse vírus em território brasileiro é dificultada. Apesar disso, como medida preventiva, o Ministério da Saúde tem realizado ações de vigilância e monitoramento, além de desaconselhar viagens para países com casos comprovados do vírus. O Governo Federal enviou aviões para retirar 34 brasileiros que moravam em Wuhan. Eles foram repatriados e colocados em quarentena em Anápolis (GO), sendo liberados após esse período.

Em 26/02/2020, foi confirmado o primeiro caso no Brasil e em toda a América Latina. Trata-se de um **homem que mora em São Paulo**, tem 61 anos, e que **esteve na Itália** de 9 a 26 de fevereiro**.**

Outras variações mais antigas de coronavírus e conhecidas pelos cientistas são a **SARS-CoV** e **MERS-CoV**.

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.